

Boa Vista. Manais. - C24 19,50

cadernos do

terceiro mundo

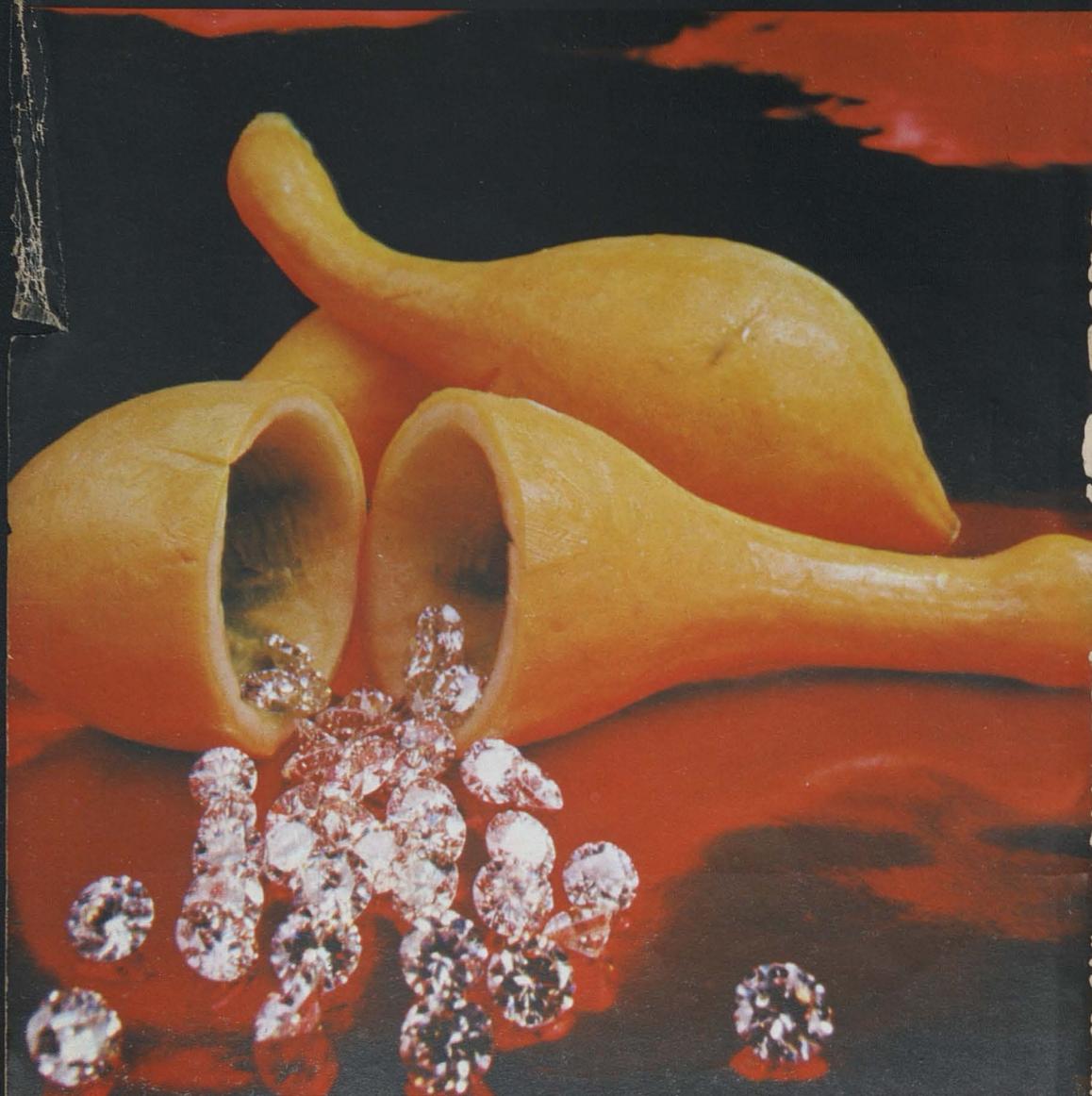
Cz\$ 15,00 • Nº 94

Chile:
tensão no auge



O desafio da terra:
REFORMA AGRÁRIA URGENTE

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Chile: que futuro espera por Pinochet?

À raiz do atentado que quase lhe custou a vida, Pinochet voltou a ocupar os principais espaços informativos do mundo e a situação interna do Chile chegou ao máximo da tensão. Nosso correspondente em Santiago, Fernando Reyes Matta, apesar da censura e da perseguição aos jornalistas, conseguiu enviar-nos um artigo no qual se esboça uma análise inicial do atentado e suas consequências, como também da possível evolução da crise chilena. Por meio de um precário telefonema, ele nos relatou a angústia vivida pelo povo chileno no momento em que, certo de estar perdendo terreno, o regime fez uso de todo o seu poder repressivo para tentar equilibrar-se e manter-se de pé.

Por sua vez, o problema da terra – matéria de capa deste número – constitui um dos principais desafios, se não o principal, do Terceiro Mundo. Desde a época da colônia na América Latina, a posse da terra e as formas de sua exploração foram o eixo da discussão política e institucional e estiveram no centro das convulsões sociais.

Na África e na Ásia, a estrutura familiar camponesa e os hábitos de trabalho da terra e de organização comunitária foram subvertidos pela colonização européia, que impôs um modo de produção no qual o lucro era o objetivo fundamental, em detrimento do homem. Nem os africanos,

asiáticos ou latino-americanos conseguiram ainda superar totalmente a herança do passado. A terra continua sendo um problema por resolver. Em alguns casos, o "x" da questão estaria na superação das grandes desigualdades no que se refere à propriedade da terra: poucas pessoas concentrando vastas extensões, enquanto a grande massa camponesa sem terra continua alimentando os contingentes de migrantes que vão inchar os cinturões de miséria das cidades. Em outras regiões, o desafio que os governos populares e revolucionários enfrentam é a forma de exploração da terra e de comercialização da produção. Em ambos os casos se apresenta também o dilema de escolher caminhos adequados de desenvolvimento para as zonas rurais, que não sejam cópia de modelos não aplicáveis às peculiaridades locais ou cujo objetivo seja a produção de divisas para o país ao preço da escassez de alimentos para a grande maioria.

Neste número, abordamos alguns dos casos mais representativos do problema e deixamos ao leitor a reflexão sobre o que ainda está por fazer a fim de conseguir uma coisa tão simples como dar trabalho e alimento para todos. Se é caminhando que se faz o caminho, no caso da reforma agrária não seria já o momento de dar a partida?

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlós Castilho
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Juan Somavía, Henry Peace García, Aquino de Bragança, Wilfred Burchett (1911-1983)
Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim, Raul Gonçalves (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques (Portugal), Cristina Canoura (Portugal).

REDAÇÃO CENTRAL – Rio de Janeiro

Departamento de Arte: Sonia Freitas (editora), Miguel Efe, Vanda Freitas, Pedro Toste, Reginaldo Caxias, Nadja Durand. **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Elizabete Messquita, Marco Antônio C. Santos, Eunice Senna, Leila Maria C. Pinto, Jozira Santos Lima, Isabel Falcão. **Composição:** João de Abreu, Luiz Correia, Carlos Rogério H. Silva. **Revisão:** Cléa Márcia Soares, Sandra Castello Branco. **Departamento Comercial:** Maria Neiva.

EDIÇÕES REGIONAIS

● **Edições em Português**

Brasil

Diretor: Neiva Moreira
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho – São Paulo; Clovis Sena – Brasília. **Circulação, Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes, Inácio dos Santos e Macário Costa.
Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória 122 / 105-106 – CEP 20241 Rio de Janeiro. RJ – Telef: 242-1957 – 222-1370 – Telex: 21-33054 CTMB-BR
Fotolito e Impressão: Ébano Gráfica e Editora Ltda. – Rua Gal. Bruce, 799, Tel.: 580-7171.

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal

Editor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10/1º – Lisboa – 1200 – Tel.: 32-06-50. Telex: 42720 CTM-TE-P

● **Edições em Espanhol**

Rio da Prata – Cone Sul

Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio
Administração: Hugo Cardoso; **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U.S.A.: Avda. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel: 90-87-13-Montevidéu, Uruguai. **Impressão:** Rosgal S/A, Gral. Urquiza 3090, Montevidéu; **Distribuição no Uruguai:** Berriel e Martínez, Paraná 750 Esq. Ciudadela, Montevidéu/Tel.: 90-51-55; **Distribuição na Argentina:** Kioskos, J. Di Pietro e Cia. Bolívia 529. Tel: 611-2801. Buenos Aires; **Livrarias:** Hugo Emilio Palacios – Los Patos 2420. Tel: 942-5788 Cod. 1284 – Capital Federal.

México, Caribe e América Central

Editor: Rubén Aguilar
Assinaturas: Berta Arrufe; **Distribuição:** Gustavo Leyva; **Correspondência:** Apartado Postal 20572, 01000, México, D.F. **Impressão:** Litográfica Cultural – Isabel la Católica, 922 México, D.F. **Editorial Periodistas del Tercer Mundo.** California 98A – Colonia Parque San Andrés, Coahuacán. Telef: 689-17-40 – 04040 México, D.F.

● **Edição em Inglês (bimestral)**

Editor: Carlos Castilho
Editor Adjunto: Roberto Raposo
Correspondência: Rua da Glória, 122 105/106 – CEP 20241 – Rio de Janeiro, RJ.

Correspondentes: Horacio Verbistky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/Cesar Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arquelas Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique).
Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Mariantoni, Alice Nicolau, Ana María Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailby, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gregorio Selser, Gridvia Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Montserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautin, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Miza Couto, Narinder Koshia, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Marfíez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Ricardo Soca, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Kummrill, Theotônio dos Santos, Víctor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).
Revista mensal n.º 94 – Outubro 1986 – Preço de capa: Cz\$ 15,00
Números atrasados: ao preço do último exemplar.

Circulação em 70 países

Capa: Abaeté Propaganda

Novo visual

Constato nos últimos números de cadernos que mudaram (e melhoraram) a diagramação. Talvez por conviver com a estética, já que sou desenhista de capas de livros, acabo fazendo um julgamento crítico de todas as publicações que me caem às mãos, o que me permite fazer este comentário. Contudo, acho que ainda devem melhorar algumas coisas: pessoalmente sinto que alguns artigos poderiam ser mais curtos e que a seção que abre a revista, Panorama Tricontinental, deveria ser, como diz seu nome, mais equilibrada em suas informações sobre os problemas da América Latina, Ásia e África. Creio que os países asiáticos são tratados muito superficialmente.

Depois da capa que dedicaram ao Vietnã (excelente trabalho, sem dúvida), apareceu outro tema asiático com a Índia. Outra reportagem como essas duas, dedicada, por exemplo, à situação da Indonésia ou a das Filipinas, seria uma contribuição de cadernos para o conhecimento de detalhes sobre a situação interna dessas duas nações fundamentais do continente asiático, sobre as quais não são suficientes as informações da chamada "grande imprensa" (e quando são refletem, como sabemos, a posição dos norte-americanos).

Antonio Ferrão – Lisboa – Portugal

De Córdoba, Argentina

O motivo desta é solicitar informação sobre como receber suas publicações. Estou realizando atualmente, e já o faço há quatro anos, um programa de rádio dedicado à difusão das culturas indíge-



nas americanas e sua luta atual nas organizações comunitárias de base. O programa tem a duração de 1,30h e é emitido pela Rádio Universidade Nacional de Córdoba.

Através desse espaço, procuro contribuir para a luta pela transformação da realidade de um sistema que somente oferece a nossos sofridos povos americanos opressão, injustiça e fome.

Teresa Cosci - Córdoba - Argentina

A situação no Ceará

O Projeto de Administração Popular da Prefeitura de Fortaleza, mais conhecido pelo *slogan* "A Fortaleza da gente" é sem dúvida o maior avanço político da história do Ceará. Diante dessa realidade as forças reacionárias, ainda fortes em nosso estado — dispoendo de praticamente todos os meios de comunicação da cidade — mobilizaram-se no sentido de tentar desestabilizar a Administração Popular, a exemplo do que ocorreu com o governador Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

A "Campanha de Desestabilização" vai desde reportagens sensacionalistas, calúnias, sabotagens às obras da prefeitura, provocações de todos os tipos até o pueril machismo, que se denota nos ataques diretos à prefeita Maria Luíza. Eles sabem o perigo que correm caso o Projeto de Administração Popular dê certo, o perigo de não mais voltarem ao poder e se locupletarem às custas do povo. Por isto manifestamos nosso repúdio a essa campanha desonesta e vergonhosa que é patrocinada pela grande imprensa e pelos políticos tradicionais do Estado, bem como nosso total apoio à Administração Popular de Fortaleza, que representa, acima de tudo, mais um passo do Terceiro Mundo nos tortuosos caminhos da

verdadeira democracia.

Marcos Marques, Francisco Vieira, Rosalba Medeiros, José Coutinho - Fortaleza - CE - Brasil.

Política universitária

Nos dirigimos a vocês logo após termos visto seu *Guia do Terceiro Mundo* e sabendo, através do mesmo, de seu interesse por difundir tudo o que possa contribuir para o desenvolvimento e o processo de libertação de nossos países e sociedades, para solicitar-lhes um exemplar do *Guia* para a biblioteca do nosso centro, sabendo que poderá a partir daí contribuir para o desenvolvimento de dirigentes comprometidos com nossa realidade comum de membros de um conjunto de países com histórias e presentes parecidos e um futuro que só será fe-

liz se estivermos unidos.

Por outro lado, vimos que em seu Conselho Editorial há pessoas do gabarito de Darcy Ribeiro que formou, com seus livros de política universitária, boa parte de nosso pensamento (...)

Gostaríamos de conhecer todo o material que se refere ao ensino e à relação sociedade-universidade que vocês possam mandar-nos, assim como de informação sobre a história e presente dos movimentos estudantis do Terceiro e "outros mundos", como também endereços e nomes de organizações estudantis de outros lugares.

Diego Saravia - Presidente do Centro de Estudantes de Ciências Tecnológicas - Faculdade de Ciências Tecnológicas - Universidade de Salta - Salta - Argentina.

A verdade pacífica

As recentes revelações, no Rio de Janeiro, do ex-médico militar Amílcar Lobo, sobre a tortura e o assassinato do deputado brasileiro Rubens Paiva (foto), em mãos de



forças do exército, em 1971, mereciam ser objeto de um artigo em *cadernos do terceiro mundo*. (...)

Neste momento, no meu país, os violadores dos direitos humanos pretendem forçar a aprovação no Parlamento de uma lei de anistia que os perdoe dos delitos de tortura, assassinato e desaparecimentos de pessoas.

Talvez tenham êxito, mas os resultados da anistia brasileira de 1979 deveriam alertar aos que afirmaram que "a anistia pacífica". No Brasil, depois de 15 anos da repressão mais sangrenta e de sete da anistia decretada pelo regime militar, a opinião pública, comovida pelas revelações do ex-torturador, reclama o total esclarecimento dos acontecimentos da década passada. A anistia pode extinguir delitos mas não pacífica nem sacia a sede de justiça. (...) Só a verdade pacífica.

Sebastián Luque - Rivera - Uruguai

Intercâmbio

- *Helder Tavares F. Fastudo*
a/c do Sr. Domingos Fastudo - C.P. 1492 - Benguela - Angola
- *Sônia Regina de Souza Tavares*
Rua Lufs Barbalho, 280, Rocha Miranda - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21510 - Brasil
- *Justino Antônio "Tinho"*
a/c de Zacarias Domingos Miranda - C.P. 18784 - Luanda - Angola
- *César Augusto Monteiro*
R. Magnólia Brasil, 41 ap. 1104-A - Fonseca - Niterói - RJ - CEP: 24120 - Brasil
- *Emmanuel Mathieu "Manico"*
C.P. 3995 - Luanda - Angola
- *Sebastião V. Cruz*
Rua Formosa, 367 - 25º and. - 1º
- JRPS - Centro - São Paulo - SP - CEP: 01049 - Brasil
- *Waleska Sá Bustamante*
Rua Cariré, 135 ap. 512 - Bloco 5 - Otávio Bonfim - Fortaleza - CE - CEP: 60010 - Brasil
- *João Batista Gomes da Silva*
Rua Nova Independência, 72 - Jardim Ana Estela - Carapicuíba - SP - CEP: 06300 - Brasil
- *Rejane Cristine Rissardi de Jesus*
Av. Dr. José Soares de Azevedo, nº 439 - Astorga - Paraná - CEP: 86720 - Brasil
- *Antonio Flavio C. Laufer*
Rua São Paulo, 530 ap. 57 - Liberdade - São Paulo - SP - CEP: 01513 - Brasil
- *Marle Delallo*
Rua Paranaguá nº 1672 - V. Higienópolis - Londrina - PN - CEP: 86020 - Brasil
- *Cordeiro Neto Domingos (Russo)*
Soldado do 1º Posto da 8ª R. Militar da 33ª Brigada Destacado na Comuna do Demba-Chio Kissama - C.P. 27/225 - Angola
- *Sergio Hobi*
Cx. postal 447 - Assis - SP - CEP: 19800 - Brasil
- *Esequiel Teixeira Neto*
2º Sector Aviação C.T.T.A. - Estação Postal Central - Luanda
- *Nina Medeiros*
Av. Amazonas - 61/506 - Belo Horizonte - MG - CEP: 30180 - Brasil
- *Pluma Dist. de Postais Ltda.*
Rua Alberico Luciano Barbosa, 66 - B. Cabral - C.P. 82.055 - Resende - RJ - CEP: 27500 - Brasil
- *José Paulo Barros Lima*
C.P. 1566 E.T.P. - São João - Benguela - Angola

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
- FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12n^{OS}) - Cz\$ 12,00
Semestral (24n^{OS}) - Cz\$ 24,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do *Semanário Barricada Internacional*.

cadernos do

terceiro mundo

PARA PREÇOS CONGELADOS PROMOÇÃO QUENTE. APROVEITE!

VOCÊ CONSEGUE: E GANHA DE BRINDE:

3 assinaturas da revista

1 assinatura da revista

ou os 4 li-

vros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página)

2 assinaturas da revista

1 livro da "Estante do Terceiro Mundo"

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

() À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

() À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

() À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$ em ()
cheque nominal ou () vale postal - ag. central - em nome da Editora Terceiro Mundo
Ltda.

Brinde escolhido:

Nome:

Endereço:

Bairro:

Estado:

Cidade:

Tel.:

CEP:

estante do terceiro mundo

O reembolso com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito

Código	Quantidade

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

Não-assinante Assinante

Data / /

Estante válida exclusivamente para pedidos no período de circulação deste número.

Ass. do Comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 2 livros.
- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "assinantes" em 3 livros ou mais.



NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS

de Samuel de Paula
A dinâmica e conteúdo da extorsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples e clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de despossuídos. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 pág.
E-73 Cz\$ 60,00



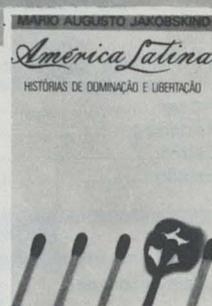
VIVER EM CUBA

Uma experiência inesquecível de Josina M. Albuquerque
O livro mostra aspectos do dia-a-dia da autora como participante de uma experiência singular durante 14 anos. Desperta a curiosidade de saber mais, de conhecer essa realidade, de debater sobre ela e de compará-la com a situação do nosso povo. Analisa a evolução do pensamento do homem comum, sujeito e objeto das mudanças que vão se dando. 100 pág.
E-68 Cz\$ 44,00



QUEM SABE, ENSINA: QUEM NÃO SABE, APRENDE: A EDUCAÇÃO EM CUBA

de Rubens Pantano Filho, José Herculano da Silva, Pedro Ivo R. de A. Bastos e Maria do Rosário M. Magnani
Cuba é um país que levou a sério a educação. Não basta ser a favor ou contra. É preciso uma análise concreta, objetiva. Foi o que fizeram os autores. Professores de diversas disciplinas, de forma desapaixonada, procuram nos mostrar o que viram, o que sentiram na teoria e na prática da educação cubana, sem mistificações.
E-72 Cz\$ 70,00



AMÉRICA LATINA: HISTÓRIAS DE DOMINAÇÃO E LIBERTAÇÃO

de Mário Augusto Jakobskind
O livro é resultado de quatro meses de trabalho jornalístico em países latino-americanos, bem como análise da realidade brasileira. São fatos sobre um período histórico que estamos vivendo, e possivelmente viveremos com maior intensidade daqui para frente. 143 pág.
E-71 Cz\$ 50,00

- 2 Cartas _____
8 Panorama Tricontinental _____
13 Editorial – Os Não-Alinhados contra o intervencionismo real _____
16 Matéria de capa – Reforma Agrária: o desafio da terra _____

- 18 Brasil: O campo em chamas
30 México: A luta camponesa não terminou, *Iván Gomezcézar*
36 América Central: Um caso de guerra, *Medea Benjamín*
40 África: Um processo ainda incompleto, *Carlos Castilho*
45 Oriente Médio: As frustrações vinte anos depois

América Latina _____

- 49 Chile: Pinochet e a insegurança nacional, *Fernando Reyes Matta*
52 A oposição está unida, *Alejandro Tumayán*
54 El Salvador: A unidade sindical, *Ricardo Soca*

África _____

- 59 Mali: Depois da seca, os gafanhotos

Ásia _____

- 61 Malásia: Tempos de crise, *Carlos Pinto Santos*

Mulher _____

- 66 Irã: A volta ao passado

Comunicação _____

- 71 Notícias a serviço das comunidades

Cultura _____

- 75 Isabel Allende: “Falamos por um povo, por um continente,
Víctor Bacchetta
82 Cinema: O gargalo estreito da distribuição, *Maria Thereza Azevedo*

Especial – Nicarágua _____

- 88 A Igreja dos Pobres, *Pablo Richard*

- 96 Humor – *Michelângelo* _____



O atentado contra Pinochet



A escritora Isabel Allende



A nova igreja da Nicarágua

NICARÁGUA

Estados Unidos sabotam nova constituição

□ O trabalho de redação da futura constituição da Nicarágua está sendo sabotado pela embaixada dos Estados Unidos em Manágua. Diplomatas norte-americanos têm visitado políticos da oposição, e o plano consiste em formar um bloco de partidos com o objetivo de retardar, na Assembléia Nacional, a elaboração final do texto constitucional.

A acusação do presidente da Assembléia, comandante Carlos Nuñez, feita dias antes do início das sessões para a discussão do texto coincidiu com documento apresentado ao governo por cinco dos sete partidos de oposição, que propõe o adiamento das sessões para 3

de novembro. Segundo o documento, assinado pelos partidos Liberal Independente, Social-Cristão Popular, Socialista, Conservador Democrata e Comunista - seria necessária a realização de um diálogo nacional e o mês de outubro deveria ser reservado à oposição para que apresentasse sua proposta.

O documento causou estranheza: o diálogo nacional foi realizado em todo o país, através de assembléias populares que reuniram mais de 100 mil pessoas, e cerca de 3 mil sugestões foram escritas ou transmitidas verbalmente. Há outra razão: ele foi firmado por forças políticas que, desde a formação da comissão especial constitucional em maio de 1985, vêm participando em todas as instâncias das discussões do projeto da Constituição, como é o caso dos partidos Social-Cristão Popular, So-

cialista e Comunista.

Para o comandante Carlos Nuñez, que é um dos membros da direção da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), "esta é a realidade determinada pela guerra, essa é a dinâmica que a agressão norte-americana nos impõe e que se esconde atrás de algumas reivindicações que aparentemente deveriam cumprir-se".

O dirigente sandinista reconheceu que a campanha norte-americana - citou, inclusive, um funcionário da embaixada, Jean Crist - obteve êxito em alguns setores, entre eles "a facção mais direita do Partido Liberal Independente, dirigido por Virgilio Godoy, e chegou inclusive, a influir em forças supostamente revolucionárias, como o Partido Comunista".

A nova constituição nicaraguense entrará em vigor em janeiro de 1987, e a FSLN tem reiterado, em diversas oportunidades, sua disposição de cumprir o calendário eleitoral por ela traçado. Seus dirigentes querem concretizar a institucionalização do país, porque sabem, com base na eleição de novembro de 1984, que esse processo em que todo o povo tem participação representa um dos melhores alicerces do regime.

O projeto da constituição consta de 198 artigos e estabelece como princípios da revolução a economia mista, o pluralismo político e o não-alinhamento. A Assembléia Nacional é composta de 96 deputados de sete partidos: 61 da FSLN; 14 do Partido Conservador Demo-

Malvinas: soldados britânicos consomem "maconha"

Soldados britânicos que servem nas ilhas Malvinas combatem o tédio plantando "cannabis", mais conhecida como "maconha" e o consumo dessa droga pelos militares preocupa as autoridades. Agências de notícias revelaram em Londres que oficiais da Marinha realizaram investigações sobre o problema.)

Embora o Ministério da Defesa tenha afirmado que

nada constatou sobre o consumo de "maconha", funcionários da Alfândega da capital inglesa aumentam suas revistas nos soldados que regressam das Malvinas. O deputado trabalhista Tom Dallyell exigiu "urgentes explicações" do governo sobre as plantações da "cannabis".

Segundo os informes das agências *Prensa Latina* e *Associated Press* esse "cultivo espontâneo" representa um problema, porque, entre outras razões, a "droga obtida é excelente e seu consumo aumenta sobretudo no exército".

Panorama Tricontinental

crata; 9 do Liberal Independente; 6 do Popular Social-Cristão; 2 socialistas, 2 comunistas e dois marxistas de linha albanesa.

PUNTA DEL ESTE

Uma vitória do Terceiro Mundo

Ministros de 74 países-membros do Gatt (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) estiveram reunidos no Uruguai, em setembro, quando concluíram acordos sobre dois temas polêmicos – serviços e agricultura –, marcaram a nova rodada de negociações do organismo e divulgaram o documento final do encontro. A “rodada Uruguai”, como ficou conhecido o novo processo de negociações, começa em 1987 e deve durar quatro anos, traçando as diretrizes do comércio mundial para o final do século.

A resolução sobre os serviços beneficia os países em desenvolvimento, liderados pelo Brasil e pela Índia, pois este item continuará fora do âmbito do Gatt. Tanto o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Abreu Sodré, como o representante brasileiro junto aos organismos internacionais sediados em Genebra, Paulo Nogueira Batista, mostraram-se satisfeitos com os resultados da conferência. Para eles, o Brasil e o Grupo dos Dez, que se opunham à incorporação dos serviços no âmbito do Gatt, saíram vitoriosos no texto final.

Os dois afirmaram que, embora os ministros tenham deci-

dido efetuar negociação sobre os serviços, o fizeram como “representantes políticos de seus governos, não como partes contratantes do Gatt”. Segundo Nogueira Batista, “embora politicamente as duas situações possam confundir-se, juridicamente há uma clara distinção”.

O acordo prevê a discussão

“deter e reverter o protecionismo, removendo as distorções no comércio”, bem como “desenvolver um sistema comercial mais aberto, viável e duradouro”. Na área de serviços, o documento diz que a negociação “respeitará os objetivos políticos, as leis nacionais e as regulamentações que se aplicam aos serviços”.



A reunião do Gatt no Uruguai: traçando diretrizes para o final do século

do comércio de serviços no mesmo comitê que debaterá as transações com bens. Mas, quando abordar a questão de serviços, o comitê ficará fora das normas do Gatt, evitando assim qualquer relação entre os dois temas.

Outro acordo importante é o que disciplina os subsídios agrícolas. Ele prevê o compromisso de todos os participantes de negociarem uma maior liberalização do comércio agrícola e uma “crescente disciplina no uso de todos os subsídios diretos ou indiretos”.

O documento final afirma que os objetivos da futura rodada de negociações serão

Sua meta será estabelecer um quadro multilateral de princípios e de regras para o comércio de serviços, incluindo a elaboração de normas disciplinares para setores específicos, com vistas à expansão desse comércio “sob condições de transparência e progressiva liberalização”.

Os Estados Unidos defenderam a inclusão do item serviços no âmbito do Gatt, ponto considerado da maior importância pelos representantes norte-americanos presentes à reunião. Por essa razão, a não-inclusão dos serviços foi considerada uma vitória dos países em desenvolvimento.

ANGOLA

A diplomacia "suja" do Zaire

□ Apesar do acordo de não-interferência e segurança de fronteiras assinado em 1978 pelos presidentes Mobutu e Agostinho Neto, crescem as informações sobre um comportamento dúbio do governo do Zaire no que se refere ao apoio aos bandos armados da Unita em Angola. No final de agosto, fontes diplomáticas de Kinshasa e de Londres revelaram que um avião de transporte militar de matrícula não identificada desembarcou na capital zairense um carregamento de armas procedente da Arábia Saudita e que se destinava a contra-revolucionários angolanos supostamente localizados na província de Cabinda ou no norte do território de Angola.

O material de guerra era composto por lança-foguetes do tipo RPG-7 com os respectivos projéteis, armas do tipo AKM, SKS, minas anti-tanque e anti-pessoal, barracas de campanha e alimentos. O carregamento deveria chegar a Cabinda seguindo a rota Kinshasa-Matadi-Shela e Mi Conge, em caminhões trafegando à noite e tripulados por membros da Unita. A notícia, não desmentida pelo governo de Kinshasa, surgiu pouco depois de uma visita de um dia a Luanda do presidente zairense Mobutu Sese Seko, no decorrer da qual

ele garantiu que o acordo assinado em 78 continua de pé.

Mas nos meios diplomáticos africanos crescem as especulações sobre a real posição do governo de Mobutu, que no passado teve uma conduta nada tranquilizadora em relação a Angola. Mesmo antes da independência de Angola, o Zaire era uma das principais bases de operação da Agência Central de Informação (CIA) nas manobras desestabilizadoras contra o Movimento Popular de Libertação Angolana (MPLA), o partido de Agostinho Neto. Em fevereiro de 76, Neto foi a Brazzaville (República do Con-

Neto na ocasião, só normalizando as relações entre os dois países em fevereiro de 1977, quase na mesma época em que surgiram informações sobre um ataque militar contra Cabinda, denominado "operação Cobra", no qual estariam envolvidos militares norte-americanos e sul-africanos. O objetivo era implantar um "governo independente" em Cabinda.

A "operação Cobra" abortou, mas a localidade de Pangala, situada em território angolano, perto da fronteira com o Zaire, foi atacada no dia 26 de fevereiro de 1977 por membros de um grupo apoiado por Mo-



Mobutu e José Eduardo dos Santos: a dubiedade zairense

go) para um encontro com Mobutu, no decorrer do qual ficou acertado que o Zaire não daria apoio aos grupos que pretendiam derrubar o governo independente chefiado pelo MPLA. Em compensação, seria reaberta a ferrovia de Benguela. Mas Mobutu, mesmo assim, não reconheceu o governo de

butu e que se autodenominava Frente de Libertação de Cabinda. Um mês depois, aconteceu o levante de Shaba, em território zairense, quando um grupo de opositores tentou derrubar Mobutu. O presidente zairense pediu ajuda aos Estados Unidos, Marrocos, França e Egito, insinuando veladamente que

Panorama Tricontinental

Angola estaria por trás do levante. A rebelião foi duramente reprimida, aumentando o descontentamento popular no sul do Zaire, fenômeno que provocou uma segunda tentativa de derrubada de Mobutu em junho de 1978. A tensão no Zaire chegou a um ponto tal, que o presidente, em outubro do mesmo ano, foi a Luanda para assinar o acordo de não-interferência.

Mas as dúvidas continuaram. Em Kinshasa, foi instalado um Comitê Militar de Resistência de Angola (Comira), entre cujos organizadores se encontrava, em 1981, um certo Armand Agnarelli, francês, ex-mercenário na guerra de Biafra e que, desde 1975, se encontrava em Kinshasa, como funcionário do SDCE (serviço secreto francês). Agnarelli manteve numerosos contatos com o coronel Pretorius, adido militar sul-africano em Paris para organizar um carregamento de armas que foi levado para o norte de Angola num Hércules C-130 da Força Aérea da África do Sul. Agnarelli passou em 1981 a assessor privado de Mobutu.

A notícia, divulgada agora, de um novo carregamento de armas transportado por um avião Hércules C-130 surgiu pouco depois da divulgação de uma visita secreta do diretor da CIA, William Casey, à África do Sul, em março. A visita foi confirmada pelo diplomata norte-americano Robert Frasure, num depoimento na Câmara de Comuns da Inglaterra. Casey esteve em Pretória para discutir planos de fornecimento de armas sul-africanas à Unita.

MOÇAMBIQUE

Morre Samora Machel

□ A madrugada do dia 20 de outubro ficará na história de Moçambique como uma das mais tensas e dramáticas já vividas pelo país. Entre meia noite e 6 horas da manhã não havia notícias sobre o paradeiro do presidente Samora Machel, que voltava de uma reunião com seus colegas da Zâmbia, Angola e Zaire, realizada numa cidade ao norte de Lusaka. Às 7 horas da manhã, houve a confirmação do desastre aéreo e a divulgação da notícia que nenhum moçambicano queria ouvir: o presidente estava entre os 35 mortos.

Além dele, perderam a vida o ministro dos Transportes e Comunicações, Alcântara Santos; o vice-ministro do Exterior, José Carlos Lobo; o diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade "Eduardo Mondlane", Aquino de Bragança (que também era membro do Conselho Editorial dos **cadernos do terceiro mundo**); e as-

sistente pessoal do presidente, Fernando Honwana; e o secretário particular de Samora Machel, Muradali Mamadhussen. Em Maputo, o trauma nacional se misturou com uma série de dúvidas sobre as causas do acidente, já que o avião presidencial caiu em território sul-africano, seguindo uma rota não prevista, e ao chocar-se com o solo ficou com as partes dianteira e traseira quase intactas. A hipótese de bomba a bordo ou de disparo de míssil permaneceu no ar, indicando uma possível responsabilidade sul-africana.

O acidente aconteceu também num momento político extremamente delicado para a África Austral. A situação na fronteira entre Moçambique e Malauí começava a se tornar explosiva, enquanto aumentavam as suspeitas de envolvimento do Zaire na ajuda a grupos armados da Unita em Angola. Tanto no Malauí como no Zaire apareciam claros sinais de interferência sul-africana. As estranhas circunstâncias da morte de Samora Machel complicaram a já tensa situação político-militar na África Austral.



Samora Machel: "A Frelimo não morre e ela é vocês"

ESTADOS UNIDOS

"Wall Street" denuncia plano da CIA para derrubar Kadhafi

O serviço secreto norte-americano está renovando seus esforços para derrubar o

líder Muammar Kadhafi, mediante um plano aprovado em agosto pelo presidente Reagan. A denúncia foi feita pelo *Wall Street Journal*, importante diário financeiro de Nova Iorque, em sua edição de 2 de setembro.

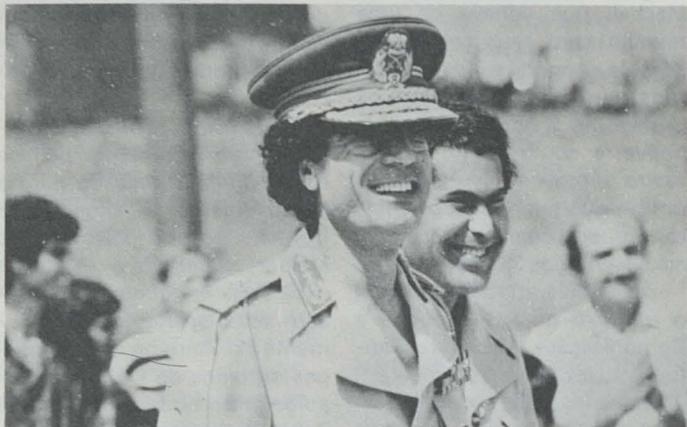
O plano – segundo o jornal – é complexo e articulado. Trata-se de jogar várias cartas ao mesmo tempo para criar dificuldades e finalmente derrubar Kadhafi (os Estados Unidos

consideram que a queda do líder líbio não é iminente).

Um dos principais pontos do plano é apoiar os opositores de Kadhafi dentro e fora da Líbia, procurando unificar as facções, tal como Washington já fez com a oposição ao governo da Nicarágua. Outras ações se referem à área da propaganda: a CIA pretende pôr em circulação versões sobre crescente oposição no Oriente Médio à política de Kadhafi.

Um dos objetivos da manobra norte-americana é fazer com que o temor de novos bombardeios e o apoio de Washington à oposição política obriguem Kadhafi a não aparecer muito em público, para que ele acabe assim por perder uma parte do apoio popular que goza.

Outro objetivo da tática dos Estados Unidos é provocar o descontentamento de militares líbios com alguns corpos especiais, como os guardas revolucionários.



Muammar Kadhafi

Filipinas: Corazón negocia com grupos armados

Em apenas duas semanas, a presidente das Filipinas, Corazón Aquino, assinou acordos de trégua com dois grupos armados, prevendo a suspensão temporária das hostilidades para permitir a realização de negociações de paz. Um deles foi firmado com o líder muçulmano Nur Misuari, chefe da Frente de Libertação Nacional Moro

(FLNM), que há mais de 14 anos vinha travando guerra de guerrilha, com milhares de combatentes em Mindanao e ilhas vizinhas, reivindicando a independência da região habitada pelos moros.

Corazón Aquino conseguiu, depois do encontro com Misuari, que a FLNM aceitasse a autonomia para as ilhas, não mais exigindo a independência total. O segundo acordo foi firmado com o missionário Conrado Balweg, nas montanhas de Benaware, para onde Corazón Aquino se

dirigiu de helicóptero, acompanhada de oito ministros e militares. O missionário, que desde 1979 combatia o governo de Manila, exigindo maior autonomia para a região, na ilha de Luzón, rompeu em abril com o Novo Exército do Povo (NEP), e formou o Exército de Libertação do Povo da Cordilheira.

Balweg e dois generais do exército assinaram o documento de trégua e, depois, Corazón e ele trocaram presentes numa cerimônia simbólica de paz.

Os Não-Alinhados contra o intervencionismo real

A Oitava Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados mostrou substancial coincidência de posições acerca dos principais problemas internacionais, particularmente dos que afetam as nações subdesenvolvidas. É claro que também houve divergências e diferentes pontos de vista, como não poderia deixar de ser. O movimento é integrado por 101 países-membros cujas histórias, economias, situações geográficas e conflitos formam um vastíssimo mosaico que exclui, naturalmente, a unanimidade.

Tal deveria ser o ponto de partida para um balanço objetivo de uma conferência que reuniu tantos governos e abordou tantos assuntos. No entanto, ao omitirem a referida diversidade e ao não considerarem os numerosos acordos, alguns setores nitidamente contrários ao movimento realçaram a discrepância ocorrida em relação à próxima sede, para afirmar que os Não-Alinhados estão desunidos.

Bem diferente é a conclusão a que se chega depois de examinar o conjunto de resoluções aprovadas. Deveria chamar a atenção o grau de coincidência sobre tantos problemas contemporâneos se não se levasse em conta que, mais que as suas peculiaridades e diferenças, que no plano político vão desde a monarquia absolutista até regimes socialistas, a grande maioria destes países tem em comum pontos fundamentais como o

subdesenvolvimento e a dependência.

Não houve discrepância em relação ao tema que predominou na reunião de Harare: a condenação do racismo e do *apartheid*, assim como as medidas para combatê-lo. Poder-se-á argumentar que não era difícil chegar a uma unanimidade das medidas a serem tomadas acerca da monstruosa violação dos direitos humanos do regime racista de Pretória, e que o próprio local da reunião, o Zimbábue, país da Linha de Frente, facilitava o consenso e a predominância do tema.

No entanto, um grupo muito mais reduzido de países aliados – Estados Unidos e os membros da Comunidade Econômica Européia, ou seja 13 países em comparação com os 101 do Movimento dos Não-Alinhados – divergiu profundamente a respeito da posição e das sanções a serem adotadas contra a África do Sul. O acordo de Harare implica um programa de ação e como tal deve ser destacado como uma contribuição significativa para essa candente questão. Os porta-vozes das sanções foram os representantes do povo sul-africano e dos governos da África Austral. Segundo a tese das potências que se opõem a tais medidas – Estados Unidos e Grã-Bretanha – a população negra sul-africana seria a primeira a sofrer as conseqüências das sanções econômicas. Por sua parte, os países da África Austral foram advertidos por Pretória sobre as represálias de

que seriam vítimas caso a África do Sul fosse alvo de sanções duras e efetivas do ocidente. O fato de supostamente afetados terem sido os promotores das resoluções que pedem a adoção urgente de sanções e terem designado uma missão para persuadir as potências renitentes, tira qualquer argumento a uma relutância que tome como pretexto os interesses desses países. Esse fato e a unanimidade registrada em Harare tornam insustentáveis tais subterfúgios, e põem em evidência os interesses econômicos e os laços que ligam Pretória aos governos ocidentais, que se recusam a tomar as únicas medidas que poderiam encurralar o racismo. No aspecto político, cumpre destacar a solidariedade dos Países Não-Alinhados em relação às agressões em outros continentes, com situações bem diferentes: o financiamento norte-americano aos "contras" na guerra contra o governo da Nicarágua; a saída para o mar da Bolívia; os ataques norte-americanos à Líbia; a descolonização das Ilhas Malvinas; apoio aos direitos do povo palestino; cobertura política à oposição chilena etc. Uma resolução particularmente importante foi a condenação ao terrorismo internacional e ao terrorismo de Estado, resolução essa acompanhada de uma explicação sobre ambos. A condenação do terrorismo internacional implica traçar uma fronteira entre a legitimidade ou ilegitimidade das ações armadas em favor de reivindicações nacionais e políticas. A condenação ao terrorismo de Estado repudia particularmente as agressões e intervenções militares executadas pelas potências sob o argumento de combater o terrorismo, abrangendo tanto a prática sistemática do Estado de Israel, como o aumento alarmante do intervencionismo dos Estados Unidos sob o governo de Ronald Reagan.

14 - terceiro mundo

No plano das reivindicações econômicas em escala mundial, entre países subdesenvolvidos e nações ricas, o movimento tem defendido uma posição que é a base das reivindicações do Terceiro Mundo, e que se resume na divisa de uma Nova Ordem Econômica Internacional. A reunião de Harare foi uma ocasião não apenas para reafirmar esse princípio e deplorar o ponto morto em que se encontra o diálogo Norte-Sul, devido à posição recalcitrante dos Estados Unidos e de um reduzido grupo de nações industrializadas. Tratou-se de juntar o tema econômico que passou para primeiro plano nos últimos anos: a dívida externa.

A fórmula que prevaleceu representa a posição de alguns dos países mais afetados, consistindo em que cada nação fixe o percentual sobre as receitas de exportação que será desviado para o pagamento do serviço da dívida, de forma que seja compatível com as exigências de desenvolvimento econômico dos Estados devedores. Esse fato constitui novo e valioso antecedente voltado a dar cobertura às negociações dos países oprimidos por uma carga financeira que foi incrivelmente aumentada pelas políticas econômicas das grandes potências capitalistas.

Ficou definida em Harare a realização, em novembro próximo, de uma conferência econômica em Lima, Peru, onde o tema principal a ser tratado será a relação entre os países endividados do Terceiro Mundo e o FMI. Conforme constatou um dos representantes da delegação peruana, "os banqueiros internacionais e o Fundo Monetário Internacional têm toda a informação necessária sobre as nossas economias, enquanto nós desconhecemos as formas de negociação da dívida dos nossos vizinhos. Temos que nos juntar para trocarmos informações e idéias sobre

este problema que nos é comum”.

Foi igualmente adotada uma resolução de condenação ao protecionismo dos países industrializados, decidindo-se exigir o fim das barreiras alfandegárias como condição prévia para qualquer negociação sobre problemas econômicos entre os Países Não-Alinhados e as potências ocidentais.

Quanto às diferentes posições sobre a próxima sede do movimento, isso foi uma consequência direta das distintas posições políticas dentro dos Não-Alinhados. O grupo de países progressistas propôs Manágua como sede da próxima Conferência de Cúpula, em 1989, o que daria à Nicarágua a presidência dos Não-Alinhados durante o próximo triênio. Os restantes (que o simplismo de alguns jornais convencionou chamar de “moderados”, mas que na realidade abrange um leque político que vai desde as monarquias até governos social-democratas) inclinavam-se para outro tipo de candidatura, sem perderem de vista a possibilidade de um acordo.

É indiscutível que a eleição da Nicarágua – que ainda não foi descartada – teria significado um apoio a um país-membro encurralado pelo intervencionismo dos Estados Unidos, sendo a falta de consenso neste aspecto um ponto negativo entre o conjunto de resoluções aprovadas.

Mas, ao mesmo tempo, a declaração de Harare contém o mais enérgico repúdio às hostilidades promovidas pelos Estados Unidos contra a Nicarágua e a “firme solidariedade do movimento” ao pequeno país centro-americano. Para os críticos do movimento, as duas posições em relação à Nicarágua foram desconcertantes. Alguns observadores europeus manifestaram a sua perplexidade pelo fato de, apesar de os “moderados” contarem com ampla maioria,

terem sido feitas 54 condenações envolvendo os Estados Unidos e nenhuma contra a URSS.

Segundo esse ponto de vista, a “equidistância” dos Não-Alinhados deveria condenar as duas superpotências por igual, assim como a não-eleição de Manágua para sede da próxima cúpula deveria ser acompanhada de um silêncio sobre as agressões contra a Nicarágua.

Essas críticas carecem de fundamento e ignoram a sensibilidade política dos países que vêem o movimento como uma força internacional que procura um espaço maior para o exercício das soberanias nacionais dominadas e condicionadas, ontem pelo colonialismo, agora pelo neocolonialismo.

Os Estados Unidos praticam um intervencionismo global, que afeta todo o planeta, e os 101 membros do movimento, se limitaram a condenar o intervencionismo real.

Ao fazê-lo, repudiaram a política efetuada pelo atual presidente norte-americano. A agressividade que a caracteriza não ameaça apenas os países do movimento; o estado de tensão com a União Soviética acentua a bipolarização mundial e tende a restringir a margem de autonomia que constitui a essencial aspiração dos países Não-Alinhados.

Na hipótese de que os Estados Unidos tivessem um governo – como pedia a carta enviada a Reagan e a Gorbachev pelos chefes de Estado dos Não-Alinhados – que fosse partidário da contenção da corrida armamentista, criando uma atmosfera favorável à cooperação multilateral, a fim de promover o desenvolvimento social e econômico do Terceiro Mundo, e ao mesmo tempo desistissem de sua política externa intervencionista, as atuais resoluções contrárias aos EUA poderiam ser trocadas por um elogio e um voto de confiança para que prosseguissem nesse hipotético caminho.

REFORMA AGRÁRIA

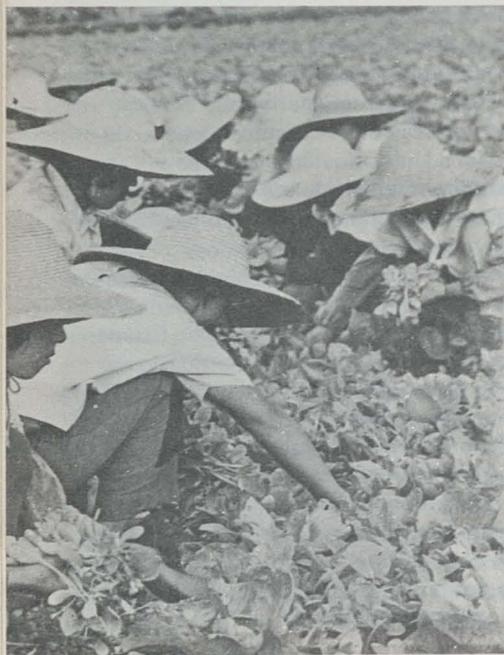


Avilton Meta



Jacques Minassian

desafio da terra • O desafio



FAO

O colonialismo destruiu a estrutura agrária nativa para implantar suas próprias formas de exploração. A dominação neocolonialista limitou-se simplesmente a adaptar essa herança aos seus novos interesses. No Terceiro Mundo, é essa a razão histórica que liga indissolavelmente o problema da terra com a libertação nacional. Soberania política, independência econômica e reforma agrária caminham lado a lado e morrem se forem separadas. Esta é uma das idéias em destaque nesta nossa panorâmica sobre a reforma agrária.

Idalé Carnebrava



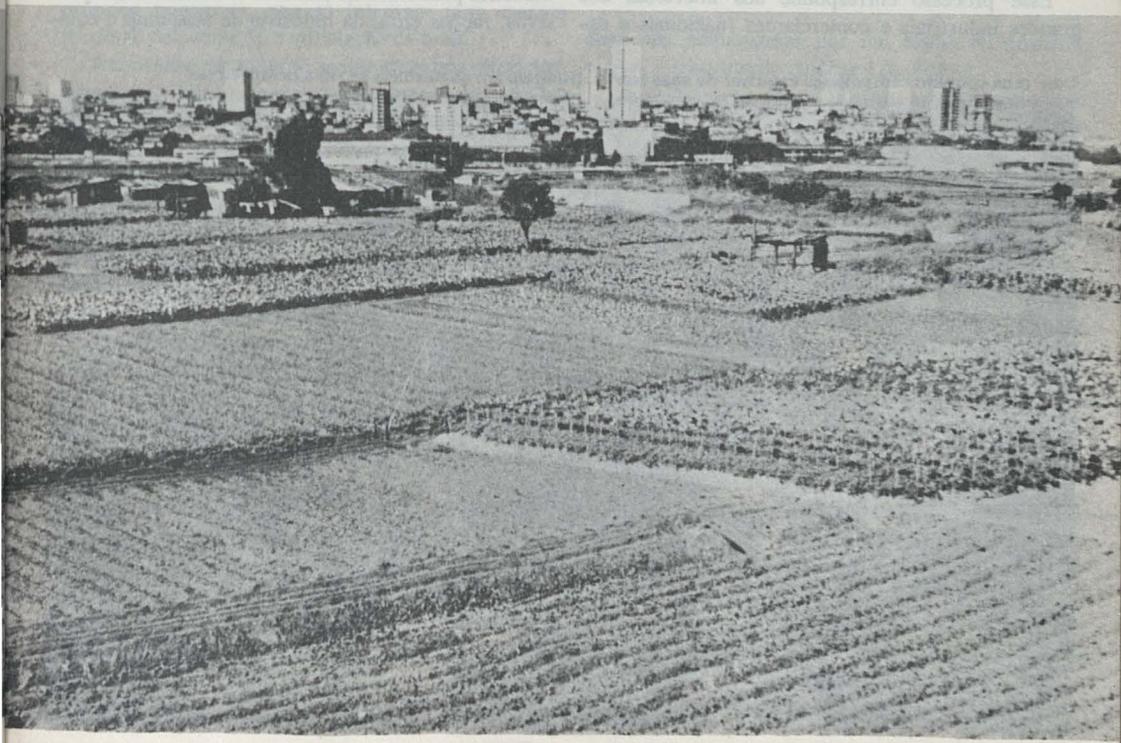
FAO



B. Bissio



da terra · O desafio da terra



O campo em chamas

As soluções de emergência adotadas até agora não conseguem deter a violência nas áreas rurais nem colocar a agricultura à altura das necessidades de um país de 130 milhões de habitantes



Dos anos 60 até hoje, a expansão do capitalismo na agricultura tem assumido formas cada vez mais modernas, com o uso, por parte das empresas rurais, de máquinas, defensivos, adubos etc. No entanto, isto se deu dentro de uma perspectiva conservadora, com a permanência de muitas terras nas mãos de poucos e uma alta concentração fundiária.

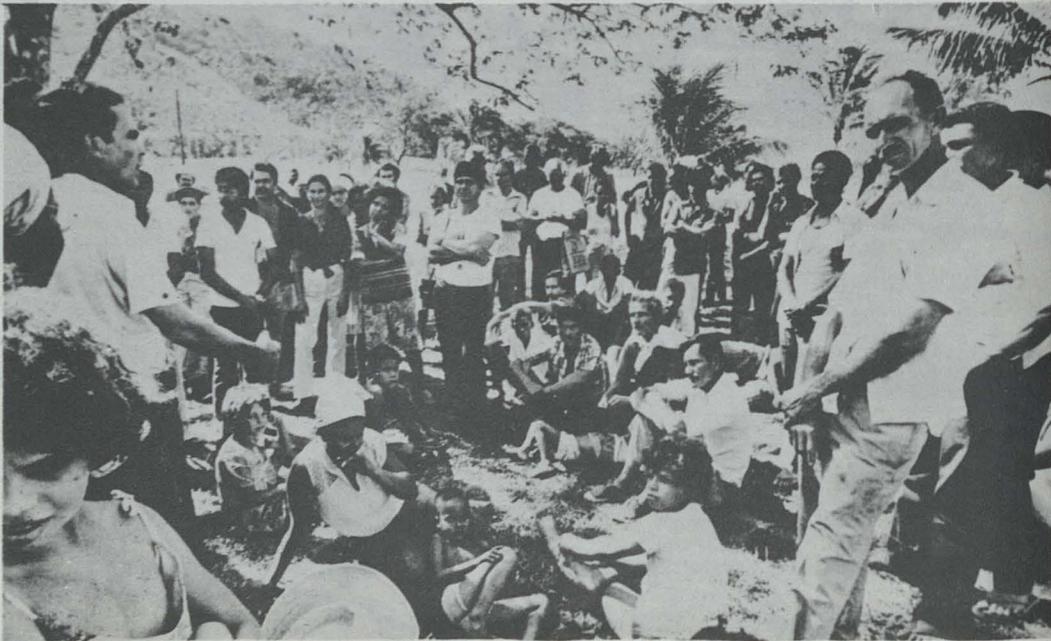
Esse processo corresponde aos interesses dos grandes industriais e comerciantes (nacionais e es-

trangeiros), dos grandes e médios proprietários de terras e do próprio Estado. Foi a partir de políticas econômicas direcionadas para esses interesses, principalmente através de instituições financeiras, que os governos militares, sobretudo após 1967, articularam a implantação desse modelo de desenvolvimento capitalista.

A expansão das formas modernas de agricultura não teve os mesmos efeitos em todas as regiões do país. Concentrou-se no Centro-Sul, integrando a produção agrícola à produção industrial. No Nordeste, manteve-se a grande propriedade fundiária tradicional. Nas áreas novas (Amazônia e Centro-Oeste) passaram a conviver elementos os mais diferentes: tanto os pequenos produtores, expulsos de outras partes do país, quanto os grandes proprietários e grupos econômicos que se dirigiram para essas regiões.

A subordinação da agricultura à indústria e ao capital financeiro fez com que ela deixasse de ser uma atividade dependente apenas das condições naturais de solo e clima, para sê-lo cada vez mais da indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, rações etc.), da indústria de máquinas e equi-

Uma cena comum: camponeses expulsos de suas terras discutem em assembléia as suas perspectivas



REFORMA AGRÁRIA • BRASIL • R

pamentos e da indústria processadora de produtos agrícolas.

A formação de conglomerados

Essas novas relações entre a agricultura e a indústria vão além da utilização, pela primeira, das mercadorias produzidas pela segunda. Entre outros aspectos, elas significam a formação de conglomerados, ou seja, diversas empresas que atuam em diferentes setores da economia e que começam a investir na agricultura. Por exemplo, o Bradesco – Banco Brasileiro de Descontos e o Banco Bradesco de Investimentos – é um grupo econômico que tem 59 empresas (bancos, seguros, imóveis, agropecuária). Destas 59, 11 são de agropecuária.

Essas novas relações significam também a existência, no Brasil, de fábricas produtoras de tratores, máquinas, fertilizantes, defensivos, rações etc., que alteraram o próprio processo de produção no campo. Desenvolve-se a agroindústria que processa, beneficia e coloca no mercado os produtos agrícolas. Existem hoje, no Brasil, verdadeiros complexos agroindustriais, isto é, estabelecimentos agrícolas com diferentes condições (grandes, pequenos, mais ou menos mecanizados), diferentes empresas comerciais, industriais e financeiras, cada uma com seus próprios interesses, que se integram num mesmo processo de produção e circulação de bens.

Até órgãos do governo se integram nos diferentes complexos. Como exemplo, tomemos o caso da lavoura canieira. É uma lavoura tradicional para a produção do açúcar. Intensificou-se, porém, nos últimos anos, o uso de adubos, corretivos do solo, defensivos agrícolas (o que favoreceu as indústrias produtoras desses insumos). Intensificou-se também a utilização de tratores e máquinas, como o arado e até outras mais sofisticadas, como a apanhadora de cana (outro ramo industrial que é favorecido). A cana-de-açúcar é levada até a usina em caminhões. As usinas se equiparam melhor (entrando aí outro ramo industrial, produtor de caldeiras, por exemplo) e começaram a exigir padrões mais altos para a lavoura de cana, optando pela utilização de variedades que produzam mais açúcar.

Nos anos recentes, o projeto do governo para substituir a gasolina pelo álcool incentivou a construção de destilarias de álcool e aumentou a extensão das áreas com lavouras de cana, direcionadas para essas destilarias. A produção e comercialização da

Nº 94 – Outubro – 1986



Hélia Santos

Camponeses pedem terra: o latifúndio cresce

cana são comandadas por um órgão do governo, o IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool.

Para que essas novas relações se desenvolvessem, foram necessárias políticas econômicas que possibilitaram o financiamento dessa modernização.

O processo tem três características centrais: permanência de uma estrutura fundiária altamente concentrada, alteração da base técnica de produção e alteração das relações de trabalho.

Uma estrutura fundiária altamente concentrada

A manutenção de uma estrutura fundiária concentradora da posse da terra é a razão pela qual é possível qualificar de conservador o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira.

É necessário destacar dois aspectos:

1) Ocorre um processo acelerado de apropriação de terras, ou seja, áreas imensas que antes não tinham dono (eram terras devolutas) passaram a pertencer a alguém. Isso foi possível devido às obras de infra-estrutura (estradas, por exemplo) e às facilita-

terceiro mundo – 19

REFORMA AGRÁRIA • BRASIL • REFORMA AGRÁRIA • BRASIL

des para investimentos;

2) Essas novas terras não só foram apossadas pelos proprietários tradicionais como, principalmente, foram adquiridas por "novos" proprietários, muitas vezes ligados aos grandes grupos capitalistas e especuladores;

3) As terras apropriadas são, em sua maior parte, improdutivas.

Em 1960, os terrenos com menos de 10 hectares eram 45,1% do total e ocupavam uma área que era somente 2,4% do total. Em 1980, essa categoria era 50,5% do número total e só ocupava 2,4% da área total, ou seja, 8.994.718 hectares. Nesses terrenos com menos de 10 hectares estão os posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários.

Em 1980, menos de 1% (0,94) dos estabelecimentos ocupava uma área de 169.200.615 hectares, ou seja, 45,8% do total.

Essa desigualdade extrema na distribuição da terra condiciona o sistema de produção e a própria distribuição da renda e do poder político no Brasil. Existem enormes parcelas de terra aproveitáveis para as atividades agropecuárias (segundo informação do Incra, 79,6% das terras são aproveitáveis). Contudo, apenas 41,1% do solo estão sendo explorados de alguma forma, enquanto o restante está diretamente inexplorado (e em algumas partes, por falta de condições do solo e por existirem florestas de reserva legal).

E suma, quase metade das terras que potencialmente poderiam gerar produção agrícola ou pecuária está ociosa, por causa do sistema de apropriação do solo, que vigora desde a época da colônia.

À luz dos dados do Incra, constata-se que nas últimas décadas a situação vem se agravando progressivamente. Os minifúndios e as empresas rurais diminuíram sua participação porcentual sobre as áreas cadastradas entre 1967 e 1978, enquanto os latifúndios cresceram consideravelmente.

Por outro lado, as áreas de pastagens (artificiais e naturais) com as matas (naturais e artificiais) abrangem mais de 80% do solo no Brasil (83,3%), restando apenas 16,7% da área para as lavouras.

Enquanto 307.865.000 hectares são utilizados na pecuária (embora boa parte extensiva) e na exploração de florestas, apenas 61.721.000 hectares (16,7% sobre o total) servem para a produção de cereais e alimentos nas áreas de lavouras permanentes e temporárias.

Alteração da base técnica da produção

A alteração da base técnica da produção significa as mudanças na forma de produzir. Essas mudanças foram determinadas pela indústria, e a agricultura foi obrigada a se submeter aos padrões tecnológicos impostos.

São duas as formas de ocorrência dessa imposição. A primeira ocorre quando a agricultura passa a ser consumidora de produtos industriais. A utilização de máquinas e equipamentos, por exemplo, obriga a empresa capitalista a especializar-se, a produzir um tipo de lavoura de cada vez, para tornar "mais econômica" a utilização dos tratores e máquinas. Para aumentar a produção, utilizam-se fertilizantes do solo e as variedades de culturas que melhor se adaptam ao tipo de solo e respondem melhor aos fertilizantes. Isso tudo torna a agricultura tão dependente da indústria, que se fala em "pacotes tecnológicos", onde a utilização de uma técnica leva a outra, e assim por diante.

A segunda forma para imposição de padrões à agricultura acontece quando esta fornece matéria-prima para a agroindústria. A indústria exige certo tipo de produto, regularidade no fornecimento, qualidade sanitária. O aspecto da qualidade sanitária é resolvido, dentro desse esquema, com a utilização em larga escala dos agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas), que por sua vez também são produtos industrializados.

Essa forma de subordinação da agricultura à indústria atinge níveis muito altos de integração em certos ramos da produção, como por exemplo, porco, frango, fumo, frutas (uva, laranja), laticínios. Nesses casos, a indústria cria tanta dependência para o produtor, que este aparece quase como um funcionário da indústria. As exigências são tais que o pequeno produtor, por exemplo, perde toda autonomia para administrar sua unidade de produção, sendo forçado a dedicar-se integralmente à produção da mercadoria que é colocada na indústria e, em consequência, a adquirir no mercado os produtos necessários à sua subsistência e de sua família. Um exemplo desse tipo de integração é o caso do frango. O frigorífico exige o tipo de frango, a ração, o número de dias exato para o abate, as condições sanitárias e é esse mesmo frigorífico que vai comprar o frango. A criação de frango é tão industrializada, que há muito

REFORMA AGRÁRIA • BRASIL • REFORMA AGRÁRIA • BRASIL



Perda Litz

Com a expansão capitalista no campo, aumentou a utilização de trabalhadores temporários, os “bóias-frias”

tempo já não existe raça de frango e sim *marca* de frango.

Alterações nas relações de trabalho

Acompanhando o processo de subordinação da agricultura à indústria e a utilização de inovações tecnológicas, as relações de trabalho também se alteraram na agricultura.

A primeira característica é que, nos últimos anos, a produção agropecuária cresceu mas o oferecimento de emprego na agricultura não. (O crescimento ficou por conta das inovações tecnológicas.)

A segunda característica é que com a expansão capitalista no campo aumentou e se difundiu a utilização de formas de emprego temporário. As empresas rurais contratam mão-de-obra nos momentos em que precisam, como para as colheitas¹, por exemplo.

O emprego temporário está relacionado com a especialização das monoculturas e é dependente do seu ciclo vegetativo. Dessa forma, tem-se uma massa de trabalhadores que se desloca de fazenda em fazenda – muitas vezes agrupados em turmas organizadas por “gatos” (empreiteiros de mão-de-obra) – em busca de trabalho. A origem desses trabalhadores, conhecidos em algumas regiões como “bóias-frias”, em outras como “volantes” e em outras ainda

como “clandestinos”, é bastante diferenciada. São antigos colonos, arrendatários, parceiros, posseiros e mesmo pequenos proprietários. Esses trabalhadores não têm vínculos de emprego formais.

Abrir caminho à expansão do capitalismo

O Estado, através de diferentes órgãos criados especialmente para cada caso, procurou desenvolver políticas, durante os últimos 20 anos, visando à geração de condições gerais, nas diversas regiões, que abrissem caminho à expansão do capitalismo e, especialmente, às formas ditas modernas de desenvolvimento agrícola.

Isso implicava a destruição das estruturas tradicionais ligadas à pequena produção familiar ou comunitária (índios). Foram implementados mecanismos que combinaram os métodos repressivos com os técnicos e financeiros, de modo a garantir, de uma forma ou de outra, a legitimidade de sua ação junto às populações afetadas.

Na Amazônia, o governo desenvolve uma política de colonização com o objetivo explícito de transportar para essa região os excedentes populacionais do Nordeste e, dessa forma, resolver os conflitos pela terra, cada vez mais frequentes. O slogan oficial era “para os homens sem terra do Nordeste, as terras sem homens da Amazônia”.

REFORMA AGRÁRIA • BRASIL • REFORMA AGRÁRIA • BRASIL

Já em 1970, o governo militar muda o eixo de sua intervenção, decidindo apostar numa outra clientela: o grande capital nacional e estrangeiro. A colonização, que, apesar dos problemas de doenças, de abandono e de falta total de recursos, representava uma brecha na procura de terras pelos camponeses, é desativada, promovendo-se a penetração do grande capital.

Nesse mesmo ano, é implementado um conjunto de normas que deu origem ao Poloamazônia, incentivando a criação de grandes fazendas na região (isenção de 50% no pagamento de impostos de renda e créditos equivalentes a até 75% dos investimentos programados²).

estado de São Paulo. A área da maior empresa existente nessa região (4.300.000ha) é semelhante à extensão do estado do Rio de Janeiro.

O Proterra

No caso do Nordeste, um dos instrumentos mais utilizados para promover a modernização da agricultura foi o Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste. Esse programa acabou destinando, na década de 70, menos de 8% de seus recursos à distribuição de terras, sendo que mais de 90% foram utilizados para financiar investimentos rurais, agroindustriais e de aquisição de insumos.

O outro fundo utilizado foi o Finor – Fundo de Investimento do Nordeste – que favoreceu unicamente as grandes propriedades, dando ênfase aos incentivos à pecuária.

Com essa política, o agreste nordestino foi sendo transformado em áreas de pastagens e pecuária extensiva, apesar de possuir uma larga tradição de pequena produção de alimentos.

Nas regiões do litoral nordestino deu-se o maior incentivo à produção de cana-de-açúcar, visando basicamente ao uso energético. Através do programa Proalcool, vultosas quantias foram aplicadas na produção de álcool combustível, viabilizando assim a implantação de muitas usinas açucareiras que passaram a substituir também lavouras de produção alimentar.

De 1982 em diante, vem mudando, em parte, a política de desenvolvimento regional para o Nordeste. Percebeu-se, de modo geral, que a modernização agrícola da forma como estava se dando não resultava em benefícios imediatos ao processo de desenvolvimento agrícola capitalista, na medida em que ou os recursos eram desviados para outras atividades (pecuária) ou simplesmente eram roubados (veja-se o “escândalo da mandioca”).

Foi a partir das propostas do Banco Mundial que se começou a articular uma política alternativa de desenvolvimento regional para a área, chamada de Projeto Nordeste, visando a desenvolver uma classe média rural que afinasse melhor com a tecnologia moderna e com o sistema de mercado. Esse novo setor permitiria integrar a agricultura, a agroindústria e os produtores de insumos, e ao mesmo tempo poderia servir de amortecedor das pressões sociais.

TABELA I

Alguns maiores proprietários	Área (1.000ha)	Estado
– Coloniz. Agropec. SP Amazonas	300	Acre
– Jorge W. Atalla	427,4	“
– Manoel M. de Queiroz	975	“
– Pedro A. Dotto	2.360,2	“
– Tohoru Okayama	870,4	“
– Wellington Q. Oliveira	1.438,9	“
– Adalberto C. e Silva	1.382,1	Amazonas
– APLUB	2.245,6	“
– Jussara M. Paz	432,1	“
– Manasa	4.302,2	“
– Mustafa Said	1.074,5	“
– Oscar Martinez	1.315,6	“
– Rosa Amora	584,2	“
– Jari	455,2	Pará
– Nicolau Lunardelli	928,8	“
– Agro Indust. do Amapá	540,6	“
– Agropec. Rio Cajari	1.674,3	“

Produziu-se assim o problema da concentração fundiária numa região que, por ser nova, poderia ter desenvolvido outras formas mais democráticas de apropriação da terra. Um levantamento do Inca constatou, nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e no território do Amapá, a existência de 152 empresas e grandes latifúndios ocupando nada menos do que 40.000.000 de hectares, com áreas individuais que variam desde um patamar mínimo de 20.000 até um máximo de 4.300.000 hectares. A área total ocupada por essas fazendas equivale à superfície somada dos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba, ou a quase o dobro do

REFORMA AGRÁRIA • BRASIL • REFORMA AGRÁRIA • BRAS

O peso de Banco Mundial

Inaugura-se, assim, uma fase na qual o Banco Mundial passa a ter um peso decisivo na formulação das políticas de desenvolvimento regional e agrícola do país. Uma vez aprovado o Projeto Nordeste, surgiram novos projetos financiados pelo Bird para a região, como o projeto de irrigação de um milhão de hectares, e também para a agricultura em geral, como o empréstimo de 500 milhões de dólares recentemente aprovado, que condiciona integralmente a política agrícola brasileira.

As políticas chamadas de desenvolvimento regional dos cerrados começaram a ser implantadas em 1972, no Triângulo Mineiro, através do Padap – Programa de Desenvolvimento do Alto Paranaíba. Posteriormente, o Polocentro ampliou a área de atuação para outros municípios e, finalmente, o Prodec I e o Prodec II atingem também outros estados da região, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia.

No caso dos cerrados brasileiros, uma novidade é introduzida. Trata-se de planos dos quais participa, além do governo brasileiro, o governo do Japão, com sua Jica – Japan International Corporation Agency.

São vários os objetivos desse programa, podendo ser resumidos basicamente da seguinte maneira: na base de médios produtores altamente especializados, preferencialmente de origem japonesa ou europeia, procura-se gerar um excedente agrícola significativo de soja, milho e trigo, basicamente, visando à sua exportação para o Japão, através de um sistema de vias férreas, rodoviárias e fluviais, especialmente construídas para esse fim.

Trata-se do primeiro corredor de exportação já funcionando. Os governos dos dois países financiaram uma colonização muito especial, que rapidamente se integra no circuito agroindustrial e internacional. Financiam também a construção de uma rede de transportes destinada ao escoamento dessa produção ao exterior. Em suma, é produzida uma nova região, com todos os elementos necessários de crédito, terras, incentivos, infra-estruturas etc., visando exclusivamente ao mercado internacional.

Falando das políticas globais do Estado que afetaram enormemente os trabalhadores rurais, cabe citar a política energética. Os vários governos do regime militar, de forma centralizada e autoritária, planejaram e executaram a construção de hidrelétri-

cas, em diferentes regiões do país, que foram responsáveis pela expulsão de suas terras de dezenas de milhares de trabalhadores rurais, posseiros, arrendatários, pequenos proprietários e comunidades indígenas.

As mais importantes foram as de Sobradinho (BA), Tucuruí (PA), Itaipu (PR) e Machadinho (RS), sendo impossível no espaço limitado desse texto mencionar as consequências sociais geradas com a sua construção.

A migração

O desenvolvimento capitalista no Brasil, em especial na agricultura, foi o responsável, nas décadas de 70 e 80, por um movimento migratório de quase 18 milhões de pessoas – dados da Fundação IBGE. Essas pessoas são obrigadas a deixar sua terra e procurar condições de sobrevivência em outro lugar.



A construção de hidrelétricas, por exemplo, foi responsável pela expulsão de milhares de camponeses

Na região sudeste, o maior fluxo migratório se dirigiu para os grandes centros urbanos: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo. Outro dado impressionante é que a região nordeste é a única que apresenta um saldo demográfico negativo (sai mais gente do que entra).

Outra constatação é que essa imensa massa migrante, expulsa de seu lugar de origem, continuará marginalizada na sua grande maioria nos lugares aonde chega. O melhor exemplo dessa afirmação é a crescente marginalização de parcelas cada vez maiores da população dos grandes centros urbanos.

IL • REFORMA AGRÁRIA • BRASIL • REFORMA AGRÁRIA • B

O impasse

O desenvolvimento do capitalismo no campo durante os últimos 20 anos incorporou progressivamente as tecnologias modernas, mantendo ou acentuando a concentração fundiária. A modernização gera desemprego ou intensifica o emprego temporário, na medida em que substitui o homem pelas máquinas na fase de preparo do solo e da colheita e acaba expulsando o camponês de suas terras.

O Estado fortalece e acentua um processo excludente no campo, através de diversas políticas: o crédito rural, beneficiando o uso da tecnologia e favorecendo os grandes proprietários; a política de incentivos fiscais, para a ocupação da Amazônia; o crédito subsidiado, para desenvolvimento da pecuária no Nordeste; os acordos internacionais, para a produção de soja nos cerrados; o fomento às exportações e à produção de álcool combustível, são formas manifestas dessas políticas.

Embora as consequências sociais sejam visíveis, o Estado, que detém os meios, os recursos políticos e financeiros, ignorou esse lado da questão. Tomando como exemplo as migrações campo-cidade, vemos que elas cumpriram, também, uma função dentro do modelo industrializante que estava sendo montado. Era necessário ao capitalismo contar com um amplo exército industrial de reserva, que fornecesse mão-de-obra suficiente nos momentos de alta da produção e que mantivesse um fluxo permanente de oferta

de mão-de-obra barata durante todo o ciclo econômico.

No que diz respeito à produção de alimentos, essa nunca foi uma preocupação real dos governantes. Os ministros de planejamento sabem que o modo de produção capitalista não tem nenhum compromisso com o valor de uso da mercadoria e sim com o seu valor de troca.

Ou seja, pouco importa ao capitalista produzir soja ou feijão, o que realmente interessa é o preço e o lucro a ser obtido, indiferentemente do destino final do produto. Nesse sentido, embora tenha havido certas iniciativas ao nível, por exemplo, da pesquisa de novas variedades de feijão (Embrapa), a questão da produção de alimentos sempre foi deixada para ser resolvida pelo mercado. Pensava-se que, após um período de carência alimentar, os preços dos alimentos subiriam, atraindo para esse setor novos agricultores, que, por sua vez, aumentariam a oferta de alimentos, provocando no final da linha, nova queda dos preços e abastecimento satisfatório.

Distribuição injusta da renda

Entretanto, nada disso acontece. Ao mesmo tempo que as diferenças regionais se agravam, as cidades continuam a receber novas levas de migrantes que se avolumam nas favelas e subúrbios, e a população, de um modo geral, perde a capacidade de consumir e de se alimentar.

Segundo dados coletados por Hélio Jaguaribe, no Brasil, 64,7% da população economicamente ocupada "se encontra em níveis que variam da miséria à estrita pobreza", sendo que 32,9% vivem em situação de miséria comparável "aos mais pobres padrões afro-asiáticos". A distribuição de renda é das piores do mundo, sendo que os 50% mais pobres ganham 13,6% da renda, enquanto os 10% mais ricos obtêm 46,2% da renda nacional.

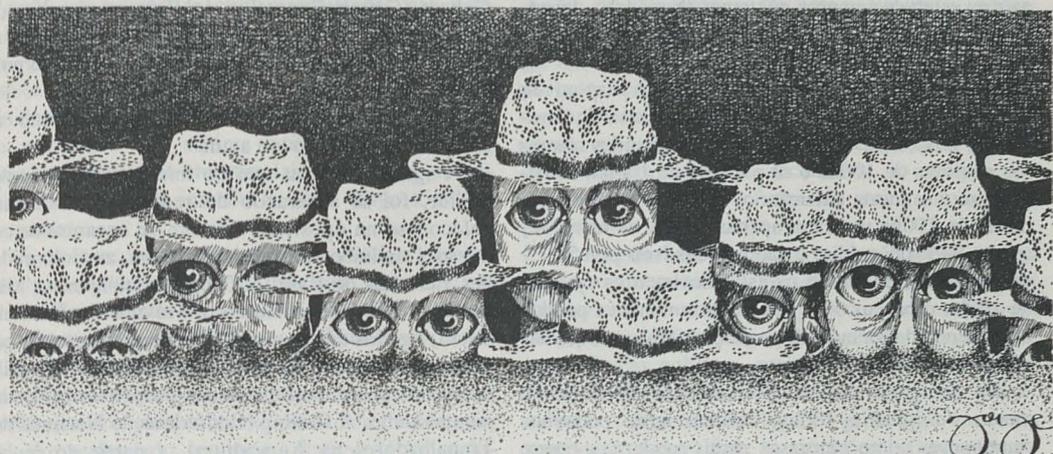
Para completar o quadro, Jaguaribe diz que 37,9% da população economicamente ativa urbana não-agrícola são desempregados ou subempregados, que sobrevivem por meio de serviços domésticos, trabalhos por conta própria (camelôs, guardadores de carro etc.) ou estão diretamente ligados à marginalidade ou mendicância.

Até o presente momento, as autoridades da área econômica sempre apostaram na hipótese de que a miséria fosse apenas uma fase do processo, e que o



latá Cannabrava

A produção alimentar nunca preocupou os governantes



Jorge Arbach

crescimento da indústria e de todas as atividades correlatas acabaria absorvendo o desemprego e criando condições de superação do quadro social, não havendo, portanto, necessidade de preocupação. Mas, as informações do último período de crescimento econômico (1983-85) revelam que, embora as empresas tenham recuperado os níveis de produção anteriores à crise (1980), absorveram apenas 2/3 dos operários desempregados em suas próprias indústrias.

Isso acontece, fundamentalmente, por causa do novo perfil produtivo implantado nas grandes indústrias, através da automatização, robotização, informatização e racionalização administrativa, que permite obter a mesma produção com uma quantidade menor de empregados.

Ora, se nem sequer os desempregados durante a crise são reabsorvidos, o que acontecerá com os 37,9% de desempregados ou subempregados que nunca tiveram emprego? Segundo cálculos da Coppe, mesmo mantendo uma taxa de crescimento do PIB de 7% anual durante 20 anos, os segmentos dos desempregados e subempregados apenas baixariam 10%, passando de 37,9% para 35% aproximadamente.

Fica cada vez mais claro que o Brasil dos marginalizados (se incluímos os trabalhadores rurais volantes e os posseiros, bem como os desempregados urbanos, essa população é de 50 milhões) perdeu a oportunidade de se integrar ao modelo industrializante e nunca mais se integrará.

As migrações que, durante certo tempo, eram

funcionais aos objetivos de acumulação capitalista, aparentemente superaram o teto do necessário.

Criou-se uma situação na qual: 1) não funcionam mais os mecanismos de compensação da expulsão do campo com oferta de emprego na cidade; 2) a queda acentuada na produção de alimentos gera problemas na própria economia industrial, por causa das pressões inflacionárias; 3) a criminalidade e a marginalização crônica põem em risco a segurança das populações urbanas.

O porquê da reforma agrária

A proposta de reforma agrária ampla, defendida por amplos setores sociais e políticos e pela igreja, não se justifica apenas por motivos de justiça social (migrações, miséria etc.). Existe uma dimensão econômica também inserida na projeção de um novo modelo agrícola para o país.

Embora existam diferentes visões sobre as possíveis formas de assentamento dos beneficiários de uma reforma agrária, com propostas que priorizam desde a organização comunitária até outras que se restringem totalmente à propriedade individual, é praticamente consenso geral que no atual estágio de luta política, a reforma agrária terá, como base, a pequena produção familiar ou cooperativada.

No Brasil, os pequenos estabelecimentos (até 100ha) são responsáveis pela maior parte dos alimentos produzidos no país. Nos casos do arroz, 37%; feijão, 79%; mandioca, 88%; e milho, 68%.

Também, nos produtos de exportação, como a soja,

terceiro mundo - 25

• REFORMA AGRÁRIA BRASIL REFORMA AGRÁRIA BR

são os estabelecimentos pequenos (e médios, dependendo da região) que colaboram com a maior parte da produção (46%).

Ao comparar as quantidades de terra disponíveis por cada estrato, as conclusões ficam mais interessantes. Dividindo os estratos em dois grandes setores (os menores de 100ha e os maiores de 100ha) configura-se a seguinte situação: os estabelecimentos menores de 100ha possuem apenas 19,8% da terra, recebem 34% do crédito e são responsáveis por 50,7% da produção, enquanto os estabelecimentos maiores de 100ha recebem 66% dos financiamentos e produzem menos da metade da produção total, embora sejam donos de 80,2% da terra.

Na categoria dos estabelecimentos de tamanho menor ou igual a 100ha, existem tanto pequenos camponeses como empresas rurais modernas, e esse conjunto das categorias envolvidas no mesmo estrato é que é responsável por essa produção. As informações de produção estão revelando um melhor uso e aproveitamento da terra por parte dos pequenos proprietários.

Atuando-se a favor da pequena produção, com crédito e assistência técnica, poder-se-á aumentar significativamente a absorção de mão-de-obra no campo.

Com base nesses critérios e nos fundamentos de justiça social no campo, os movimentos sociais vêm reivindicando o desencadeamento do processo desapropriatório, com a aplicação imediata do plano já aprovado e sua posterior ampliação a novas áreas do latifúndio improdutivo.

A resposta dos movimentos sociais no campo

O regime militar, instituído com o golpe de março de 1964, armou uma estratégia de dominação e legitimação no campo, utilizando-se da repressão mas, criando também mecanismos de legitimação da ordem. Contava, entre outros, com o apoio da igreja católica; dos sindicatos, que com sua função assistencialista atrelaram os trabalhadores ao Estado; das cooperativas agrícolas, que disciplinaram os trabalhadores e os integravam ideológica e economicamente ao mercado capitalista e, também, de diversas instituições criadas nas regiões mais problemáticas. Assim, a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e o

Gebam (Grupo Executivo do Baixo Amazonas), Polonordeste etc., procuravam ganhar o apoio da população camponesa na implementação de sua política.

No entanto, esses pilares do poder militar no campo foram caindo um a um.

A igreja católica, que no início apoiou o golpe militar, foi se separando do regime e, finalmente, colocou-se na oposição. Criaram-se organismos como as Comissões Pastorais da Terra, as Comunidades Eclesiais de Base, o Conselho Indigenista Missionário, as Pastorais Rurais, o Movimento dos Sem-Terra, ligados direta ou indiretamente à igreja e que desenvolveram um trabalho de organização e mobilização dos posseiros e pequenos proprietários fundamentalmente. A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a partir do seu 3º Congresso, em 1979, começa a lutar, decididamente, pela aplicação do Estatuto da Terra e efetivação de uma ampla, irrestrita e imediata reforma agrária no Brasil.

Cabe assinalar que a Contag conta com 2.650 sindicatos de trabalhadores rurais, 22 federações congregando mais de oito milhões de trabalhadores sindicalizados e detém hoje força real e poder de negociação com o Estado. Desde 1979, a federação dos trabalhadores rurais de Pernambuco vem realizando greves por salários e por condições de trabalho no setor canavieiro, mobilizando em torno de 250 mil trabalhadores por ano. Outros sindicatos, como o de Guariba (SP) e federações como as do Rio Grande do Norte, Paraíba e Rio de Janeiro, também realizam greves e apóiam a luta pela reforma agrária em seus estados.

O Movimento dos Sem-Terra vem se expandindo por diversas regiões, em 15 estados brasileiros, embora a sua implantação mais efetiva seja no Centro-Sul, especialmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Formado "por filhos de colonos, parceiros, arrendatários, agregados e assalariados temporários e expropriados de barragens", esse movimento vem realizando ocupações de terras improdutivas e organizando acampamentos que hoje contam com aproximadamente 25 mil famílias à espera da aceleração do processo de reforma agrária.

A resposta da Nova República

O governo da Nova República, em resposta à

REFORMA AGRÁRIA • BRASIL • REFORMA AGRÁRIA • BRASI

pressões da sociedade civil manifestadas nas lutas pelas "diretas-já" de 1984, formulou uma proposta provisória de reforma agrária, em maio de 1985, colocando-a em discussão pela sociedade. Apesar da timidez do plano, ele foi objeto de críticas de todo tipo por parte dos setores latifundiários, que, em aliança com setores empresariais e militares, conseguiram finalmente introduzir suas "sugestões" na proposta.

Finalmente, em 10 de outubro de 1985, o governo divulga o decreto nº 91.766 que aprova o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Esse plano, embora explicita sua fidelidade ao Estatuto da Terra (Lei 4504/64), recua em vários pontos, como, por exemplo, na questão da desapropriação por interesse social que acabou totalmente esvaziada de força legal. Por outro lado, renuncia a fixar critérios racionais na delimitação de áreas prioritárias de reforma agrária, deixando essa questão ao arbítrio das comissões agrárias regionais. Essa e outras questões levaram vários estudiosos do assunto a considerá-lo um plano ineficaz para a efetiva realização da reforma agrária no Brasil.

No tocante às metas do plano, mesmo na melhor das hipóteses, ou seja, de que elas sejam cumpridas na totalidade, produzirá um impacto mínimo sobre a estrutura fundiária.

Mantendo-se as condições atuais de apropriação de terras, os latifundiários ganham 97.209.042ha a cada seis anos (1978-1984), enquanto a reforma agrária dará aos sem-terra 43 milhões de hectares num período de quatro anos. Ou seja, por cada reforma agrária que se faz a favor dos pequenos, os grandes proprietários se apropriam de quase duas "reformas agrárias".

Mesmo sendo possível subtrair os 43 milhões de hectares de terra dos proprietários com mais de mil hectares, ainda assim, aumentaria a concentração na mesma magnitude que diminuiria pelo outro lado. Ou seja, o latifúndio praticamente não será tocado. Provavelmente serão desapropriadas terras marginais, abandonadas, e que não prejudiquem os interesses agrários dos grandes proprietários, sejam nacionais, sejam estrangeiros.

Na questão da política agrícola há indícios de que o governo estaria interessado na introdução de algumas alterações, principalmente no sistema de crédito rural, que deverá alocar uma parcela maior de recursos na área de investimento agrícola e de pro-

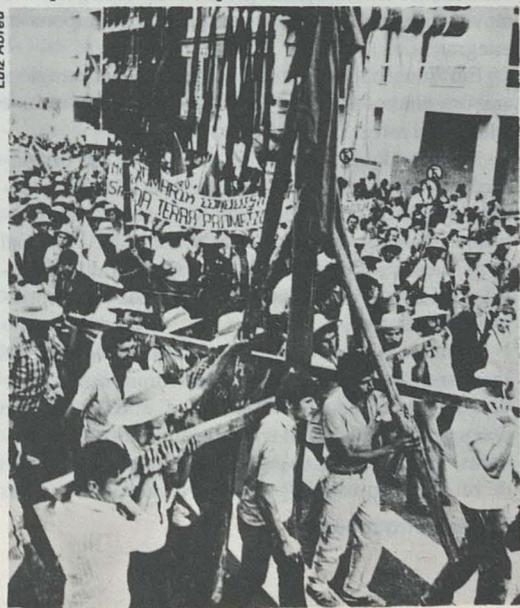
dução de alimentos, junto aos pequenos e médios produtores rurais. Tendência semelhante parece surgir nos órgãos de assistência técnica (Embrater) e de pesquisa agrônômica (Embrapa). No entanto, a alocação desses recursos ainda não está resolvida; enquanto está havendo, ao mesmo tempo, uma grande discussão em torno dos incentivos, do crédito, dos subsídios, que sempre foram da maior importância para o setor latifundiário.

A terra durante os últimos anos tem servido como base para a obtenção dessas vantagens. Uma das formas para desviar capital para a cidade era através de supostos créditos agrícolas que, de fato, alimentaram forças políticas, caciques do interior e estruturas econômicas que nada tinham a ver com a agricultura. A propriedade (legal ou grilada) serviu como reserva de valor, face às situações inflacionárias e como fonte de obtenção de vultosas somas de dinheiro.

Uma nova classe de latifundiários

Por meio desses mecanismos, surgiu no Brasil uma nova classe de latifundiários, formada, em parte, por setores da burguesia industrial. Atualmente os proprietários paulistas possuem quatro vezes o território de São Paulo em terras distribuídas pelo interior do país. Os interesses dos latifundiários acabam assim se confundindo com os interesses dos industriais e comerciantes das grandes cidades.

Camponeses sem terra protestam em Porto Alegre (RS)



Luiz Abreu

• REFORMA AGRÁRIA • BRASIL • REFORMA AGRÁRIA • BR

Atualmente, o conflito pela terra está confrontando, de um lado, os trabalhadores rurais e os camponeses sem terra, com pouco ou nulo apoio nas cidades, e de outro, os latifundiários. A resposta da Nova República não parece estar dando conta do impasse colocado pelo desenvolvimento capitalista na agricultura.



O conflito pela terra acirra as contradições entre trabalhadores rurais e latifundiários

Em suma, os movimentos de luta no campo, embora desarticulados e fragmentados, foram se expandindo por diversas regiões. No nordeste, com a luta dos trabalhadores da cana e a luta contra os efeitos das barragens; no norte, a luta dos posseiros da região do chamado Bico do Papagaio (PA, GO, MA); no centro-sul, a luta dos sindicatos, a mobilização dos sem-terra, a resistência dos afetados pela construção de barragens (Itaipu e rio Uruguai) e o movimento contra a política agrícola dos camponeses integrados.

Em função do grau de mobilização já atingido, embora ainda dispersa e desarticulada, trava-se hoje a luta pela reforma agrária.

Do lado dos latifundiários também existe organização. Durante o regime militar havia uma confederação, a CNA (Confederação Nacional de Agricultura) e duas sociedades, a SNA (Sociedade Nacional de Agricultura) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira) para organizar as diferentes facções de proprietários rurais.

Entretanto, à medida que o conflito no campo foi se acirrando, novas organizações foram sendo criadas. Atualmente, a mais radical é a UDR (União Democrática Ruralista) que, organizando os pecuaristas, basicamente, se opõe brutalmente ao projeto de reforma agrária do governo. Nessa entidade e nas

outras, acobertam-se pistoleiros e jagunços responsáveis pela morte de 721 trabalhadores rurais entre 1980 e 1985, dos quais 222 só no ano de 1985. Nos primeiros seis meses de 1986, foram assassinados outros 110, entre trabalhadores rurais, sindicalistas, padres, advogados, freiras e agentes pastorais. Apesar da violência, o movimento de luta no campo, junto com a reivindicação da reforma agrária, é irreversível hoje no Brasil.

Segundo dados da CPT, em 1984 foram registrados aproximadamente 117 conflitos trabalhistas envolvendo 655 mil trabalhadores, e 483 conflitos pela terra, envolvendo mais de 332 mil camponeses. No mesmo ano, mais de 300 mil pessoas lutaram contra a construção de barragens em diferentes pontos do país.

Com o objetivo de avançar na organização, articulação e unidade das lutas no campo, foi criada em 1983 a Campanha Nacional pela Reforma Agrária com a participação da Contag, CPT, CNBB (linha 6), Abra, Ibase, Cimi. Lançou-se uma ampla campanha unitária nas cidades, realizando inúmeras passeatas, palestras, cartazes, folhetos, audiovisuais buscando atrair o apoio dos trabalhadores urbanos, dos movimentos de moradores, dos estudantes, dos intelectuais à luta pela reforma agrária. Esse movimento continua se ampliando cada vez mais e hoje integra outras organizações em sua direção, como por exemplo o Movimento dos Sem-Terra. Embora exista diversidade de visões e propostas no seio da Campanha, hoje ela representa a única alternativa de organização unitária em função de um objetivo comum, de que se dê início à reforma agrária*.

* Este artigo é parte de um documento a ser publicado pelo Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

¹ As Estatísticas Cadastrais do Incra, de 1978, falam na existência de 1.104.433 trabalhadores assalariados permanentes e num máximo de 5.800.459 assalariados temporários. É importante considerar que muitos pequenos proprietários buscam nesse esquema temporário uma forma de conseguir manter a si e à sua família na terra.

² Oficialmente, a Amazônia é declarada a região ideal para a pecuária. O programa do Basa (Banco da Amazônia S.A.) para os anos 1975 e 1979 concedia 90% do crédito rural à pecuária, que deveria trabalhar com projetos nunca inferiores a 25 mil hectares para serem aprovados pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, órgão do Ministério do Interior). Assim, legalizaram propriedades de milhões de hectares.

Cuba: mudança radical

□ A primeira lei de reforma agrária foi promulgada a 17 de maio de 1959, tendo sucedido à terceira Lei Revolucionária, proclamada em outubro de 1958 pelo Exército Rebelde. A lei de 1959 fixou em 27ha o mínimo vital para uma família camponesa de cinco pessoas, outorgando-lhe o direito de propriedade sobre essa terra.

A segunda lei da reforma agrária foi promulgada em outubro de 1963, cerca de dois anos depois de Cuba ter optado por uma economia socialista. Esta lei permitiu-lhe eliminar o que restava da burguesia agrária – adversária feroz do poder revolucionário – através da expropriação de todas as propriedades com mais de 67ha. Por outro lado, a lei favoreceu a planificação central da economia e, desse ponto de vista, o controle da terra por parte do Estado tornou-se uma tarefa tão importante que a agricultura foi o setor dinamizante do conjunto da economia cubana. Quando a lei foi aplicada, o Estado tomou posse de 61% da superfície agrícola.

A nova política de propriedade da terra permitiu criar uma nova estrutura agrária, dominada pelo Estado e solidamente apoiada nos

pequenos agricultores que foram sem dúvida, (particularmente os não-proprietários), os primeiros beneficiários com as mudanças introduzidas.

Peru: uma reforma criativa

□ O governo do general Velasco Alvarado realizou, na década de 70, uma profunda reforma agrária no Peru, criando mais de mil empresas associativas e expropriando quase seis milhões de hectares de terra que favoreceram mais de um milhão de camponeses. “A terra deve ser de quem a trabalha e não de quem tira dela dinheiro sem a cultivar”, afirmava o general Velasco.

A característica mais singular do modelo peruano de reforma agrária foi o seu caráter associativo: a terra era entregue ao camponês, não em parcelas individuais mas na forma de cooperativas ou – uma inovação do governo das forças armadas – numa nova forma de associação, as Sociedades Agrícolas de Interesse Social (SAIS), que constituíram a unidade básica da reforma na zona serrana. O objetivo era resolver o problema das comunidades indígenas e de lhes proporcionar oportunidades de desenvolvimento agrícola e social, sem pôr em risco o nível relativamente alto que se poderia

obter das fazendas expropriadas.

Assim, os grandes latifúndios atingidos pela reforma agrária passaram a ser dos camponeses que neles trabalhavam, agrupados em cooperativas, e das comunidades camponesas indígenas vizinhas.

Como no Peru cerca de 50% da população economicamente ativa trabalham na terra, a reforma agrária, ao afetar profundamente o sistema de propriedade, produziu também uma mudança social muito significativa. O governo do general Morales Bermúdez, que derrubou Velasco Alvarado, tentou anular alguns dos avanços revolucionários, mas devido às pressões sociais e políticas do movimento camponês foi-lhe impossível alterar a reforma agrária. O mesmo aconteceu durante o mandato do presidente Belaúnde Terry. Mas, se não conseguiram voltar atrás, foi no entanto possível reduzir a velocidade do processo de mudanças no campo e, mais do que isso, inviabilizar as medidas complementares da reforma agrária, como a política de créditos às novas cooperativas e a comercialização da produção.

Em 1985, quando o jovem dirigente do Partido Aprista, Alan García, assumiu a presidência, comprometeu-se a aprofundar e completar a reforma agrária iniciada durante o governo do general Velasco Alvarado, levantando de novo a bandeira da justiça social no campo.

A luta camponesa não terminou

A questão agrária, um dos grandes problemas nacionais, não será resolvida sem a participação dos trabalhadores do campo e da cidade



A questão agrária no México reveste-se de importância singular, devido ao fato de a luta pela terra ter sido o principal fator da mais grave conclusão social vivida pelo país neste século – a revolução de 1910/1917. Nas décadas seguintes, a política de distribuição de terra constituiu parte relevante da ação dos governos pós-revolucionários. Ainda hoje, apesar do acelerado processo de urbanização, bem como do crescimento e da diversificação da economia – o que relegou o campo a um segundo plano –, a questão

agrária continua a ser um dos problemas nacionais não resolvidos e geradores de novas tensões.

Terra e história

A luta pela terra no México faz parte do demorado processo de integração nacional, envolvendo não só interesses econômicos mas também elementos culturais. Durante o período colonial, os povos indígenas sofreram violenta usurpação de suas terras. A coroa espanhola, na tentativa de limitar o poder dos conquistadores, traçou, porém, uma política protetora do índio que, apesar de frequentemente burlada, permitiu que as comunidades nativas recuperassem parte de suas terras sob a forma de *ejidos*¹. Dessa maneira, a propriedade comunitária conseguiu sobreviver.

Ao eclodir a luta pela independência, em 1810, os indígenas e mestiços aderiram aos exércitos de Hidalgo e Morelos², conferindo ao movimento profundo conteúdo social, que ultrapassava o projeto original dos *criollos*. Uma vez derrotada a tendência radical e popular, porém, a classe dominante que conduziu o processo de independência ignorou as rei-



REFORMA AGRÁRIA •

vindicações agrárias. Depois de implantada a República, em 1824, foram revogadas as leis que protegiam a propriedade comunitária. O resultado disso foi o agravamento da usurpação de terras indígenas, que se prolongou durante todo o século XIX.

Ao contrário do que esperavam seus criadores, as leis de reforma provocaram não o estabelecimento de pequenas propriedades rurais, mas, sim, uma nova e inaudita concentração da terra. Durante a ditadura de Porfirio Díaz (1876-1911), as leis de colonização e demarcação só contribuíram para completar o processo de usurpação, a tal ponto que, no

começo deste século, dois por cento dos proprietários rurais detinham 70% da terra cultivável do país, enquanto a maioria da população era submetida às mais desumanas formas de exploração.

Durante todo esse período, os camponeses resistiram de muitas maneiras, e, quanto já não tinham outro recurso, levantaram-se em armas. Isolados e divididos, por diversas vezes foram derrotados. As mais importantes dessas insurreições foram a dos maias e indígenas de La Huasteca, em 1847-49; a dos *huicholes*, liderados por Lozada, em 1870, e as prolongadas guerras dos *yaquis* e maias, que tiveram seu auge no começo do século.

Em 1910, ano em que se iniciou a revolução mexicana, os camponeses, agora majoritariamente mestiços, impuseram sua presença pela primeira vez como protagonistas, marcando de maneira indelével esse movimento social. A revolução, que, em princípio, estava limitada às reivindicações dos grupos burgueses descontentes com o regime de Porfirio Díaz, ganhou nova orientação com a ação revolucionária das massas, especialmente dos camponeses.

A participação mais avançada dos camponeses verificou-se no movimento liderado por Emiliano Zapata, herdeiro da tradição comunitária dos povos indígenas e mestiços. Zapata, influenciado pelo pensamento anarco-ruralista de Ricardo Flores Magón, traçou um programa político baseado na distribuição equitativa da terra.

O movimento de Zapata foi derrotado, mas seus



Zapata foi derrotado, mas as suas bandeiras foram retomadas

inimigos, representantes das camadas médias e burguesas, tiveram que assumir como próprias as bandeiras levantadas pelos camponeses. Daí para a frente, a reforma agrária não poderia ser mais ignorada. A insurreição camponesa, além disso, conseguiu que se reconhecesse a necessidade de criar *ejidos*, característica do campo mexicano.

A política agrária dos primeiros governos pós-revolucionários orientou-se no sentido de abafar o descontentamento nas regiões camponesas nas quais o radicalismo esteve presente. No fundo, acreditava-se que o tipo de propriedade representado pelos *ejidos* tinha caráter temporário e que se criariam depois condições de transformar os seus beneficiários em pequenos proprietários.

As limitações da política agrária determinaram que até o princípio dos anos 30 a estrutura fundiária se conservasse intacta nas suas características fundamentais. Isso provocou um ressurgimento da luta camponesa, cujas principais manifestações foram as Ligas de Comunidades Agrárias de Veracruz e Michoacán.

Em 1934, Lázaro Cárdenas assumiu a presidência da República, representando a ala progressista dos revolucionários, insatisfeita com a política vacilante que prevalecera até então. Esse fato, somado à importante mobilização das forças populares, permitiu transcendentais conquistas do cardenismo, entre as quais a reforma agrária. Num prazo de seis anos, foram distribuídos 18 milhões de hectares para um

REFORMA AGRÁRIA • MÉXICO • REFORMA AGRÁRIA • MÉXICO

milhão de camponeses.

Igualmente importante foi a tentativa de converter os *ejidos* na coluna vertebral da produção agropecuária: criaram-se modernas unidades agrícolas sob a forma de propriedade cooperativa ou coletiva; foram criadas instituições estatais de apoio e incentivou-se a organização camponesa.

Apesar de todas essas medidas, a mudança da correlação de forças, com o fortalecimento dos setores direitistas dentro e fora do estado, a hostilidade do imperialismo norte-americano e a ascensão do fascismo a nível internacional levaram ao estancamento do processo, e, a partir de 1938, a política agrária começou a perder impulso.

Nas duas administrações posteriores – de Ávila Camacho (1940/46) e de Miguel Alemán (1946/52) – ocorreu o fenômeno conhecido como “contra-reforma agrária”: os *ejidos* coletivos foram sufocados, a distribuição de terra se restringiu e, sob o pretexto de defender a pequena propriedade, o latifúndio se recompôs, com o apoio jurídico e material do Estado.

Modernização e crise

A reforma agrária de Lázaro Cárdenas e a posterior canalização de recursos e obras para o campo estabeleceram as bases de uma agricultura capaz de gerar, numa balança comercial altamente superavitária, as divisas necessárias ao processo de industrialização e de crescimento urbano, que se iniciou a partir do segundo pós-guerra.

O capital estrangeiro, que durante os anos 30 perdera a propriedade da terra, reaparece agora, tendo como eixo a agroindústria e as indústrias fornecedoras de insumos e maquinaria agrícola. Nesse processo, inclusive, o México desempenhou importante papel como campo de experimentação do capital transnacional, que posteriormente se expandiria com rapidez por toda a América Latina.

A agroindústria é também campo fértil para o grande capital nacional, que muitas vezes seguiria os padrões tecnológicos e comerciais estabelecidos pelas transnacionais. O incentivo à agricultura irrigada e aos cultivos, destinados à exportação, de uso industrial e visando ao consumo das classes médias e alta, provoca profunda transformação nas culturas, cada vez mais perdendo importância as destinadas ao consumo da maioria, próprias das economias camponesas.

Na fase seguinte ao cardenismo, a organização dos camponeses viveu um marcado refluxo. A central mais importante – Confederação Nacional Camponesa (CNC), criada em 1938 – passa a seguir uma linha de subordinação às políticas oficiais, o que a impediria de propor uma alternativa de conjunto. Apesar disso, dentro e fora da CNC, os camponeses defendem as conquistas do cardenismo e continuam lutando pela terra.

Posteriormente, são criadas novas organizações camponesas, quase sempre como manifestações de movimentos políticos mais amplos. Em 1947, nasce a União Geral de Operários e Camponeses do México (UGOCM), ligada ao Partido Popular. Pouco tempo depois, surge a União das Federações Camponesas, como parte da Federação dos Partidos do Povo Mexicano. Na década de 50, Rubén Jaramillo lidera ampla mobilização no estado de Morelos, e, em 1963, cria-se a Central Camponesa Independente (CCI), dentro do Movimento de Libertação Nacional. As insurreições guerrilheiras de Chihuahua e as dirigidas por Genaro Vázquez Rojas e Lucio Cabañas, em Guerrero, também foram expressão de mobilizações camponesas. Contudo, os movimentos mais radicais foram derrotados e as tentativas de unidade não alcançaram seus objetivos.

Em meados dos anos 60, o processo de modernização começa a mostrar seus aspectos críticos: a agricultura cresce a um ritmo inferior ao da população e o país precisa importar cada vez mais quantidades de cereais básicos, oleaginosas e outros alimentos. A agricultura perde, em boa parte, sua característica de dinamizadora do resto da economia.

A crise também se refletirá nas lutas camponesas da primeira metade da década seguinte. As mobilizações, quase sempre de caráter espontâneo, apresentarão muitas reivindicações – aumento de preços, reajustes salariais para os trabalhadores diaristas e outras – eminentemente agrárias.

Frente à gravidade da crise, a política do Estado toma uma nova direção: aumenta sua participação no meio rural, através de maior investimento público no setor, e propicia a criação de empresas especializadas, que atuariam como intermediárias. Também se incentiva a coletivização sob a forma de *ejidos* e se fortalecem as centrais camponesas mais próximas do Estado.

Todas essas medidas agravaram os confrontos das massas camponesas com a burguesia agrária. Um

REFORMA AGRÁRIA • MÉXICO • REFORMA AGRÁRIA • MÉXICO

setor desta, ao recusar-se terminantemente a negociar as reivindicações camponesas, provocou a expropriação pelo Estado, em 1976, de 40 mil hectares de terra cultivável no Vale do Yaqui, uma das regiões agrícolas mais desenvolvidas do país.

Durante a administração de José López Portillo (1976-1982), a política agrária estatal sofreu nova mudança. Foram tomadas medidas no sentido de apelar os confrontos com os grandes proprietários e começa-se a falar no fim da etapa de distribuição de terras. Criou-se, ao mesmo tempo, o Sistema Alimentar Mexicano, com a finalidade de recuperar a auto-suficiência nacional nesse campo, por meio de reformas na máquina administrativa e pela implantação de uma política de subsídios diretos à produção agrícola, principalmente a dos *ejidos*. Tais medidas foram financiadas com os excedentes gerados pela exportação do petróleo e permitiram, apesar de frequentes desvios, a recuperação de certo dinamismo na agricultura. No entanto, ao eclodir com toda intensidade a crise econômica nacional de 1982, novas e mais difíceis condições foram implantadas para definir a atual situação agrária no país.

Tentativa de caracterização

As principais características do campo mexicano na atualidade poderiam resumir-se nos seguintes aspectos:

Diferentes níveis de desenvolvimento nas várias regiões. Os grandes distritos irrigados do norte e do noroeste do país, com uma agricultura altamente tecnicizada e integrada aos processos agroindustriais e de exportação, coexistem com regiões nas quais predominam a agricultura de subsistência, o minifúndio e as condições produtivas mais atrasadas.

A economia camponesa, nessa situação, desempenha o papel de fornecedora de mão-de-obra para atender a demanda sazonal de trabalho nas zonas agrícolas desenvolvidas.

Estrutura de classes extremamente polarizada. Na parte mais alta se localiza a burguesia agrária, formada por 1,8% dos produtores, os quais concentram 21% das terras cultiváveis e 45% do valor dos meios

de produção. A isso se somam as formas ilegais de concentração da posse de terras, como o arrendamento, muito frequentes principalmente nas regiões desenvolvidas. Dentro dessa camada privilegiada se encontra um segmento oligárquico, que se dedica também a outras atividades e tem presença política nacional.

Um pouco mais abaixo está um setor da pequena burguesia constituído por 11,6% dos produtores e que possui 22,4% da superfície cultivável e 19% do valor total dos meios de produção.

Esse setor se destaca em relação às camadas mais baixas pelo predomínio do trabalho assalariado sobre o trabalho familiar em suas unidades produtivas.

Na base da pirâmide estão os camponeses médios



Camponeses mexicanos trabalhando nos Estados Unidos

e pobres, que constituem a maioria dos produtores (86,6%) e cujas terras estão destinadas às culturas de subsistência. Dentro deste grupo se situa o subproletariado, que, juntamente com os chamados camponeses sem terra, constitui o maior contingente de trabalhadores rurais – cerca de cinco milhões de pessoas –, sobre o qual repousa fundamentalmente a produção da riqueza no campo.

No setor assalariado existe uma enorme massa de trabalhadores braçais que todos os anos vão trabalhar nas plantações do sul dos Estados Unidos e em atividades do setor de serviços nas cidades. O número de mexicanos que atravessa a fronteira para trabalhar, quase todos sem documentos, varia entre 500 mil e um milhão e meio por ano.

As formas de propriedade da terra – principalmente o ejido e a comunidade – representam impor-

tante presença na vida econômica, política e social do campo mexicano. Na maioria das vezes, estão desarticuladas e sujeitas a diversas formas de pressão externa como o intermediarismo, o caciquismo e a subordinação à agro-indústrias.

De acordo com dados oficiais, existem atualmente no México 5,3 milhões de chefes de família proprietários de terras, dos quais 2,9 milhões participam dos *ejidos*, 2,3 milhões são proprietários particulares e 80 mil são colonos. A superfície comunitária e dos *ejidos* ocupa mais da metade do território nacional (101,3 milhões de hectares). Desse total, apenas 14% são terras cultiváveis. No caso da superfície privada – que atinge 67,5 milhões de hectares – estima-se que 70% dos 2,3 milhões de proprietários são minifundiários, ou seja, possuem propriedades iguais a 5 hectares ou menores. Na verdade, no México coexistem o minifúndio – como propriedade privada ou como *ejido*, e grandes extensões de terra, de melhor qualidade, concentradas em poucas mãos.

Os 10 milhões de indígenas – 14% da população do país – estão distribuídos em 56 grupos étnicos que, em sua grande maioria, fazem parte do campesinato pobre e do subproletariado rural. Nas regiões indígenas se encontram os níveis mais elevados de analfabetismo, desnutrição e, em geral, as piores condições de vida. À sua situação econômica e social acrescenta-se uma problemática cultural especialmente complexa, que se manifesta nos choques com a política dominante, que submete e desagrega os seus costumes e valores.

Um acentuado processo de monopolização das principais atividades econômicas relacionadas com a produção agropecuária, nas quais a presença do investimento estrangeiro costuma ser decisiva. Este é o caso da produção agroquímica, de sementes aperfeiçoadas, de maquinaria agrícola, implementos de irrigação, produtos veterinários e também dos principais setores agroindustriais.

Uma extensa e complexa participação estatal nas atividades produtivas. Ela se verifica nos serviços básicos (crédito, seguros, comercialização), no fornecimento de insumos (sementes, fertilizantes e alimentos balanceados) e no processamento de vários produtos. A política estatal exerce importante função reguladora quanto à fixação de preços de garantia do salário mínimo real, bem como no que se refere à concessão de licenças de exportação, além de outros itens.

34 – terceiro mundo

Um enorme peso da criação de gado dentro da estrutura produtiva do campo. Essa atividade, que em sua maior parte está baseada na aplicação de sistemas obsoletos, e na qual o latifúndio predomina, ocupa uma superfície maior do que a que se destina a fins agrícolas. Além disso, de 30 a 35% das terras irrigadas são utilizadas para o cultivo de forragens que, somados aos cultivos sazonais representam 30% da produção agrícola nacional.

Uma notável dependência econômica dos Estados Unidos. Mais de 80% das exportações agropecuárias do México (principalmente café, frutas e legumes, algodão e rebanho de corte) têm como destino os Estados Unidos. Uma parcela equivalente de alimentos importados prevém daquele país. No período 1980-84, as importações representaram, em média, 30% do consumo nacional de milho, trigo, feijão, soja e sorgo.

Situação atual e contradições

A crise econômica tem repercutido negativamente nas atividades agropecuárias, aumentando os custos de produção, diminuindo o investimento público e reduzindo o mercado para os produtos. Apesar disso, a agricultura, em geral, manteve certo dinamismo, graças ao estímulo da garantia de preços, à reorientação do crédito oficial para os produtos básicos, ao aumento de competitividade das exportações agrícolas, como resultado da desvalorização do peso, e às condições climáticas favoráveis durante três anos consecutivos.

No período 1983-85, a agricultura apresentou crescimento. De acordo com os ditames de sua própria política econômica, a posição predominante dentro do aparelho de Estado favorece um maior incentivo à agroexportação e os mecanismos internos de comercialização, estimulando o investimento estrangeiro no campo.

O governo pretende completar a etapa de distribuição de terras, agilizando a lenta tramitação burocrática e descentralizando as operações subordinadas à Secretaria da Reforma Agrária. Apesar disso, essas medidas pretendem resolver as reivindicações dos camponeses sem tocar nas principais distorções da estrutura agropecuária e sem afetar os interesses do capital monopolista e do latifúndio.

Na verdade os problemas estão bem longe de uma solução, e vários deles se viram agravados, apesar da

REFORMA AGRÁRIA • MÉXICO • REFORMA AGRÁRIA • MÉXICO

relativa bonança que reina no campo. Pelo menos é o que se deduz do aumento da migração camponesa para os Estados Unidos, do preocupante aumento da cultura de drogas e dos surtos de violência provocados por problemas agrários e políticos, principalmente nas zonas do centro e do sul do país.

As mobilizações camponesas, embora frequentes, não conseguiram criar uma alternativa permanente, pois os projetos de organização visando à unidade enfrentaram muitos obstáculos.

Contudo a luta camponesa dos últimos anos deixou clara sua potencialidade. Entre suas principais tendências estão as seguintes:

- A luta pela terra e pelos recursos naturais (água, bosques, minerais) continua sendo a principal. Em torno dessa luta foram criadas numerosas organizações locais nos últimos anos, parte delas reunidas na Coordenação Nacional, Plano de Ayala.

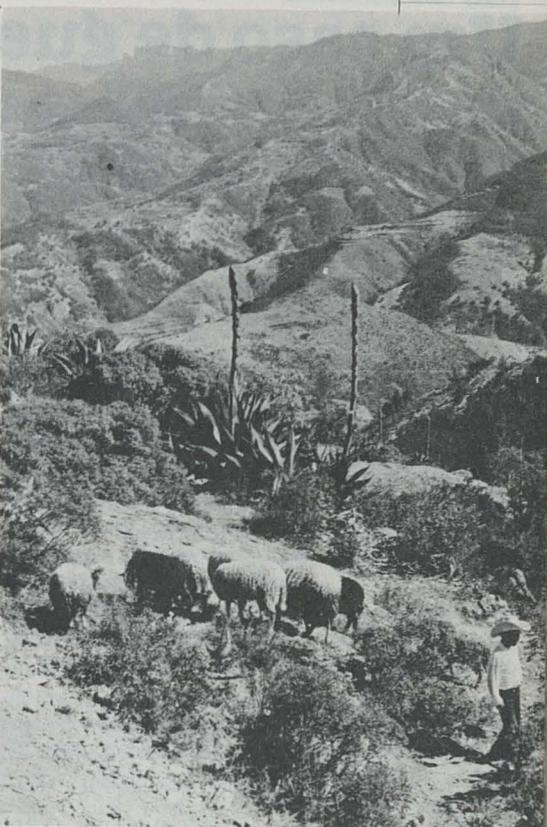
- Entre os donatários dos *ejidos* e pequenos proprietários que dispõem de uma adequada base produtiva, a luta está dirigida para conquistar melhores condições de comercialização no mercado, por meio da participação camponesa nas decisões oficiais relacionadas com a agricultura para a criação de organizações de terceiro nível dotadas de amplas atribuições econômicas. Entre as iniciativas mais importantes estão a Aliança Camponesa do Noroeste e a União Nacional de Organizações Camponesas Regionais Autônomas.

- A luta por melhores condições de trabalho e pela sindicalização dos diaristas agrícolas também ocupou um lugar importante, destacando-se a Central Independente de Operários Agrícolas e Camponeses.

As tendências assinaladas não se excluem. Na maioria dos casos, elas agem em conjunto, e participam da luta não apenas as organizações camponesas mencionadas aqui. Dentro das centrais camponesas ligadas ao Estado (CNC, CCI, UGOCM), apesar do desgaste que vem sofrendo por causa de sua falta de capacidade de ação própria, ocorrem diversas manifestações de luta camponesa.

- A resistência camponesa abarca os mais diversos níveis, da luta política nos municípios e outros planos de representação popular, passando pela luta contra o caciquismo e pela organização das pessoas não-documentadas (tanto no México como nos Estados Unidos), até a defesa de seus valores, costumes e, no caso dos indígenas, de sua língua.

Jerry FrankONU



A luta pela terra e pelos recursos naturais continua sendo a principal tendência entre os camponeses

Considerações finais

A grave situação econômica, política e social que o campo mexicano enfrenta não poderá solucionar-se com medidas paliativas, muito menos prescindindo-se da participação camponesa.

A luta pela soberania não termina com o aumento da produção. Exige-se um uso mais racional dos recursos humanos e materiais, com uma perspectiva nacionalista: deve ser o México a decidir suas prioridades e como alcançá-las, não um punhado de empresas transnacionais e grupos privilegiados. O problema do campo é também o grande problema nacional, e por isso não poderá resolver-se sem a participação dos trabalhadores do campo e da cidade. ●

Iván Gomez César

terceiro mundo - 35

Um caso de guerra

Adiada, perseguida e castigada com a morte, a reforma agrária está na base da revolução social e das guerras que abalam os países centro-americanos



“Em meu país, basta que uma pessoa defenda seus direitos para que seja chamada de subversiva”, diz um líder camponês guatemalteco exilado. “Mas nós, os camponeses, não entendemos nada dessas coisas, nem sabemos bem o que seja comunismo. A única coisa que sabemos é que tomaram nossas terras, e sem elas não temos o que comer. Que caminho nos resta? Ficar olhando nossos filhos morrerem de fome?”



A concentração fundiária e o empobrecimento do camponês são a base da revolução social centro-americana

36 - terceiro mundo

A América Central é uma zona de guerra. Para entender as causas dessa situação, é preciso considerar o que está por trás desse conflito: a desigualdade na distribuição da terra.

A maior parte da população centro-americana vive nas zonas rurais. Nas últimas décadas, o controle das terras produtivas foi-se concentrando em poucas mãos. Os camponeses, que antes plantavam para si e para suas famílias, foram expulsos de suas terras para dar lugar a grandes plantações de produtos de exportação (algodão, café e banana) e à criação de gado. Já em 1975, uma parcela não superior aos 5% da população controlava dois terços justamente das melhores terras.

A excessiva concentração da propriedade rural e o crescente empobrecimento da maioria camponesa constituem a base da revolução social que está ocorrendo na América Central. Por esse motivo, a maior parte dos governos centro-americanos resolveu adotar algum tipo de reforma agrária. Hoje, na região, existem tantos modelos de reforma agrária quanto são os países que a compõem.

El Salvador

“Esta é uma guerra entre os que têm e os que não têm”, disse um chofer de táxi que nos conduziu a uma zona rural de El Salvador. “Um pequeno número de famílias é dono da maior parte da terra, enquanto a maioria dos camponeses nada tem. Enquanto isto não mudar, não haverá paz”.

Pressionado pela guerra e pelos Estados Unidos, o governo democrata-cristão iniciou uma reforma agrária para conter o crescente descontentamento da população rural e diminuir o apoio dos camponeses à Frente Farabundo Martí. Roy Prosterman, o arquiteto norte-americano da reforma, disse que ela “faria capitalistas nascerem como coelhos”.

• AMÉRICA CENTRAL • REFORMA AGRÁRIA • AMÉRICA CEI

Anunciada em março de 1980, a reforma agrária deveria desenvolver-se em três etapas. Na primeira, seriam expropriadas as fazendas mais extensas (com mais de 500 hectares), que se transformariam em cooperativas camponesas. Na segunda, seria a vez das propriedades médias (mais de 250 hectares). Na terceira, os arrendatários e camponeses tornar-se-iam donos da terra que ocupam. O projeto incluía potencialmente metade da superfície cultivável do país e 40% da população rural.

Quatro anos depois, essa "ampla reforma" não tinha ido além dos gabinetes. Durante a primeira fase, na qual foram criadas 300 cooperativas, só foram beneficiadas cerca de 7% das famílias camponesas do país, e, mesmo para elas, a vida pouco melhorou. Os membros das cooperativas se queixam de que a terra a eles destinada é pobre e que não podem torná-la produtiva, por falta de ajuda técnica e de créditos. Em geral, os pagamentos feitos aos antigos proprietários são tão elevados que os camponeses estão permanentemente endividados. Durante uma visita de inspeção, alguns funcionários da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) constataram que as cooperativas criadas nessa primeira fase tinham uma "enorme dívida e careciam de capital de giro". Além disso, "várias parcelas de terra permaneciam improdutivas, a força de trabalho de que dispunham era muito maior do que a necessária e a gestão era ineficiente".

A segunda fase foi talvez a mais delicada; abrangia grande parte das terras dedicadas à cultura do café, que é a chave da riqueza e do poder em El Salvador. Em 1983, a Assembléia Constituinte - dominada pela direita organizada na Arena - conseguiu impedir a transição para a terceira fase através de manobras políticas, criando sérios obstáculos à implementação da reforma como um todo.

No que seria a terceira fase, cerca da metade dos beneficiários potenciais deixou de apresentar-se às autoridades, com medo de represálias por parte dos latifundiários. Dentre os que se apresentaram, um terço abandonou o cultivo da terra depois de ter sido ameaçado, expropriado ou por ter simplesmente desaparecido. Dos 65 mil camponeses convertidos em proprietários por esse programa muitos foram confinados em lotes insignificantes, ficando assim condenados à miséria. A reforma agrária nada fez para fornecer-lhes créditos ou assistência técnica, escolas ou assistência médica.



El Salvador: "guerra entre os que têm e os que não têm"

O professor Martin Diskin, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o maior especialista norte-americano em reforma agrária salvadorenha, resumiu assim suas consequências sobre a população rural: "Os setores mais pobres, os que não são proprietários nem arrendatários ou lavradores, ficaram excluídos. As cooperativas estão fracassando e o programa está acentuando a desigualdade no meio rural, condenando os beneficiários da reforma agrária a trabalhar pequenos e empobrecidos pedaços de terra. Praticamente nenhum deles teve melhorado o seu nível de vida".

Guatemala

A beleza da paisagem rural da Guatemala não encobre a realidade dos camponeses empobrecidos e decididos a mudar sua situação. Ao mesmo tempo em que se deu a expansão da agricultura de exportação, os camponeses guatemaltecos foram limitados a porções de terra tão pequenas que 90% de todas as propriedades ocupam apenas 16% da superfície agrícola do país.

Depois de contar-nos terríveis histórias sobre matanças executadas pelas forças do governo contra camponeses pobres, um funcionário do Programa de Alimentação Mundial das Nações Unidas acrescentou: "Se o senhor ama a vida, não deve usar aqui a expressão 'reforma agrária'."

Houve uma tentativa de implantar uma profunda reforma agrária na Guatemala em 1952, durante o governo democraticamente eleito de Jacobo Arbenz.

REFORMA AGRÁRIA • AMÉRICA CENTRAL • REFORMA AGRÁRIA

Parcelas improdutivas das grandes plantações – inclusive de propriedade da United Fruit Company – foram entregues aos camponeses. Mas por causa de sua reforma e de sua política nacionalista, Arbenz foi derrubado por um golpe militar planejado pelos Estados Unidos, em 1954. Noventa e nove por cento das terras expropriadas foram devolvidas a seus antigos donos, que receberam também garantias de que suas terras nunca mais seriam tocadas. Desde 1954 os sucessivos governos vêm respeitando esse acordo.

O que falta, portanto, não é apenas uma política nacional de reforma agrária, mas também um plano de ajuda aos camponeses pobres, que são brutalmente oprimidos. Percorremos as regiões montanhosas da Guatemala em companhia de um pastor evangélico. Custou um pouco para encontrarmos o local de um de seus projetos de criação de coelhos, num remoto vilarejo perto de Chimaltenango. Assim que entramos na casa do diretor, sua mulher nos surpreendeu com a notícia de que ele tinha sido sequestrado fazia uma semana. Dez mascarados entraram na casa no meio da noite e o levaram. Desde então ela não o via.

“Sei que é difícil de acreditar”, disse o nosso guia, “mas aqui na Guatemala a definição de ‘subversivo’ é muito ampla. Inclui não só os que lutam pela redistribuição da riqueza ou fazem parte de algum grupo guerrilheiro mas também os que ajudam seus vizinhos a criar coelhos”.

Honduras

“Esperar que o governo de Honduras entregue um pedaço de terra é como esperar a segunda vinda do Messias”, disse-nos um camponês. “Quando isso acontecer, o senhor já estará morto há muito tempo”.

A reforma agrária em Honduras surgiu no papel em 1962, quando foi criado o Instituto Nacional de Reforma Agrária. Ficou nisso até o final da década de 60, ocasião em que os camponeses, frustrados, começaram a apoderar-se das terras abandonadas, pertencentes aos grandes latifundiários, fundando as organizações camponesas mais poderosas da América Central. “Nenhum dos governos estava verdadeiramente interessado na reforma agrária”, disse Marcial Caballero, dirigente da União Nacional dos Camponeses. “Eles estão mais interessados em proteger os grandes proprietários rurais e as companhias

frutícolas norte-americanas. Só reagem por medo da pressão que vem de baixo”.

Em Honduras se costuma atribuir à reforma agrária o mérito de ter conservado o país livre dos violentos movimentos sociais que caracterizaram os países vizinhos. A reforma, porém, é lamentavelmente inadequada. Em 1975, foi iniciado um plano de cinco anos para distribuir 600 mil hectares a 120 mil famílias. No ritmo em que o plano vem sendo implantado até hoje, seria necessário mais de um século para que se completasse. Enquanto isso, as ocupações de terra continuam.

Visitamos cada uma das propriedades ocupadas em Comayagua, cidade próxima à base norte-americana de Palmerola. Em novembro de 1982, depois de tentar inutilmente conseguir terras por via legal durante dois anos, 64 famílias camponesas ocuparam terras de reserva de um grande proprietário. Formaram uma cooperativa e, depois de muito trabalho, transformaram a terra improdutiva em férteis plantações de trigo, vagem, mamão e manga. Continuavam pobres, alimentando-se de feijão e *tortillas* e morando em casebres, sem escola para os filhos. Tinham, porém, uma coisa: esperança.

“Está vendo o pouco que temos?”, nos perguntou uma mãe de dez filhos. “É muito mais do que tínhamos antes, e nós mesmos fizemos isto com nossas próprias mãos, em somente dois anos. Uma vez o exército quis expulsar-nos. Fomos embora, mas voltamos depois. Que outra alternativa nos restava? Não tínhamos para onde ir”.

Gautama Fonseca, ex-ministro do Trabalho que agora defende os camponeses pobres em suas exigências de terra, descreveu Honduras como “o reino da injustiça social”. Segundo ele as vacas pastam onde os camponeses deveriam estar vivendo e os camponeses vivem onde as vacas deveriam estar pastando. Se o governo hondurenho quer deter o crescente mal-estar no campo, deve aprender a distinguir camponeses de vacas.

Nicarágua

“A reforma agrária nicaraguense é a única da história da América Central”, disse Joseph Collins, um dos fundadores do Instituto para a Alimentação e o Desenvolvimento. Collins foi assessor do ministro nicaraguense de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária durante os últimos cinco anos. “Quando os

• AMÉRICA CENTRAL • REFORMA AGRÁRIA AMÉRICA CENTRAL

sandinistas derrubaram a ditadura somozista, em 1979, tiveram que equilibrar as reivindicações camponesas relativas à terra com a necessidade de os grandes proprietários rurais continuarem produzindo. O que surgiu foi então uma reforma na prática, que alguns chamariam de conservadora, mas que limitou a quantidade máxima de terra que pode estar em mãos de um só proprietário, garantindo proteção à propriedade privada. A única condição é que a terra seja usada de forma produtiva. Só as terras improdutivas ou subaproveitadas estão sujeitas à expropriação”.

A única exceção foram as terras de Somoza e de seus agregados, a maioria dos quais fugiu para Miami depois da revolução. Suas terras – 23% do total da superfície cultivável do país – foram transformadas em chácaras estatais. O governo, no entanto, não está ideologicamente comprometido com as fazendas estatais. As menos produtivas estão sendo transformadas em cooperativas de camponeses.

Desde outubro de 1984 foram entregues cerca de um milhão de hectares – pagos ou não – a 50 mil famílias, na condição de proprietários ou de membros de uma cooperativa. Isso corresponde aproximadamente a 20% das terras de Somoza e a dez vezes a extensão que estava em poder dos camponeses durante a ditadura.

A reforma agrária da Nicarágua sofreu de falta de recursos oficiais e da inexperiência de seus dirigentes, mas o maior obstáculo que ela encontra é a guerra desencadeada pelos contra-revolucionários, “contras”, de suas bases em Honduras e Costa Rica. Os “contras” dirigem seus ataques às cooperativas agrárias, às famílias camponesas que receberam terras, a técnicos agrícolas e a estudantes secundaristas que colaboram na colheita do café.

A cooperativa de San Jerónimo, uma das onze que foram atacadas pelos “contras”, é um caso típico. Antiga fazenda de café de um amigo de Somoza, San Jerónimo foi transformada em cooperativa pelos trabalhadores. Em outubro de 1984, foi atacada pelos “contras” pela quarta vez. A moenda de café foi incendiada e o armazém ficou reduzido a um monte de pedras queimadas. O mesmo ocorreu com as casas dos camponeses. As perdas foram estimadas em dez milhões de córdobas, ou seja, vinte vezes os lucros da cooperativa correspondentes àquele ano.

Joseph Collins, em seu livro *Nicaragua: what difference could a revolution make?*, diz que a reforma

agrária nicaraguense é uma das mais criativas e bem sucedidas da América Latina. “O mais trágico de tudo”, diz Collins, “é que os ‘contras’, apoiados pelos Estados Unidos, podem interromper a experiência antes que haja tempo de desenvolver todo o seu potencial”.

Na Nicarágua, a reforma agrária é atacada pelos “contras”. Em Honduras, os camponeses estão cada vez mais desiludidos com a lentidão do processo. Na Guatemala, a simples menção de reforma é punida com a morte.



Os caminhos para a pacificação estão sendo bloqueados

Durante várias décadas, o clamor dos pobres da América Central foi sufocado com violência e repressão. Os caminhos para uma mudança pacífica estão sendo bloqueados, e muitos camponeses pobres se uniram aos movimentos guerrilheiros, levados pelo desespero. As elites centro-americanas, obstinadamente aferradas ao poder, deveriam recordar as palavras de John F. Kennedy: “Quem torna impossível uma evolução pacífica está tornando inevitável uma revolução violenta”.

•
Medea Benjamin*

* Co-autor do livro *No Free Lunch*, Medea Benjamin trabalhou na América Central e atualmente é coordenadora de projetos do Instituto para a Política Alimentar e de Desenvolvimento, da Califórnia, Estados Unidos.

Um processo ainda incompleto

Na maioria dos países africanos a crise agrária é mais um problema de reorganização da produção e comercialização do que de redistribuição da terra. Só que a fome em massa já é uma realidade



Setenta e cinco por cento dos quase 600 milhões de africanos dependem da agricultura para sua sobrevivência. E pelo menos 25 dos 50 países da África têm na produção de alimentos sua principal ou, em vários casos, única fonte de recursos.

Essa situação levou o ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, a reconhecer que “quando se fala de produção agrícola no continente, fala-se da própria vida dos africanos”.

O fato de a questão agrícola ser tão importante para a sobrevivência de tanta gente é apenas um dos elementos em discussão no que se refere à reforma agrária. As alterações da estrutura agrícola na África não mexem apenas com cifras e divisas, mas afetam a organização básica da sociedade, alteram relações sociais e interferem no comportamento de milhares de pessoas, muitas das quais não têm uma relação direta com o cultivo da terra. Autores como o agrônomo francês René Dumont, quando falam de reforma agrária na África, preferem usar o termo revolução, por acreditarem que mudanças na estrutura agrícola do continente negro tocam no ponto nevrálgico de todo o equilíbrio econômico e social da região. Dumont diz que na América Latina e até na Ásia é possível fazer uma reforma sem alterar drasticamente o sistema político vigente, mas na África “isto já é quase impossível”.

Nos países africanos independentes, à exceção da África do Sul, a organização agrícola atual foi profundamente influenciada pela natureza do processo político através do qual se libertaram de suas antigas metrópoles coloniais. Há um grupo de países que



Quatrocentos e cinquenta milhões de africanos dependem da agricultura para sobreviver

mantiveram nos últimos 25 anos mais ou menos a mesma estrutura do período colonial. Um segundo grupo inclui aqueles em que a transição para a independência foi mais ou menos tranquila seguindo depois alterações drásticas na estrutura agrícola impulsionadas por governos de tendência socialista. Finalmente um terceiro grupo, onde a libertação aconteceu de forma traumática, acompanhada logo depois de transformações profundas no sistema de produção de alimentos. No primeiro grupo encontram-se nações como a Costa do Marfim, Senegal, Quênia, Togo, Camarões, República Centro-Africana, Uganda, Zaire e Zâmbia. Já entre os países que fizeram reformas mais drásticas após uma independência não traumática encontram-se Tanzânia, Burkina Faso, Gana, Mali, Guiné, Benin, Madagascar e Congo. No último grupo, os exemplos mais claros são Angola, Zimbábue e Moçambique. A Etiópia é um caso à parte, porque não sofreu o impacto do colonialismo direto como seus vizinhos, e só depois de 1979 após a queda do regime de Hailé Selassié, é que sua estrutura começou a ser radicalmente alterada.

Quebra da estrutura colonial

A influência do processo de rompimento do domínio colonial sobre a estrutura agrícola é uma das características que mais distinguem as nações africanas dos outros países do Terceiro Mundo. Foram raros os casos em que a reforma agrária teve que passar pelo legislativo antes de ser posta em prática, ao contrário do que aconteceu na maior parte da América Latina (à exceção de Cuba e Nicarágua) e da Ásia (à exceção do Vietnã, Campuchea, Laos e China).

A outra grande diferença que separa os africanos dos asiáticos e latino-americanos é a intensidade com que sofrem os efeitos do sistema internacional de comercialização e produção de alimentos. As três regiões sofrem igualmente as consequências da especialização monocultora; do desequilíbrio entre preços de produtos exportados e dos importados; da presença esmagadora de empresas transnacionais; do empobrecimento do camponês; do massivo êxodo para as cidades; e do inexorável esgotamento das terras cultiváveis. Mas na África esse processo já

FAO



Uma forte dependência do mercado internacional

chegou a limites trágicos, porque a fome e as mortandades por desnutrição tornaram-se endêmicas não se apresentando mais como consequências ocasionais de tragédias naturais.

Enquanto na América Latina e na Ásia os técnicos e políticos estão preocupados com as consequências a médio prazo da deterioração da estrutura agrária, na África o pior já está acontecendo, e não basta mais dar apenas terra ao camponês, e sim fornecer-lhe muitas vezes alimentos urgentes para que ele consiga não morrer de fome em questão de dias ou semanas.

Nos países onde a agricultura não mudou muito depois da independência, a característica predominante é a presença de empresas ligadas ao capital transnacional, que impuseram a monocultura já no período colonial. Essas empresas tanto podem fazer uma exploração direta como comprar a produção de fazendeiros privados, que na prática funcionam como subordinados. Ao lado das grandes empresas, encontra-se a unidade familiar que produz basicamente para o próprio consumo. Quase todos os países desse grupo enfrentam hoje um difícil período de estagnação da produção agrícola e o agravamento de fenômenos como o êxodo rural e movimentos a favor da reforma agrária.

Um caso típico é o Quênia, cujos dois principais produtos de exportação, o café e o chá, são controlados há pelo menos 50 anos por agroindústrias

transnacionais. A mais importante delas é a Brooke Bond Liebig (inglesa), vindo logo depois a Del Monte (norte-americana), hoje controlada pelo grupo R.J. Reynolds. Estas duas empresas, ao longo da história, usaram tanto a produção em larga escala como a dos pequenos camponeses, mas nos últimos 15 anos passaram a dar uma clara preferência às grandes fazendas.

Com isso, os 7% de área fértil de toda a superfície do Quênia passaram integralmente ao controle das transnacionais. O país deixou de ser auto-suficiente em alimentos, porque a produção familiar e das pequenas fazendas caiu abruptamente. Cerca de 11 dos 14 milhões de quenianos vivem da agricultura. Existem 1,5 milhões de pequenas unidades agrícolas, enquanto as médias e grandes fazendas totali-

zam 3.200. A média de terra disponível para os pequenos proprietários é de apenas 0,3 hectares, área reconhecidamente insuficiente para garantir o sustento de uma família. O resultado é que apenas 12% das propriedades agrícolas do Quênia fornecem toda a produção de alimentos do país.

A agricultura familiar

Ao contrário da América Latina e de algumas partes da Ásia, o problema principal da agricultura africana não é o da falta de terras. Existem 789 milhões de hectares de terras potencialmente cultiváveis na África, dos quais apenas 168 milhões são efetivamente explorados atualmente. Segundo a FAO, boa parcela dessas áreas simplesmente não tem

Cabo Verde: alterar as relações de produção e combater a desertificação

Utilizando técnicas de exploração agrícola caducas e um sistema muito parcelado de divisão dos terrenos, Cabo Verde herdou do colonialismo uma agricultura incapaz de satisfazer às necessidades alimentares da população e criar as bases indispensáveis para o desenvolvimento industrial. Apesar dessa situação, a população ativa no setor primário ultrapassava ligeiramente os 90% por ocasião da independência. Esse número vem, no entanto, diminuindo progressivamente devido, por um lado, ao deficiente sistema legado pelo colonialismo e, por outro, à persistente seca que tem assolado os chamados países do Sahel, dos quais Cabo Verde faz parte.

Atualmente, o setor rural é responsável por 16% do PIB, porcentagem consideravelmente inferior ao do conjunto dos países do Sahel. A seca, motivada pela ausência quase ininterrupta de chuvas, desde 1968, tem forçado uma elevada porcentagem de importação de cereais.

Três fatores têm sido apontados como causadores do deficiente desenvolvimento rural de

Cabo Verde: o meio físico, as relações sociais e o sistema de organização dos produtores. Procurando resolver a situação, o governo cabo-verdeano, em sua política agrícola, tem dado especial atenção a esses fatores.

Relativamente à conservação do solo e aproveitamento máximo das águas existentes, foram construídos 15.232 diques de correção de águas pluviais, 20.255km de banquetas e 2.365km de muretas. Simultaneamente, foram cobertos de florestas 23.101 hectares de terra.

Em 1982 foi lançada, após debate público e nacional, a Lei de Bases da Reforma Agrária, com os seguintes objetivos fundamentais: acabar com as formas indiretas de exploração, garantir a posse útil das terras aos camponeses, indenizar os proprietários de terras expropriadas e fomentar a transição voluntária do atual sistema de relações para formas superiores de organização popular.

Este ano, iniciou-se o segundo Plano de Desenvolvimento Agrícola que pretende recuperar até 1990 mais de cinco mil hectares de terra e pôr em funcionamento um único sistema de administração das reservas de água do país.

Apesar das condições climáticas adversas, o combate à desertificação tem tido algum êxito: verifica-se um progressivo aumento da produção agrícola, garantindo o governo o fornecimento quase total de carne e vegetais à população, sem ter de recorrer à importação.

REFORMA AGRÁRIA • ÁFRICA • REFORMA AGRÁRIA • ÁFRICA

dono e poderia facilmente se tornar altamente produtiva, se fossem dados estímulos mínimos aos camponeses. O problema na África é a degradação do meio ambiente e o sistema de comercialização.

A pequena unidade familiar e o sistema de pastoreio nômade eram, e em alguns casos continuam a ser, as formas predominantes de exploração agrícola e de garantir a subsistência. Até o início deste século, havia um equilíbrio entre a produção e a alimentação, o que tradicionalmente impedia a ocorrência de fome em massa. Mas, com a introdução da grande empresa colonial, baseada na monocultura, o equilíbrio foi rompido, porque numerosos países se especializaram em cultivos para a exportação, passando a ter déficits crescentes no setor alimentar. A monocultura, por seu lado, contribuiu para acelerar o desgaste de solos pobres, eliminou a resistência de variedades vegetais a pragas, secas e erosão.

A busca de mão-de-obra barata desarticulou o sistema tradicional de produção, baseado na agricultura familiar, trazendo como uma de suas consequências o êxodo para as cidades, agravado após a independência da maioria dos países africanos. A transformação da agricultura de familiar em monocultura acabou ficando na metade do caminho: a primeira deixou de ter o peso que tinha no auto-abastecimento, enquanto a segunda, só em casos isolados, continuou sendo rentável e produtiva. O resultado é que hoje a África exporta alimentos, mas não consegue fornecer comida à sua população.

Estudos técnicos demonstram que é necessário revitalizar a agricultura familiar na África, para impedir o avanço da degradação das terras, da fome e da miséria. Mas a orientação de recursos financeiros escassos traz sérios problemas para países que hoje necessitam desesperadamente de divisas oriundas da exportação para manter em funcionamento o aparelho estatal. Investimentos na agricultura familiar também devem ser completados com a reorganização do sistema de comercialização e distribuição de alimentos, sem a qual a população urbana não terá acesso à comida, continuando a depender das importações, ao mesmo tempo em que o camponês não terá meios para comprar ou trocar os bens de que necessita para continuar produzindo.

A economia de troca

Casos extremos das consequências do sistema de

desarticulação da produção agrícola podem ser constatados em países como Angola, Moçambique, Tanzânia, Congo, Gana, Burkina Faso, Etiópia e Uganda. Nos dois primeiros, o fator básico foi a fuga em massa de fazendeiros e comerciantes portugueses após a independência. Nos demais, o fenômeno aconteceu em intensidade variável na medida em que o governo foi obrigado a mexer na estrutura de produção após o fim do colonialismo político. Em vários desses países as dificuldades para reorganizar a agricultura se tornaram ainda piores devido à existência de situações de guerra.

Na maioria dessas nações existe escassez de comida nas cidades, já que a população urbana cresceu muito depois da independência. Para tentar controlar a inflação, os respectivos governos tabelaram os pre-



A necessidade é revitalizar a agricultura familiar

ços dos alimentos, surgindo em consequência tanto o mercado negro como a diminuição da produção. A desarticulação do sistema de comercialização fez com que o camponês deixasse de trocar o excedente por gêneros como sal, tecidos, ferramentas e óleo combustível para iluminação. O agravamento da crise obrigou os camponeses a partirem para uma economia de troca, enquanto a população urbana teve que se desdobrar para obter bens destinados à troca. A moeda nacional se desvalorizou na medida em que com ela o camponês não pode mais comprar os produtos que necessita seja por escassez, seja por preços astronômicos.

Todo esse complexo mecanismo de degradação da economia, do qual os aspectos mencionados são apenas parte, provocou uma crescente defasagem entre a produção rural e a produção urbana. Nesse quadro,

terceiro mundo - 43



O mais urgente passou a ser a reorganização da produção e da comercialização

a reforma agrária como forma de redistribuir terras deixou de ser prioridade para a maioria das novas nações africanas. O mais importante, e dramaticamente mais urgente, passou a ser a reorganização da produção e da comercialização.

África do Sul: que rumo?

A situação da África do Sul é quase um capítulo à parte dentro do continente africano. O problema da propriedade da terra no país está ligado umbilicalmente à questão do racismo, já que os brancos se apoderaram da parte mais fértil e impuseram leis que obrigaram os agricultores africanos a sobreviverem nas terras mais pobres.

A reivindicação de redistribuição passa pela mudança total do regime político, o que acontecerá quando cair o *apartheid* (da mesma forma que acabou o sistema de reservas no Zimbábue ou de explorações agrícolas de larga escala dos portugueses em Angola e Moçambique).

No Zimbábue, o fim da discriminação racial ins-

tucionalizada abriu caminho para um sistema misto. Os grandes fazendeiros brancos que continuaram no país convivem com a agricultura negra (seja de proprietários, cooperativas ou unidades familiares). Limitações de ordem financeira impediram que o governo distribuisse a quantidade de terras que havia prometido, mas mesmo o que já foi alcançado permitiu que o país registrasse nos últimos dois anos safra recorde em sua história, mostrando que o camponês africano tem uma enorme capacidade produtiva quando dispõe dos meios necessários.

A produção das fazendas brancas continuou a mesma do período anterior à independência, e o novo excedente é integralmente atribuído ao aumento da produção da agricultura africana. No caso da África do Sul, tanto pode acontecer um fenômeno semelhante a Angola e Moçambique, caso haja uma debandada dos agricultores brancos, como pode se repetir o exemplo de Zimbábue, se houver um mínimo de entendimento. Tudo vai depender do grau de radicalização da crise racial no país.

Carlos Castilho

As frustrações vinte anos depois



A maioria dos países do Oriente Médio pôs em prática reformas agrárias de diversos tipos nos anos 50. Em quase todos os casos, o processo de transformação da estrutura agrária consumiu em média dez anos, e seus resultados ficaram aquém do esperado.

A transformação mais evidente foi a da substituição dos beneficiários do sistema feudal vigente no campo até a época da reforma, por uma nova elite empresarial, com uma estrutura típica de classe média capitalista. Um estudo realizado pelo especialista alemão ocidental Ulrich Planck, professor da Universidade de Hohenheim, revelou que, passados vinte anos da implantação das reformas agrárias em países como o Egito, Irã e Síria, não houve aumento sensível da produção agrícola nas áreas atingidas pela medida, nem foram eliminados fenômenos como o endividamento, pobreza, êxodo rural e existência de um número considerável de agricultores sem terra.

Os resultados da pesquisa feita por Ulrich Planck, publicados há pouco pela Organização Mundial da Agricultura e Alimentação (FAO) indicam que a redistribuição de riquezas foi limitada, houve um aumento do número de créditos e financiamentos aos agricultores instalados nas glebas divididas pelos diferentes governos, diminuiu a influência econômica dos grandes latifúndios, estreitaram-se as diferenças econômicas entre ricos e pobres na zona rural, e houve a consolidação de um setor médio entre os novos proprietários. De maneira geral, o estudo afirma que as expectativas surgidas entre os camponeses na

época da implantação da reforma não foram alcançadas, embora os aspectos mais brutais da dominação feudal tenham sido eliminados.

A reforma agrária em países como Egito, Tunísia, Irã (antes da queda do Xá), Turquia e Líbano aumentou o poder aquisitivo dos camponeses que receberam terras, permitindo uma circulação maior de bens de consumo, o que acabou favorecendo as indústrias ou a importação de produtos estrangeiros. Como os novos proprietários buscavam fundamentalmente uma ascensão social, foram poucos os que investiram seus lucros no melhoramento da infraestrutura de produção. Os ganhos foram aplicados, de forma geral, no consumo, enquanto os investimentos eram feitos com empréstimos tomados em bancos e organismos públicos. Com isso, o endividamento não diminuiu, havendo casos em que ele até aumentou. No Afeganistão, o projeto de reforma agrária implantado em 1975 – após a queda da monarquia – teve como um de seus pontos básicos a anistia das dívidas contraídas pelos camponeses com e sem terra. Durante um curto período, os produtores se viram aliviados da carga das amortizações, mas logo o fenômeno voltou, já que a ampliação das lavouras e rebanhos foi insuficiente para garantir níveis mínimos de autofinanciamento.



A reforma agrária permitiu uma maior circulação de bens de consumo

Os camponeses não confiam

A maior parte dos países do Oriente Médio preferiu reformas agrárias do tipo associativo, através do qual se formam cooperativas que substituem os antigos latifundiários na administração das grandes unidades agrícolas, ou associam os pequenos produtores, de forma a que eles tenham acesso à economia de escala. Quase todos os projetos de grandes cooperativas deram escassos resultados, porque, em geral, elas passaram a ser administradas por técnicos ou agricultores mais qualificados, que imediatamente as transformaram em empresas que só visavam o lucro sem levar em conta as necessidades sociais, o que as aproximava das sociedades anônimas.

O pequeno agricultor, acostumado à produção familiar, não teve os estímulos necessários para se integrar em unidades maiores. A falta de preparo e o temor de abandonar os seus pequenos lotes privados — onde tinham a segurança de sua sobrevivência — para aderir a um sistema onde não tinham o controle de sua produção fizeram com que as cooperativas não fossem atrativas para os camponeses. Por outro lado, os governos do Oriente Médio, em geral, não se empenharam em garantir aos camponeses pobres os seus direitos, o que só veio a acontecer nas refor-

mas agrárias do tipo revolucionário, como a efetivada na Argélia após a independência, em 1962.

As cooperativas egípcias chegaram a funcionar razoavelmente bem durante o governo de Gamal Abdel Nasser, mas entraram em franco declínio na era de Sadat, e hoje guardam muito pouco do espírito original. Elas deixaram de ser uma forma de os mais fracos terem acesso à terra e a mercados mais amplos, para se tornarem apenas um instrumento dos agricultores mais poderosos e mais competitivos.

Apesar de não terem propiciado um desenvolvimento rápido das áreas rurais, as reformas agrárias feitas em vários países árabes permitiram o aumento das áreas de cultivo de alguns vegetais, como foi o caso do algodão e da cana-de-açúcar no Egito, e de hortaliças na Síria e Iraque, por exemplo. No Irã, a beterraba cedeu lugar às pastagens, batatas e tomates, em sua maioria destinados à exportação. No Egito, o apoio estatal permitiu o aumento do rebanho de gado, mas na Síria o número de animais diminuiu em consequência da utilização de antigas pastagens para plantações de alimentos. No Irã, aconteceu mais ou menos a mesma coisa.

Mudanças na estrutura

No que se refere ao aumento da produção glo-

A questão da terra para o povo palestino

Existe um povo para o qual o problema da terra tem um significado especial: o palestino. Para ele, não se trata de reivindicar uma melhor utilização da terra, mas sim de recuperar o seu território.

Os quase mil habitantes da Cisjordânia e de Gaza — territórios palestinos ocupados por Israel —, os refugiados palestinos que vivem dispersos pelo mundo, numa verdadeira diáspora, e os palestinos com cidadania israelense, que vivem nas terras da antiga Palestina, têm um sonho em comum: a criação de um estado independente.

A situação tornou-se ainda mais dramática com a ocupação militar da Cisjordânia e de

Gaza por Israel. Uma das medidas tomadas pelas autoridades sionistas para tornar irreversível sua presença nesses territórios foi a confiscação sistemática das terras palestinas, que passaram a ser exploradas por colonos judeus que ali se instalam em assentamentos, verdadeiras fortalezas que se multiplicam como capim.

Cerca de 25 por cento das terras árabes da Cisjordânia e de Gaza foram confiscadas desde a ocupação, em 1967, pelos sionistas, com a expulsão das famílias palestinas que ali habitavam. Cerca de um terço da mão-de-obra desses territórios migrou em busca de trabalho, indo quase sempre para Israel, já que os palestinos não têm sequer documentação adequada para viajar a outros países.

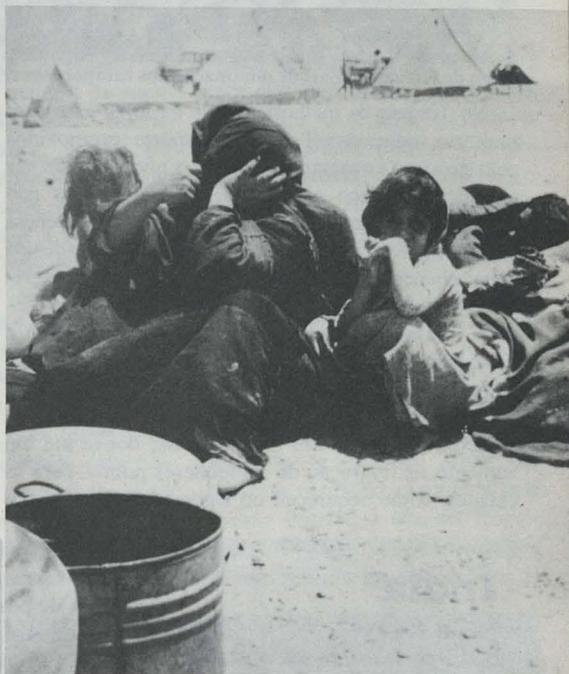
O povo palestino está procurando, por todos os meios ao seu alcance, estancar essa sangria e estabelecer sua gente nas terras da Cisjordânia

bal – o objetivo principal das reformas agrárias do Oriente Médio –, os resultados são controversos. No Egito, houve uma produtividade maior nos dez anos seguintes à reforma, mas estudos de experts da ONU assinalam que no Irã e na Síria os resultados não chegaram a ser animadores.

Para os agricultores beneficiados pela redistribuição de terras, a medida trouxe como consequência imediata um aumento do poder aquisitivo, notadamente através das vantagens oficiais estabelecidas no financiamento e na fixação de preços. Mas os pequenos agricultores, apesar de se verem livres da dominação exercida por senhores feudais e grandes latifundiários, passaram a uma dependência do tipo administrativo em relação a funcionários do governo. Nas aldeias rurais, surgiu também uma nova diferenciação de classes. Enquanto antes da reforma todos eram igualmente pobres, após a redistribuição, surgiram grupos de camponeses com maior poder aquisitivo, que rapidamente começaram a usar os agricultores sem terra como mão-de-obra barata.

Outra mudança importante foi a alteração dos contatos externos de cada aldeia. Antes da reforma, toda a comercialização e todo financiamento eram feitos através dos latifundiários e senhores feudais. Depois, os camponeses passaram a ter contato di-

reto com o governo, bancos, organismos técnicos e administrativos. Isto gerou novos conflitos, que foram agravados pelo fato de muitos camponeses sem terra continuarem nesta condição: a reforma não foi suficientemente ampla para atender às suas reivindicações, notadamente em casos como o Egito, Irã e Líbano.



Um povo que luta pela recuperação de sua pátria

e de Gaza. Para isso, como refere o ensaio de Pat Hunter sobre o assunto, *Third World Media Limited* (London), “os que possuem terras são generosos na divisão dos lucros da agricultura, numa tentativa de reter a força de trabalho e estabelecer a população na terra. Os que têm capacitação técnica são convocados para que a terra produza melhor, de forma mais eficiente e rentável. Em muitos casos, porém, esse esforço é frustrado pelas autoridades militares israelenses”.

As terras da Cisjordânia têm um aspecto desolador. A construção de novas casas pelos palestinos está proibida, e por isso mesmo os jovens se vêem obrigados a amontoar-se junto com os pais, mesmo depois de casados e com filhos. Sobre os que se dedicam ao cultivo da terra ou às pequenas agro-indústrias está sempre suspensa a espada de Dâmocles da expropriação, da invasão ou da destruição das co-

lheitas.

Israel fornece à Cisjordânia 90% dos produtos importados, inclusive bens industriais, e 65% das exportações da região vão para o mesmo país. Os números mostram com clareza a alta dependência imposta a esses territórios pelo governo israelense.

O problema da terra para o povo palestino está latente em todas as tensões na região do Oriente Médio há décadas. Como disse o ensaísta e jornalista israelense Amnon Kapeliuk, “está faltando um país no mapa da região”. Dessa forma, não haverá paz até que a geografia volte à normalidade.



O fim de formas feudais de dominação dos camponeses criou uma maior mobilidade social

No Iraque, os melhoramentos na infra-estrutura sanitária, educacional e de transporte promovidos pelo governo conseguiram elevar o nível de vida nas aldeias com cinco a sete mil habitantes. Mas não houve uma descentralização urbana, como pretendia o governo de Bagdá, já que as principais unidades de beneficiamento e comercialização da produção agrícola continuaram concentradas nas cidades. As exceções foram algumas cooperativas que cresceram e passaram a aglutinar ao seu redor um maior número de pessoas.

Por isso, o êxodo rural não chegou a ser profundamente reduzido. Em alguns casos, houve até um aumento da migração de camponeses pobres para as cidades, como aconteceu no Egito. A redistribuição

de terras e a racionalização de alguns cultivos liberaram mão-de-obra, da mesma forma que o fim de formas feudais de dominação dos camponeses criou uma maior mobilidade social.

O terceiro fator que contribuiu para a manutenção de uma alta taxa de migração foi a introdução de máquinas e tecnologia moderna na agricultura. A mecanização, mesmo não tendo sido generalizada na maioria dos países do Oriente Médio, foi suficiente para liberar consideráveis contingentes de mão-de-obra, que imediatamente procuraram as cidades em busca de sobrevivência. Com a melhoria das condições sanitárias do interior, aumentou o crescimento demográfico, que igualmente se refletiu num êxodo maior.

Índia

□ A reforma agrária na Índia, iniciada em 1950-51, foi dirigida e coordenada em grande parte pelo governo central e pela Comissão de Planificação. Sua implementação ficou a cargo dos governos dos diferentes estados, o que fez com que se verificassem diversas diferenças. Os quatro aspectos principais da reforma foram a abolição do sistema de "zamindaris" (os cobradores de impostos durante o período mongol e que sob a administração britânica transformaram-se progressivamente em poderosos senho-

res da terra), a reforma do sistema de posse através da fixação de um limite máximo para as taxas de arrendamento, o melhoramento da segurança da posse e a concessão do direito de compra para os arrendatários, o estabelecimento de um limite máximo para a propriedade da terra e distribuição dos excedentes, e a concentração das explorações fragmentadas.

China

□ O programa de reforma agrária da República Popular da China foi feito em três etapas. A redução dos ar-

rendamentos, em 1949, foi seguida da venda de terras públicas. Um plano para dar a terra àqueles que a trabalham completou a reforma em 1953. A proporção de terras cultivadas sob o regime de arrendamento passou de 41% para 16%, enquanto que a proporção de famílias proprietárias das terras que trabalhavam cresceu de 33% para 59%. Quanto às terras que continuaram a ser cultivadas sob o regime de arrendamento, foram feitos contratos por escrito que previam a segurança da posse sendo pagas taxas de arrendamento bem inferiores.

Pinochet e a insegurança nacional

Após 13 anos de regime apoiado na repressão e no rígido controle das informações, as autoridades chilenas perderam a credibilidade e tudo no país é especulação e expectativa

Os acontecimentos ocorridos no Chile entre os dias 7 de agosto e 7 de setembro passados não poderão ser esquecidos com facilidade. Em apenas um mês, descobriram-se arsenais clandestinos supostamente pertencentes à resistência, um coronel foi sequestrado por ocasião da visita do chefe (norte-americano) do Comando Sul, com sede no Panamá, e mais de 20 oficiais foram formalmente acusados de tortura e assassinatos perpetrados nos primeiros anos da ditadura de Pinochet. Mas um fato eclipsa facilmente todos esses: o atentado do qual o ditador Pinochet escapou milagrosamente.

Esses episódios deixaram marcas profundas num país em que a realidade mais concreta é a das armas. Quantas armas chegaram realmente de fora e quantos "arsenais" foram forjados pelos serviços de segurança para criar mais impacto e justificar um endurecimento do regime? E como foram descobertos os "arsenais"? As forças de segurança chegaram a eles sozinhas ou foram monitoradas pelos Estados Unidos? Perguntas como essas são corriqueiras hoje no Chile. Apesar da enxurrada de propaganda, o regime afunda na incredibilidade.

Francisco Javier Cuadra, secretário geral do governo, parece

ter entrado em desespero ao constatar que a maioria da população do país não acredita nos arsenais clandestinos, apesar dos esforços publicitários, verticalmente manipulados, mediante os quais os jornais e a televisão se encheram de fuzis-metralhadora M-16, bombas caseiras, lançafmísseis, bazucas e grande quantidade de um tipo de gelatina muito usado em atentados a bomba.

Pediu-se – ou exigiu-se – aos meios oficiais que todo o seu aparato fosse acionado para convencer o Chile e o mundo de que o país vive tempos de guerra. Para calçar o discurso da confrontação com provas, aviões especiais le-

varam cinegrafistas a alto mar, para que registrassem a presença de navios soviéticos no litoral chileno. As autoridades só omitiram um detalhe: os barcos eram pesqueiros e estavam em águas internacionais, a 350 milhas da costa.

Medo no rosto

Além da crise de credibilidade, o regime viveu horas de desconcerto quase total em seguida ao atentado a Pinochet. Após sair ileso da operação executada pela Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR), Pinochet voltou a seu refúgio na cordilheira, de



Assim ficou um dos carros da escolta de Pinochet

onde vazaram informações segundo as quais seu estado era de estupor e medo, devido ao fato de ninguém atinar com certeza com a origem do atentado, que poderia ter partido de qualquer terreno ideológico. O medo, em particular, se devia ao fato de ter escapado por um triz da morte, que só não se concretizou pela precipita-

mandante”, que narrou o atentado após receber cuidados médicos para superar a crise. No dia seguinte, de novo em uniforme e inflado pelo estado de sftio, reapareceu o Pinochet apocalftico, “duro” e ameaçador. “Estamos em guerra, senhores. Venho dizendo isso há tempos, mas ninguém me dá crédito. É a guerra

tegrantes da cúpula militar. Em primeiro lugar, por ordem de importância, vieram os generais do exército. Em seguida, almirantes, brigadeiros e comandantes da polícia uniformizada. Mas, apesar dessa demonstração de unidade, uma coisa não escapou aos observadores: a junta de governo, integrada pelos comandantes das quatro forças, não emitiu qualquer declaração condenando o atentado.

Passaram-se 24 horas para que os outros membros do governo fossem vistos despachando com Pinochet. A visita dos chefes militares foi mostrada sem som direto pela televisão, que teve o cuidado de apresentar Pinochet agitando a mão de dedo em riste em frente à junta. São coisas como essas que fazem os chilenos se perguntarem: o que está acontecendo realmente neste país?

A 48 horas do atentado, Pinochet teve um momento de glória como lhe apraz: colunas e mais colunas de manifestantes vindos dos diversos distritos de Santiago, puxadas por seus administradores, e grupos trazidos do norte e do sul desfilaram durante sete horas defronte ao “Altar da Pátria”. O general-presidente e sua mulher, Lucia, que preside todas as organizações de assistência social e associações de mães do país, foram ovacionados, em meio a apelos como “mão dura, presidente”.

Acontece que a “mão dura” atua na clandestinidade. Por intermédio de seu ministro do Interior, o governo condena a sequência de assassinatos iniciada com a morte do jornalista Jose Carrasco Tapia, mas para o MIR e outros setores mais à esquerda do amplo espectro da oposição chilena, o único responsável pelo assassinio do editor internacional da revista



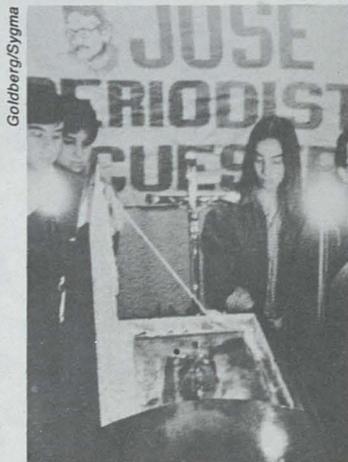
Preocupação e medo no rosto do ditador

ção do guerrilheiro que lhe apon-tou uma bazuca a apenas quatro metros do automóvel blindado, quando é necessário um mínimo de 12 para que o projétil possa explodir.

O desconcerto era visível na central de comunicações do governo. Os canais de televisão universitários foram os primeiros a dar a notícia, embora estivessem também desorientados. Vários oficiais da ativa ligaram para a Televisão Nacional procurando saber por que não se noticiava nada sobre o ocorrido. O fato é que a cúpula do regime levou mais de uma hora para saber quem continuava à sua frente.

Passado o estupor inicial, o que se viu sair do túnel foi um nervoso e envelhecido “supremo co-

50 - terceiro mundo
 contra o marxismo-leninismo e a União Soviética. É o caos ou a democracia”. Depois desse preâmbulo, veio o desfile dos in-



Tapia: morto pela repressão

Analisis e de outros opositores do regime é Pinochet.

A busca de uma saída

O atentado contra o ditador ocorreu em meio ao arrematamento de gestões da quais resultaram uma proposta de centro-direita para uma transição no sentido da democracia. As atuações centrais foram de Eugenio Ortega, genro do falecido presidente Eduardo Frei, Jorge Molina, dirigente do Partido Socialista Moderado, e Pedro Correa, presidente do Partido Nacional (de direita).

O que se viu em seguida foram laivos de surrealismo matizando a vida política do Chile. No dia 9 de setembro, os jornais, especialmente *El Mercurio*, publicaram fotos coloridas de página inteira com Pinochet em trajes civis e convocações para a concentração. Ao mesmo tempo, nas páginas internas, davam detalhes do programa de aprofundamento democrático do Acordo Nacional. Tanto o acordo (apoiado pela igreja) quanto a Aliança Democrática (liderada pela Democracia Cristã) foram duramente atacados por Pinochet no dia 11. Dias antes, ele derramara sua ira ao falar de "políticos degenerados". No dia 11, eles seriam apenas "ingênuos e semeadores do caos".

Diante desse painel descosturado, mesmo o chileno médio percebe que existe algo mais no ar que as versões oficiais, que uma história está sendo forjada à sua revelia, uma história que pode ter qualquer final. É certo que o Movimento Democrático Popular (MDP) foi duramente atingido e os espaços da oposição se fecharam. É certo também que as primeiras represálias do regime ti-

Nº 94 - Outubro - 1986



Bem acima das palavras, uma história silenciosa

veram como principal alvo as revistas e jornais da oposição democrática. Em seguida, foram expulsos três sacerdotes que atuavam nas *poblaciones* (favelas), enquanto as mortes se multiplicavam. Mas uma pergunta paira sobre tudo isso: por quanto tempo Pinochet continuará sustentando com as mãos a tampa de um caldeirão de forte pressão prestes a explodir?

Quadro complexo

Com discussões sobre dívidas marcadas para meados de outubro com o Banco Mundial e o FMI, uma visita do papa marcada para daqui a sete meses e as crescentes pressões da Comunidade Econômica Européia e dos Estados Unidos para que apresse a transição para a democracia, o regime chileno não pode definir o estado de sítio e a "guerra com os soviéti-

cos" como uma estratégia permanente. Mais cedo ou mais tarde, os integrantes do governo terão de encarar a realidade, e quando o fizerem, voltarão a encarar um país que se organiza rapidamente para mobilizar-se em defesa de seus direitos.

Aqueles dias de agosto e setembro trouxeram também duas experiências que contribuíram para que os chilenos recordem como era viver numa democracia: a transmissão de um vídeo com o ex-presidente Alessandri, por ocasião de sua morte aos 90 anos, e uma edição especial da revista *APSI*, com 100 fotografias do governo de Salvador Allende. Lembrar esse tempo em meio a discursos bélicos, sequestros, tortura e assassinatos dimensionou a enfermidade em que o Chile está mergulhado e da qual precisa se recuperar para a democracia. ●

Fernando Reyes Matta

terceiro mundo - 51

A oposição está unida



Marcos Ramos

Germán Correa, do MDP: proposta concreta para a redemocratização

Entre os líderes presos depois do atentado contra o general Pinochet está Germán Correa, presidente do Movimento Democrático Popular (MDP), frente política que reúne a esquerda chilena. Poucos dias antes da sua prisão, Correa fez breve visita ao Brasil, durante a qual concedeu entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, analisando a situação do seu país e as perspectivas da oposição.

Nessa mesma época, o regime noticiou a suposta existência de um arsenal no norte do Chile e iniciou campanha propagandística contra a "subversão" e a "ameaça soviética". Embora os fatos posteriores tenham mudado, ao menos em parte, o panorama político, publicamos a seguir os trechos mais significativos das declarações de Germán Correa, que poderão contribuir com muitos ele-

mentos para a compreensão da estratégia da oposição e do próprio regime neste momento decisivo do processo chileno.

O ano de 1986 registrou um progresso da oposição e do movimento de massas. Como é que o senhor vê o panorama daqui para a frente?

— A luta contra a ditadura no Chile adquire um caráter massivo a partir de 1983. Antes disso, vivemos a longa e difícil etapa de reconstrução dos partidos políticos e das organizações sociais. A resposta da ditadura à primeira paralisação nacional, realizada em outubro de 1984, foi a decretação do estado de sítio. A repressão foi dirigida fundamentalmente contra as forças do MDP: tivemos mais de 500 dirigentes presos e vivemos na clandestinidade durante cinco meses, até março de 1985,

ocasião em que foram assassinados três companheiros do Partido Comunista.

Esse fato foi um divisor de águas na luta. O movimento de massas reativou-se com força a partir de então, e a ditadura viu-se forçada a levantar o estado de sítio em junho de 1985. Desde esse período, a luta de massas está em fase ascendente. Em 1986, criou-se a Assembléia da Civilidade (AC), grupo formado pelas 18 organizações sociais mais importantes do país, com mais de três milhões e meio de filiados. Esse fato significou a consolidação de uma aliança social muito ampla, incluindo o proletariado organizado e sindicalizado, favelados, desempregados e também as camadas médias, pequenos e médios empresários, funcionários do transporte e industriais. Esses foram os setores que convocaram a paralisação de 2 e 3 de julho passado, a ação de massas de maior apoio social e político já realizada no Chile desde a implantação da ditadura.

Desde a criação da Assembléia da Civilidade, os 24 partidos da oposição se reúnem periodicamente para definir acordos quanto ao movimento de massas e para lutar pela democracia agora.

Quais seriam, então, as possíveis saídas políticas para a crise?

— Quando a Assembléia da Civilidade estabeleceu o seu programa de reivindicações econômicas, políticas e sociais — chamado *La demanda del Chile* — deixou clara a necessidade de um acordo para acabar de imediato com a crise. Atendendo ao chamado da AC, o MDP esboçou uma proposta que consiste fundamentalmente em três pontos: em pri-

meiro lugar, a renúncia de Pinochet; em segundo, a instalação de um governo de emergência, presidido por alguma personalidade altamente representativa e de consenso entre as forças políticas e sociais do país, para dar início à redemocratização; e em terceiro, a convocação de eleições gerais dentro de seis meses, a partir da implantação desse novo governo.

Os setores sociais mais significativos do país se pronunciaram a favor da proposta do MDP. Isso gerou uma efervescência política e levou a Aliança Democrática (AD) — que reúne os partidos de centro e outros de direita — a apresentar uma proposta própria de solução para a crise, muito próxima, em seus aspectos fundamentais, da do MDP. Pode-se afirmar, portanto, que toda a oposição chilena está unida em torno de pontos básicos com o objetivo de encontrar uma saída para a crise do país.

O senhor poderia definir um pouco mais claramente as características do eventual governo de transição?

— Pensamos que ele deve ser democrático, transitório e de amplo consenso nacional, para poder lançar as bases daquilo que chamamos de uma democracia profunda. É necessário iniciar a democratização da vida política, e também da economia, da sociedade em geral, da cultura e dos meios de comunicação.

Novo plano repressivo

Qual foi a resposta da ditadura ao progresso dos acordos políticos da oposição?

— Sua prática permanente é o uso da violência, é a repressão. A novidade foi a utilização de todo tipo de subterfúgios para dividir a frente de oposição, manipulando

inclusive o debate oposicionista sobre as formas de luta antiditatorial e promovendo discussões sobre o direito à resistência armada.

A última inovação nesse sentido foi um plano repressivo que a ditadura montou com a ajuda da CIA: anunciou-se ao mundo a descoberta de um arsenal no norte do país, o qual pertenceria a uma das organizações que defende formas mais avançadas de luta, a Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR). Com essa farsa, pretendeu-se envolver também os partidos que integram o MDP.



Exilados chilenos protestam contra Pinochet em Madri

Existiria também a intenção de dar um recado às forças armadas?

— Sim, ao acenar com a ameaça subversiva, Pinochet pretende também reagrupar as forças armadas e, em especial, a alta oficialidade. O general Pinochet declara a seus homens armados que está em guerra, ganhando assim espaço para sua estratégia de perpetuação no poder. Com esse fim, ele tomou também outras medidas, como a substituição dos prefeitos da maioria das cidades do país por homens da sua confiança pessoal e leais aos seus propósitos continuísta. Já deu início também à sua campanha eleitoral para

1989, contratando profissionais de publicidade que estão forjando a sua imagem de "candidato".

Bonzinho com o FMI

E no terreno econômico?

— O regime procura manter boas relações com os bancos internacionais e, de fato, ao preço de muitos sacrifícios e miséria de vastos setores do nosso povo, está conseguindo controlar as principais variáveis sócio-econômicas e conquistando superávit na balança comercial, o que tem possibilitado o pagamento da dívida externa. Pinochet está decidido a conservar um bom comportamento em relação ao FMI e aos bancos credores.

Outra de suas preocupações é contentar os empresários, com os quais perdeu já muito terreno. Eles sentem que Pinochet está no fim e têm mantido uma certa distância do governo, principalmente agora que já se divulgou no Chile o relatório de altos funcionários norte-americanos afirmando que Pinochet está condenado em termos estratégicos.

Qual foi a reação de Pinochet a esse relatório?

— Ele devia conhecer há muito tempo a avaliação dos ianques, e é por isso que tenta aferrar-se ao que lhe resta de poder. Por outro lado, os setores mais conservadores do centro e da direita, da igreja e mesmo dos Estados Unidos temem que o avanço da luta popular torne impossível uma solução controlada. Por esse motivo, Washington intensificou a sua pressão sobre as forças armadas e sobre as forças políticas com as quais tem afinidade, tentando evitar, a qualquer preço, o fortalecimento do movimento popular. ●

Alejandro Tumayán
terceiro mundo — 53

A unidade sindical

A reunião de trabalhadores e camponeses numa única central sindical tem possibilitado a formação de uma ampla frente a favor de uma solução negociada para o conflito armado

Enfrentando enormes dificuldades por causa da situação de guerra no país, os trabalhadores de El Salvador conseguiram nos últimos anos avanços importantes no processo de unificação sindical, traduzidos na fundação da União Nacional dos Trabalhadores Salvadorenhos (UNTS), cujos principais princípios são autonomia e pluralismo.

Uma delegação da UNTS participou do último congresso da Central Única dos Traba-

lhadores, do Brasil (CUT), ocorrido em julho passado na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, *cadernos do terceiro mundo* entrevistou Ricardo Guevara, membro do comitê executivo da UNTS, e ouviu suas opiniões sobre os problemas e perspectivas desse movimento. A seguir, algumas de suas considerações e explicações.

Como se deu a formação da UNTS?

—O processo de unificação sindical em El Salvador iniciou-se em 1985, quando vários setores começaram a se aglutinar, movidos pelo aprofundamento da injustiça nos campos econômico, social e político. Foram estabelecidos alguns princípios básicos e elementares de uma marcha para a unidade. O primeiro desses princípios é que precisamos obter a paz em El Salvador. Propomos uma solução negociada para a situação de guerra. Somos pluralistas. Nosso movimento é autônomo e participante, e lutamos para estabelecer a democracia num contexto de justiça social.

Os trabalhadores e o povo em geral devem ter acesso a moradia, a um trabalho digno e à saúde como direito de todos os seres humanos, direitos que os governos têm a obrigação de propiciar. Estamos também lutando para melhorar as condições na educa-



A guerra e a crise econômica mobilizam o movimento sindical que tem registrado avanços importantes

ção básica, deterioradas pela guerra e pelo próprio governo, já que a maior parte dos recursos do país é destinada à guerra. Os serviços relativos à educação e à saúde para o povo diminuíram em quantidade e qualidade. Tudo isso vai tornando o povo mais consciente para organizar-se e combater o regime. Estamos certos de que o processo de unificação é o caminho da solução para a crise e para os problemas que estamos vivendo.

Qual é a situação dos camponeses na central sindical?

— Os camponeses são maioria, mas a UNTS é uma organização de todos os trabalhadores dos diferentes setores da sociedade salvadorenha. Em primeiro lugar está a Associação de Indígenas de El Salvador, cujo chefe, o cacique Adrián Esquivolisco, é membro do comitê executivo da central sindical de trabalhadores. Os camponeses também estão organizados em comunidades e cooperativas. Participam também os setores cooperativistas da cidade e do campo. Temos todos os contingentes operários do serviço público, do magistério, da saúde, da energia elétrica e do fornecimento de água. Acreditamos ser a maioria e a vanguarda dos trabalhadores salvadorenhos. Somos praticamente toda a oposição em El Salvador. O governo de José Napoleón Duarte considera a UNTS como o principal inimigo a derrotar.

Antes da FMLN?

— Somos o principal inimigo do governo de Duarte, tendo em vista também que a Democracia Cristã em El Salvador perdeu toda a força. Sua base social estava na organização da Unidade Popular Democrática (UPD), que agora está conosco, porque o go-



Duarte não cumpriu o prometido

verno não cumpriu o pacto firmado com ela. Os companheiros tinham cumprido sua parte levando ao poder a Democracia Cristã e Duarte, mas a DC não cumpriu a sua. Os companheiros vieram então trabalhar conosco na oposi-

ção. Nada temos a ver com o governo. Estamos na oposição levantando questões sérias — de caráter político, econômico e trabalhista — dos trabalhadores salvadorenhos e pressionando o regime para melhorar as condições nesses setores. Neste momento, a situação dos camponeses está agravada por causa das medidas econômicas do regime, tendentes a dar continuidade à guerra. Para isso serve também o pacote econômico.

Em que consiste o pacote econômico?

Em primeiro lugar, na desvalorização da moeda. O colón foi desvalorizado em 100%, passando de 2,5 a 5 por dólar. O governo adotou medidas cambiais e fiscais que prejudicam o trabalhador, em vez de incentivar a produção e o emprego (o desemprego e o su-

bemprego superam os 60%). Os camponeses são mais afetados, porque não têm poder aquisitivo nem acesso aos créditos, por estarem conosco. Os preços dos insumos para a agricultura são tão elevados, que eles não os podem comprar. Estamos lutando contra isso e exigindo que se aprofunde a reforma agrária. Estamos agindo



Guevara: "Somos maioria e somos a vanguarda dos trabalhadores salvadorenhos"

a favor da implantação da segunda fase da reforma agrária, para a qual é necessário modificar um artigo da Constituição.

Em que consiste essa segunda fase?

— Consiste na entrega de todas as propriedades maiores de 250 hectares aos camponeses. As terras que têm entre 250 e 500 hectares são as mais adequadas para as culturas próprias de El Salvador, e estão em mãos dos latifun-

diários que exploram os campos ou as arrendam, para não arriscar-se a perder uma colheita.

Qual é a posição da igreja salvadorenha em relação ao movimento sindical?

— Não se pode falar da igreja como instituição. Se falarmos de sua cúpula, dos monsenhores Rosa Chávez e Rivera y Damas, devemos dizer que não dão nenhum apoio a nosso movimento sindical. Eles nos combatem em

vez de nos apoiar, como deveria fazer a igreja para estar com o povo e não com o governo. Os dirigentes da igreja católica nos criticam porque estamos na oposição. Eles dizem que não estamos apoiando o sistema democrático que, segundo eles, existe em El Salvador. A igreja nos critica, sem dúvida, porque ela tem uma posição de apoio ao governo e não ao povo. Já nos criticou por pressionar demais o governo, o que não é verdade, e nos acusa de provocar

Plataforma da UNTS

1 — Revogar as medidas do pacote econômico que tenham prejudicado os trabalhadores e toda a população, especialmente as que causaram aumento de preços nos bens de consumo popular, nos insumos agrícolas, combustíveis, remédios e serviços públicos.

2 — No setor agrário, levando em conta que a produção agrícola é a base de nossa economia, o governo deverá:

— Executar a segunda etapa da Reforma Agrária de forma imediata, permitindo assim a integração de todos os camponeses sem terra ao processo produtivo do país;

— eximir as cooperativas, tanto do setor reformado quanto do não-reformado, do pagamento da dívida agrária, pois do contrário as cooperativas trabalhariam unicamente para pagar dívidas e juros, obrigando seus associados a viver em condições de extrema pobreza e miséria.

Os pontos anteriores devem se complementar com a criação de sistemas adequados de financiamento e comercialização da produção, definindo-se também um plano de assistência técnica que permita a capacitação do camponês, elevando os níveis de produtividade e garantindo a alimentação de nossa população.

3 — Estabelecer um plano de estímulo e desenvolvimento industrial que fortaleça as empresas existentes, reative as fábricas fechadas e favoreça a criação de novas empresas associativas, dirigidas e administradas pelos trabalhadores.

4 — Reestruturar o sistema bancário, pondo-o a serviço de todos os setores da nossa sociedade, especialmente dos camponeses, das cooperativas, da pequena e média empresas, com juros razoáveis e em condições flexíveis.

5 — Em relação ao comércio, se deverá:

— ampliar as relações comerciais com todos os países que nos ofereçam um tratamento justo e conveniente aos interesses nacionais, e que nos paguem melhores preços por nossos produtos de exportação;

— criar um sistema de mercado interno que garanta o abastecimento dos produtos básicos para toda a população. Esse sistema deve ser dirigido e administrado pelo Estado e pelas organizações de base existentes, ou pelas que se criem para esse fim;

— garantir o congelamento e o controle efetivo dos preços dos artigos e serviços de uso e consumo popular: moradia, alimentos, remédios, vestuário, educação, transporte e outros.

6 — Exigir um aumento geral de salários correspondente ao aumento geral de custo de vida.

7 — Em relação ao transporte público de passageiros, se deve fornecer novas unidades às cooperativas e às empresas de transportes existentes, em condições favoráveis, com subsídios para não elevar o preço das passagens, bem como uma regulamentação do preço das peças e acessórios.

Medidas de tipo social

1 — Garantir a reabertura ou a criação de fontes de trabalho, a fim de proporcionar em-

instabilidade no país. Como países subdesenvolvidos que somos, demos a situações de instabilidade, isso é inerente às nossas condições sociais, não é provocado por nós.

A igreja nos acusa também de sermos comunistas, marxistas, de apoiarmos a FMLN e de não apoiarmos a DC quando esta necessita. Mas existe um setor da igreja, especificamente os padres jesuítas da Universidade José Siméon Cañas, que nos dá todo o

seu apoio. Eles nos apóiam materialmente, com a infra-estrutura da Universidade, que é praticamente a casa da UNTS. O reitor da Universidade é o padre Yacurf, um filósofo bem conhecido em toda a região centro-americana, que viaja frequentemente para dar conferências em outros países da região. Ele está conosco porque diz que é preciso lutar. Contamos com seu apoio no setor de assessorias e em outras áreas. Neste momento, estamos formando uma

frente já definida para promover o terceiro encontro FDR-FMLN-DC. Não só a Universidade está conosco, mas também a pequena e média empresas, representadas por uma federação de nome Fenape, e também alguns políticos. Vamos apresentar um programa conjunto de todos os setores sociais de El Salvador, para que o terceiro encontro seja positivo para os interesses dos trabalhadores e do povo salvadorenho, e para que não ocorra o mesmo das

prego a todos os trabalhadores sem trabalho.

2 - Equipar adequadamente os postos de saúde existentes e construir novos centros, com equipamentos, remédios e pessoal suficiente para atender às necessidades de toda a população, desenvolvendo, ao mesmo tempo, programas concretos de prevenção de doenças e de higiene ambiental.

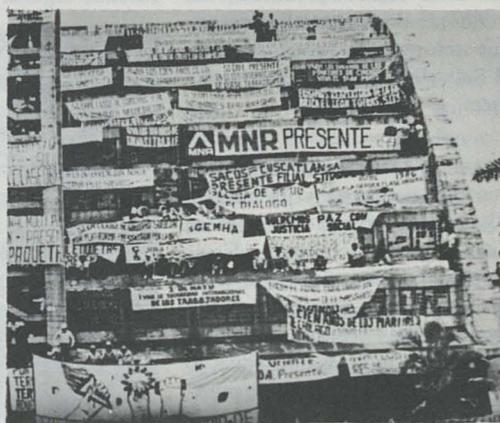
3 - No campo da educação, devem ser reabertos os centros educacionais que foram fechados e construídos outros, além da reconstrução e ampliação da Universidade Nacional, garantindo a todos os centros educacionais os recursos materiais, o equipamento e o pessoal necessário, a fim de que possam atender a toda a população estudantil. Da mesma forma, o governo deve executar um programa real de alfabetização de adultos, que erradique o analfabetismo de nosso país e lance as bases para o desenvolvimento de nossa própria cultura.

4 - Executar, por meio do IVU, FSV e Inpep, um amplo plano de construção de casas a preço de custo e com estrutura adequada ao crescimento da família.

5 - Proporcionar à população migrada e refugiada que deseje retornar aos seus lugares de origem ou dirigir-se a qualquer outra parte do país os meios necessários para a reconstrução de sua vida em condições justas e humanas.

Medidas de tipo político

1 - Dar participação no governo a todos os setores econômicos e políticos do país, a fim de que todos contribuam na busca de soluções para a atual crise do país.



Manifestação na Igreja do Rosário

2 - Assegurar o pleno respeito dos direitos humanos, prioritariamente:

- a livre organização sindical e gremial;
- a liberdade de expressão e pensamento.

3 - Decretar uma anistia geral para todas as pessoas que se encontram presas por suas idéias políticas.

4 - Revogar todos os decretos que restrinjam os direitos econômicos, sociais e políticos da população.

5 - Realizar uma exaustiva investigação dos atos de corrupção e aplicar as devidas sanções contra todas as pessoas ou funcionários envolvidos. Não é justo que um grupo de inescrupulosos se aproveite dos escassos recursos que pertencem a toda a população.

6 - Iniciar um processo de recuperação da nossa soberania e de nossa independência pátria, não permitindo mais as interferências do governo dos Estados Unidos em nosso país.

vezes anteriores, ou seja, mera propaganda ideológica, um show político do qual o povo não obtive nenhuma vantagem.

Como a UNTS se relaciona com as outras organizações sociais e políticas e com o movimento popular em geral?

— A UNTS está, sem dúvida, na vanguarda do movimento de massas, e quase todas as organizações a seguem, apoiando suas iniciativas. É o caso dos estudantes universitários, por exemplo, que não estão filiados à UNTS, das “senhoras do mercado” e de outros setores não-organizados de El Salvador, que também nos seguem.

As “senhoras do mercado”?

— São camponesas que chegam a San Salvador, provenientes das aldeias, trazendo o que puderam cultivar — geralmente frutas —, e ficam dormindo nas ruas, às vezes com os filhos doentes, até poderem vender tudo. É uma situação que exemplifica o estado de miséria geral do povo, especialmente dos camponeses.

O que faz a UNTS no que se refere aos desempregados?

— Tomamos todo tipo de atitude que resulte no acesso ao emprego dessa grande quantidade de companheiros. No sistema cooperativista tentamos implantar alguns projetos que abram espaço para o camponês, com o respaldo das igrejas luterana e anglicana, que apóiam a UNTS. Em abril e maio passados, realizamos um foro para favorecer um diálogo visando a uma nova oportunidade de negociação. Participaram as igrejas luterana, anglicana e presbiteriana. A católica não participou, alegando que aquilo era comunismo e que seria um fracasso total. Mas eles se enganaram. To-

dos os setores da vida nacional participaram: a média empresa e os partidos políticos, inclusive o Partido Tradicional de El Salvador. Foi um êxito total e nos abriu a possibilidade de um terceiro encontro desse tipo.

A UNTS participa de alguma forma na organização dos desempregados?

— Essa é uma tarefa bem difícil, já que esses companheiros se deslocam por todo o país, inclusive até a Guatemala, mas estamos fazendo alguma coisa, e na medi-



“Queremos estar certos de que o regime não vai enganar o povo”

da em que nos tornamos mais fortes, poderemos dar mais ajuda aos desempregados. De qualquer maneira, algumas organizações da UNTS têm programas bem definidos de apoio aos companheiros desempregados ou às famílias dos companheiros mortos pela repressão ou presos por ela. Esse é o caso do magistério, que tem programas para os companheiros presos, com o sindicato praticamente sustentando a família deles. Com os desempregados acontece a mesma coisa. O sindicato mantém o companheiro e sua família

com o suficiente pelo menos para subsistir.

Quanto ao terceiro encontro, que espera a UNTS?

— A UNTS está apoiando essa iniciativa desde o começo. Esperamos que tenha resultados concretos e positivos, à altura, e que só beneficie o povo salvadorenho. Como já dissemos, formamos uma frente ampla que congrega universidades, partidos políticos e organizações profissionais. Vamos realizar em El Salvador um foro popular do qual participarão todos os setores da vida nacional. Vamos realizar uma manifestação de massas com todos esses setores: temos como objetivo ocupar todas as ruas de San Salvador, pedindo a participação da UNTS no processo de diálogo, porque queremos nos assegurar de que o regime não vai enganar o povo, de que o diálogo não será utilizado como campanha ideológica a favor dos interesses da DC. Neste momento, esperamos que a DC se comprometa, perante o povo, a iniciar um processo de negociação que ponha fim ao conflito armado, porque os mortos já são 60 mil e há outro tanto de inválidos. É necessário encontrar uma solução política pacífica. Estamos conscientes de que, na medida em que se unam as forças sociais do país, alcançaremos a paz.

Que mensagem enviaria aos trabalhadores latino-americanos?

— Os salvadorenhos estão num processo de unificação sindical cheio de dificuldades, pois a situação que vivemos é crítica quanto à repressão e perseguição. Por isso, pedimos a todas as organizações da América Latina que nos apóiem solidariamente, porque esse apoio é muito importante para que se possa fazer sindicalismo em El Salvador.

Ricardo Sosa

Depois da seca, os gafanhotos

Após três anos de seca, as chuvas voltaram. Mas, em vez de recuperarem a agricultura, trouxeram uma nova tragédia: nuvens de gafanhotos acabaram com o pouco que sobrou da estiagem

Que a princípio parecia uma bênção, acabou se transformando numa nova maldição. As chuvas que começaram a cair no Mali desde o final do ano passado resultaram na germinação de bilhões de ovos de gafanhotos que hibernavam enterrados no solo ressequido por violenta seca, que durou de 1982 a 1985. Em poucos meses os insetos cresceram e formaram verdadeiras nuvens, que passaram a devastar lavouras recém-plantadas bem como o resto da vegetação nativa que conseguiu sobreviver à longa falta de chuvas.

Uma área de aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados foi devastada pela praga, que provocou a perda de até 40% das culturas de sorgo, o principal produto de alimentação do país, que havia sido plantado com muito esforço a partir da volta das chuvas. O resultado é que milhares de camponeses, que antes colocavam suas esperanças de sobrevivência no fim da seca, estão torcendo para que a chuva acabe logo, antes que os prejuízos causados pelos gafanhotos se tornem ainda maiores.

A sucessão de desastres agrícolas nos últimos 20 anos no Mali

fez com que os técnicos da FAO considerem o país à beira de uma catástrofe alimentar. Isto tudo numa nação que, na década de 40, era considerada um "celeiro potencial" para a região ocidental da África, dadas as potencialidades agrícolas tanto no que se refere às colheitas como à criação de gado. Hoje o Mali não tem capacidade produtiva para alimentar sequer seus dez milhões de habitantes, que crescem a uma taxa anual de 3%, atraídos pelo trabalho remunerado nas lavouras de algodão e sorgo.

As empresas compradoras de produtos plantados pelas pequenas unidades familiares impuseram também cultivos direcionados. Só compravam determinado tipo de sorgo, mais favorável à



Considerado, o "celeiro africano", o Mali vê hoje aumentar a desertificação

A transformação do Mali de "celeiro africano" em "área de desastre agrícola" é a consequência do agravamento dos desequilíbrios econômicos gerados pelo colonialismo francês, mesmo depois que o país ficou independente, em 1960. O maior problema foi a desorganização da produção agrícola no momento em que os interesses coloniais resolveram introduzir a produção em larga escala de um número reduzido de vegetais, como algodão e sorgo, ou então a exploração intensiva de gado. A especialização agrícola, destinada basicamente à exportação e ao abastecimento de manufaturas na Europa, desequilibrou a produção de alimentos destinados ao consumo interno. A agricultura familiar perdeu espaço físico com o aumento das grandes fazendas controladas por colonos, ao mesmo tempo em que diminuía a mão-de-obra disponível, já que centenas de camponeses foram produção de rações animais ou ao beneficiamento industrial. Com isso outras variedades foram abandonadas. Eram justamente as mais resistentes à seca, num país cuja área fértil não ultrapassa 40% do território nacional. As secas no Mali são cíclicas, e quando, após os primeiros períodos de boa

Uma lição da natureza

□ No começo deste século, o Mali tinha pouco mais de um milhão de cabeças de gado, em sua maioria concentradas no vale do rio Níger. O rebanho estava dividido entre pastores que movimentavam o seu gado conforme as estações do ano. Na época das chuvas, iam mais para o interior. Na seca vinham para os córregos e regiões mais úmidas.

Em 1926, o rebanho já atingia quase um milhão e meio de cabeças. Foi quando empresas européias resolveram investir na criação de gado. Em vinte anos, o rebanho cresceu para mais de dois milhões e meio de cabeças, e em 1959 chegou a 3,3 milhões. Foi quando o Mali começou a viver uma de suas cíclicas secas prolongadas. Os milhares de bois, vacas e bezerras fo-

ram aos poucos sendo trazidos para os poucos poços de água que conseguiram sobreviver à estiagem. Mas como o número de animais era muito grande, eles acabaram comendo tudo o que era verde, até mesmo as raízes.

Como o rebanho era desproporcional em relação ao número de poços de água, foi inevitável uma enorme mortandade, o que não acontecia antes, quando havia um equilíbrio. O resultado foi que, quando a seca acabou, o Mali tinha perdido quase metade de seu rebanho, mas o pior foi a destruição irreversível das pastagens. Como o gado devorou até as raízes, quando as chuvas voltaram não havia mais nada para crescer. As pastagens não puderam ser reconstituídas, como acontecia antes, e a desertificação aumentou. Hoje a recuperação do rebanho de gado do Mali é impossível, nem as terras podem ser usadas para qualquer outra atividade agrícola.

chuva, veio a estiagem, o resultado foi uma perda maciça de lavouras, devido ao abandono das variedades mais resistentes, mas menos produtivas. Esse mesmo fenômeno veio se repetindo através dos anos, o que acabou desestimulando as grandes empresas estrangeiras que aos poucos foram deixando o país. A agricultura familiar, que tradicionalmente garantia o abastecimento interno, já não tinha mais a participação econômica do período pré-colonial.

O resultado foi a falta generalizada de alimentos, tanto no interior como na capital, Bamako. Nas cidades, o problema foi ainda maior, devido ao contínuo crescimento do aparelho burocrático, tanto antes como depois da independência. O abastecimento urbano exigiu importações, diminuindo a capacidade do governo de aplicar seus escassos recursos na recuperação da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, o crescimento demográfico, estimulado

pela introdução de novas técnicas sanitárias pelos colonos franceses, com o objetivo de garantir mão-de-obra barata, acabou criando um descompasso entre o aumento da população e a queda da produção alimentar.

Hoje, o Banco Mundial e a maioria dos organismos financeiros do Ocidente afirmam que se o Mali não reduzir o seu crescimento demográfico, não haverá, matematicamente, possibilidade de alimentar a todos, mesmo nos graus mais baixos de nutrição. A tese conta com o apoio de altos funcionários do governo, mas é refutada por muitos especialistas internacionais, que afirmam que a crise maliana não será resolvida enquanto não forem sanados os desequilíbrios na produção alimentar. Segundo esses técnicos, reduzir a taxa de natalidade, nas condições atuais, significa manter a dependência das importações de alimentos, sem que a agricultura ou outros setores econômicos tenham condições de gerar divisas suficientes para zerar o déficit na

balança comercial com o exterior. A agricultura do Mali, segundo a FAO, só pode ser parcialmente recuperada com incentivos maciços para os pequenos e médios camponeses. E a maioria dos créditos está orientada no sentido de favorecer cultivos de exportação, o que, no caso do Mali, não resolve o problema do abastecimento interno.

O Institute for Food and Development Policy, de São Francisco nos Estados Unidos, afirma que o Mali é um exemplo quase extremo do drama que já está sendo vivido pela maioria dos países africanos. "A solução para o problema da fome não é nenhum mistério", afirma Francis Moore, uma das dirigentes do Institute for Food and Development Policy. De acordo com ela, o Mali tem recursos naturais suficientes para se autoabastecer, ou pelo menos reduzir a extrema dependência atual. "O que falta é uma decisão política que rompa com as normas deixadas pelo colonialismo e com as imposições externas".

Tempos de crise

A esmagadora vitória eleitoral da coligação no poder não disfarça os graves problemas políticos, econômicos e sociais que o governo de Mahathir Mohamed enfrenta

Conta-se nos círculos políticos de Kuala-Lumpur que um dos primeiros surpreendidos com a expressiva vitória da coligação governamental nas eleições de 3 de agosto último, foi o próprio primeiro-ministro Mahathir Mohamed.

É certo que esse médico de 61 anos, governando o país desde 1981, desencadeara o processo de eleições antecipadas na sólida convicção de que a Barisan Nasional (Frente Nacional) não perderia a supremacia política mantida desde a independência da Malásia, em 1957.

Porém, nos últimos meses o clima político se conturbara e as forças de oposição davam provas significativas da sua vontade de abandonar o papel de espectadores quase passivos dos destinos do país a que o regime os tinha relegado. Ao mesmo tempo, avolumavam-se indecifráveis sinais de crise econômica, anunciando o fim de uma década de crescimento acelerado, de paz social e étnica nos 13 estados da Federação da Malásia.

Sentindo que a conjuntura lhe seria mais desfavorável se aguardasse o final natural da legislatura, em 1987, e buscando recurso nas prerrogativas constitucionais que permitem ao primeiro-ministro marcar a data das eleições, Mahathir Mohamed abriu o processo de nova consulta às urnas com apenas 15 dias de antecedên-



Mahathir Mohamed



Muitos obstáculos se apresentam para os próximos anos do governo

cia ("dois ou três dias de campanha são o suficiente", declarou publicamente na época), não dando tempo de preparação à oposição, que se viu impedida de utilizar os grandes meios de comunicação controlados pelo Estado e limitada à realização de comícios públicos.

Derrota dos radicais islâmicos

O sucesso foi além do esperado. Quando os observadores políticos previam o desgaste da Barisan Nasional (BN) com a perda da maioria parlamentar de dois terços conseguida nas eleições gerais de 1982, a coligação governamental ganhou 148 das 177 cadeiras do Parlamento federal e

continuou a controlar 11 assembleias estaduais. (As eleições nos estados insulares de Sabah e Sarawak serão realizadas mais tarde.)

A vitória da Barisan Nasional demonstra o desempenho da sua componente mais importante, a Organização Nacional de Malaio Unidos (Umno) liderada por Mahathir Mohamed – integram também a BN, num total de 11 organizações, a Associação Sino-Malaia (MCA) e o Congresso Indo-Malaio (MIC) – que esmagou as

(35% da população da Malásia), influência muito menor entre a indiana (11% do total) e é praticamente inexistente no meio da malaia ou *bumiputra* (“filhos da terra”) que constitui 53% da população da Federação.

O refluxo do islamismo radical na Malásia, que nas vésperas das eleições de agosto fazia dos comícios do PAS os mais concorridos e animados pelos militantes mais entusiasmados, foi em grande parte provocado pela política de “islamização moderada” posta em

Privilegiar os *bumiputras*

Mas se a “islamização moderada” aplicada pelo governo não satisfaz minimamente os preceitos exigidos pelos extremistas do PAS, ela causa, em sentido contrário, profundos receios nas comunidades chinesa e indiana (os próprios dirigentes do MCA e do MIC, no poder, a criticam) e também nos malaio de credos cristão e animista.

Esse antagonismo – do qual se beneficiou o Partido de Ação Democrática para o seu sucesso relativo – vem de longe.

Num país em que os malaio temem o domínio econômico dos chineses e estes a preponderância política dos malaio, os motivos de descontentamento e inquietação das minorias étnicas são anteriores às concessões do regime de Kuala-Lumpur face ao fundamentalismo islâmico. Vêm dos tempos da adoção da Nova Política Econômica (NEP), posta em prática desde 1970 após os motins raciais sangrentos de maio de 1969, quando a população malaia se insurgiu contra a hegemonia chinesa na economia.

Concebida para reestruturar a sociedade do país num prazo de 20 anos, a NEP impõe nos seus pressupostos uma série de medidas tendentes a favorecer a comunidade *bumiputra*, majoritária, subdesenvolvida e rural. No ensino, principalmente, a NEP estipula uma discriminação voluntária dos não-malaio e a imposição de números limitados de vagas no acesso às escolas e universidades, procurando corrigir a enorme assimetria cultural existente historicamente entre as etnias na Malásia: no início desta década, a proporção de médicos, engenheiros ou advogados malaio em relação a chineses ou mesmo indianos era ainda de um para dez.



A maioria dos “*bumiputras*” não se beneficiou dos 16 anos da NEP

pretensões do Parti Islam Sa Malaysia (PAS) de ideologia fundamentalista muçulmana e cujo projeto é o de instituir um Estado islâmico na Malásia. O PAS perdeu quatro dos cinco deputados conseguidos quatro anos antes e fracassou nas suas ambições, insistentemente proclamadas, de retomar o estado de Kelantan, fronteiro com a Tailândia, que dirigira durante 19 anos.

Os melhores resultados da oposição foram obtidos pelo Partido de Ação Democrática (DAP) que passou de 9 para 24 lugares. Apesar de se autoproclamar multi-racial, o DAP tem uma preponderância forte da etnia chinesa

prática nos últimos anos pelo governo de Kuala-Lumpur e instigada pela Umno.

Essa acentuação dos “valores islâmicos” traduz-se, entre outras medidas, pela criação de uma universidade e de um banco islâmicos e na proibição de livros que a censura oficial considere nocivos aos princípios do Islã num país cuja religião de Estado é a muçulmana.

Os limites dessa islamização foram, contudo, expressos pelo próprio Mahathir Mohamed numa entrevista coletiva dada no dia seguinte às eleições, quando afirmou ter sido feito “tudo o que era necessário pelo Islã”.

Desse modo, aos jovens malaios foram atribuídas cotas de admissão ao ensino superior muito acima da percentagem que a sua etnia representa no conjunto da população. Também no acesso às funções públicas e na contratação com o Estado, os *bumiputras* são beneficiados por lei.

Essas medidas (preconizadas num livro de Mahathir Mohamed, "O dilema malaio", publicado em 1970 e que esteve proibido na Malásia até o seu autor se tornar primeiro-ministro), objeto de forte contestação por parte daqueles que elas discriminam, são consideradas anticonstitucionais por visarem à marginalização e à descaracterização cultural dos não-malaios.

Mas a NEP não é atualmente apenas criticada no seio das comunidades chinesa e indiana. Contra ela vão também as acusações dos *bumiputras* de baixo escalão social e dos partidos de oposição.

Na realidade, a NEP tem favorecido essencialmente as clientelas da coligação no poder, os ricos dirigentes da Umno, mas também do MCA, do MIC e o capital estrangeiro, ignorando tanto os chineses e indianos pobres como a grande parte dos *bumiputras* camponeses, pescadores e moradores dos bairros degradados das cidades, que continuam a ser a grande maioria dos "filhos da terra". "A política do dinheiro substituiu a política dos *kampong* (aldeias)", constata os meios da oposição.

Reivindicações autonomistas

Primeiro chefe de governo que não é de origem aristocrática numa nação de sultanatos, político experiente e autocrata, sabendo dosar habilmente repressão e moderação, Mahathir Mohamed apostou por antecipação nas elei-

ções quando alguns escândalos financeiros e reverses políticos localizados ameaçavam abalar a credibilidade do seu governo.

Exemplo do primeiro caso é a incriminação e detenção pela justiça de Singapura, no final de 1985, do presidente do MCA, Tan Koon Swan, devido à falência fraudulenta da sua gigantesca empresa, a Pan Electric Industries, um escândalo que repercutiu na coesão interna da segunda componente da Barisan Nasional.

No segundo caso, a dupla vitória nas eleições locais de Sabah — estado povoado pela etnia malaia-kadazan, de maioria cristã e animista — do Partido da Unidade

de Sabah (PBS). Sob a chefia de Joseph Pairin Kitingan, o PBS, depois de obter uma vitória em abril de 1985, provocou novas eleições em maio de 1986, ampliando o seu domínio da assembleia local, o que lhe permitiu reforçar as reivindicações de maior autonomia da região insular e exigir dividendos mais vultosos dos rendimentos petrolíferos, de que Sabah é um dos mais importantes geradores. Recusando durante todo esse tempo a integração do PBS na Barisan Nasional, Mahathir Mohamed acabou por ceder em junho passado, admitindo incondicionalmente na coligação governamental uma força discordante de algumas regras em que se baseia o estatuto da Federação.

A disputa de Mahathir Mohamed com os autonomistas de Sabah provocou, em março deste ano, a demissão do "número dois" do regime, o vice-primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores, Datuk Musa Hitam, que abandonou o governo por discordar da intransigência do primeiro-ministro em relação ao PBS. No rescaldo dessa demissão que mostrou a falta de coesão reinante na liderança no poder, deuse a remodelação ministerial de



Pairin Kitingan



A vitória do PBS foi um revés para o autoritarismo de Mohamed

maio. Mahathir Mohamed aproveitou a ocasião para afastar todos os partidários de Datuk Musa Hitam, substituindo-os por homens de sua inteira confiança.

Perspectivas econômicas preocupantes

Apoiado no reforço dos dois terços sob seu controle agora no Parlamento, o primeiro-ministro irá certamente acabar de "arrumar a casa" para enfrentar as dificuldades que o aguardam no seu segundo mandato. Além das dissenções dentro do regime e dos conflitos étnico-religiosos, Mahathir Mohamed terá de se defrontar com a recessão econômica comum a todo o sudeste asiático capitalista e que não poupa a Federação da Malásia.

O panorama não tem nada de

animador.

País com um dos maiores rendimentos per capita da Ásia, a Malásia teve durante 15 anos uma taxa de crescimento situada em cerca de 7,5%. No entanto, em 1985, esta ficou pelos 2,8%, cifra que deverá se manter no corrente ano, segundo o ministro das Finanças, ou bastante mais reduzida na opinião de peritos financeiros de Kuala-Lumpur.

Outro sintoma esclarecedor da crise registrou-se em abril passado, quando uma declaração de Mahathir Mohamed (mais tarde desmentida) anunciando que o seu governo encarava a hipótese de renegociar a dívida externa de 16,2 bilhões de dólares assustou os bancos credores, até agora habituados a reembolsos regulares. Nos últimos cinco anos, estes subiram cinco vezes e representam

agora 14% das receitas das exportações.

Também inquieta o governo de Kuala-Lumpur, a tendência de crescimento do desemprego (sobretudo entre os quadros técnicos) calculada pelos serviços oficiais em 7%. Enquanto o regresso de emigrantes sem trabalho, vítimas da recessão que grassa em Singapura, os quais se instalam nos seus estados de origem de Kelantan e Terengganu, no nordeste do país, regiões onde os integralistas do PAS têm maior audiência, não pára de aumentar.

Colapso dos preços das matérias-primas

As raízes da crise econômica que se agrava na Malásia estão no colapso dos preços no mercado internacional das suas principais

Um arsenal de leis repressivas

Habitualmente elogiado como um país de sólidas instituições democráticas nos meios de comunicação ocidentais, a Federação da Malásia é dos Estados asiáticos aquele que dispõe de um dos maiores arsenais de leis repressivas. O que dá um matiz muito formal a essa democracia.

Um grande leque de documentos de caráter intrinsecamente opressivo limitam a ação dos cidadãos discordantes do rumo político do regime: Lei da Segurança Interna, Lei dos Segredos Oficiais, Lei da Imprensa e Publicações, Lei das Universidades e Colégios Universitários etc.

A Lei de Segurança Interna (*Internal Security Act*), aprovada na década de 50 para combater na época a insurreição do Partido Comunista da Malásia, mantém-se em vigor em todas as suas aplicações. Isso, apesar da guerrilha do PCM ter deixado há muito de constituir ameaça para o poder da Federação depois que Pequim optou por uma normalização de relações com Kuala-Lumpur em detrimento dos seus aliados, ainda em atividade na região fronteira-

ça da Tailândia e da Malásia.

Esta lei permite às autoridades reprimirem qualquer forma de "subversão", noção vaga que abre caminho ao arbítrio e detenções políticas indiscriminadas. O governo de Mahathir Mohamed, como os seus antecessores, não se tem poupado em recorrer a ela: segundo a Anistia Internacional, há na Malásia cerca de mil prisioneiros políticos sem culpa formada, alguns com anos de cárcere.

Por outro lado, para combater o uso e o tráfico de drogas, o Parlamento de Kuala-Lumpur aprovou, em março de 1982, a Lei contra as Drogas Perigosas (*Dangerous Drugs Act*) que estipulou a pena de morte contra quem for detido com mais de 15 gramas de heroína (até essa data eram 100 gramas). Foi de acordo com essa lei que, em julho último, dois jovens australianos foram enforcados na prisão da capital, acontecimento muito relatado nas televisões de todo o mundo. Contra os dois traficantes atuou o endurecimento do espírito da lei, ocorrido nesse tempo: em junho de 1982 (já na vigência da *Dangerous Drugs Act*) uma francesa detida com 534 gramas de heroína teve a sua pena de morte comutada em prisão perpétua.

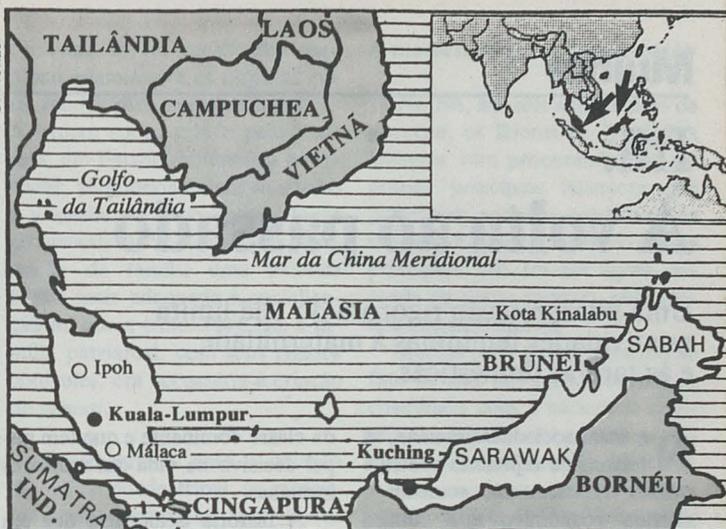
C. P. S.

matérias-primas de exportação: borracha natural, estanho, pimenta (produtos em que a Malásia ocupa o primeiro lugar no mundo), óleo de dendê (em 1984 foi o segundo produto de exportação do país), madeiras raras e cacau¹.

Foi, no entanto, a queda do preço do petróleo (e, em menor escala, do gás natural) que provocou um corte drástico nas receitas da Malásia.

Há dois anos, o governo de Mahathir Mohamed ainda se sentia em condições de prometer à Indonésia e aos outros membros da Opep uma redução de 40 mil barris diários na extração do *crude*. Mas, em 1985, comunicou-lhes não só não reduzi-la como ter decidido aumentar em 20% a sua produção, atingindo os 510 mil barris por dia. Apesar desse incremento na extração do *off-shore* da sua região insular, a Malásia deverá perder este ano um mínimo de três bilhões de *ringgts* (moeda nacional), equivalentes a 1,2 bilhão de dólares, com a queda abrupta do preço do petróleo que fustiga os países produtores.

S. Freitas



Com uma superfície total de 329.749km², a Federação da Malásia é integrada pela Malásia Peninsular e pelos estados de Sarawak e de Sabah, na parte norte da ilha de Bornéu. A economia se baseia nas plantações de borracha (seringais) e na mineração do estanho. A população malásia, de 14.860.000 habitantes (1983), é formada por três povos: malaios (52%), chineses (35%) e indianos (13%). A religião oficial é a islâmica, praticando-se também o budismo, o taoísmo, o hinduísmo e, em Sarawak e Sabah, cultos tradicionais locais.

É esse tempo de “vacas magras” que espera o governo de Mahathir Mohamed após a vitória de 3 de agosto último.

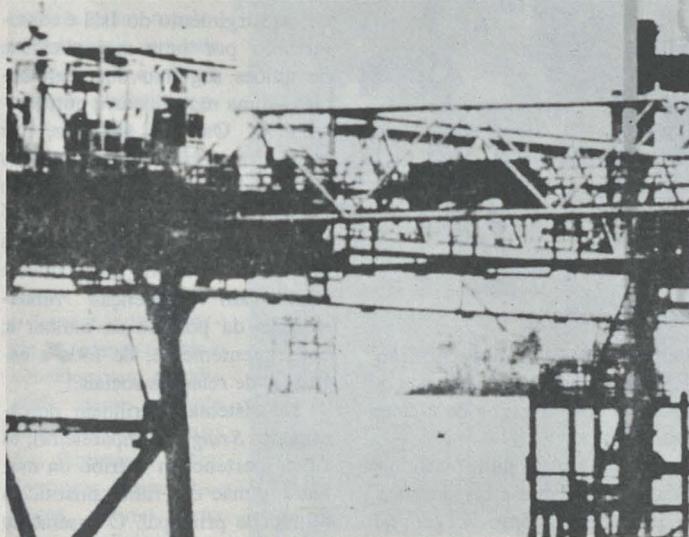
Uma consequência da crise já

foi bem assumida: a revisão do 5º Plano de Desenvolvimento (1986-1990), cujo alcance fora, no entanto, moderado. E uma ameaça pesa sobre os 860 mil funcionários públicos porque os dirigentes de Kuala-Lumpur talvez não tenham fundos senão para pagar parte dos seus salários em 1987.

As razões da grande satisfação de Mahathir Mohamed e da Barisan Nasional pelos sucessos eleitorais não os exime de se obrigarem a se precaver de enorme cautela no futuro imediato.

O terreno está fértil para a ação da oposição e à penetração da propaganda do fundamentalismo islâmico agora contidos.

Carlos Pinto Santos



Camera Press

A queda dos preços dos produtos de exportação, como é o caso do petróleo, marca o fim do crescimento acelerado da Malásia

¹ O *crash* do estanho provocou o fechamento de numerosas minas na Malásia que, em 1985, não iam além de metade daquelas em atividade cinco anos antes.

Mulher

Irã: A volta ao passado

Uma interpretação rigorosa do Islã limita as atividades femininas à maternidade e às tarefas domésticas

Na atual sociedade iraniana, as formas de repressão contra a mulher refletem não somente o sistema econômico e a cultura existentes, mas decorrem também da interpretação oficial da ideologia dominante — o Islã. O regime atual introduz leis religiosas do passado em todos os setores sociais, não só através de preces e advertências, mas também sob a ameaça das armas.

da classe dominante e que tem papel decisivo na vida das mulheres iranianas.

A história demonstra que em geral, os Estados que se sustentam numa ideologia religiosa tendem a ser opressivos. A república islâmica não é uma exceção.

A revolução islâmica vem concentrando seus esforços não contra a opressão, a pobreza e o analfabetismo, e sim contra a oci-



A mulher, na República Islâmica, é considerada um ser inferior

Quem desejar compreender as atuais dimensões da situação da mulher no Irã de hoje não deve se limitar simplesmente a analisar a conjuntura econômica e o estágio histórico em que se encontra a sociedade. Deve também compreender o Islã como ideologia imposta pelas forças armadas em benefício

dentalização e a “modernização”. É a partir desse ponto de vista que se opõe aos governos do Ocidente.

O Islã surgiu num período de transição em que a insegurança e o descontentamento se generalizavam face à ascensão de uma próspera economia mercantil que

vinha destruindo o comunalismo tribal tradicional. Os que se engajavam no comércio eram motivados por um novo senso de dever mercantil que se chocava, muitas vezes, com o antigo senso de dever tribal. Esta circunstância provocava isolamento e insegurança econômica entre os membros mais fracos da tribo. Entre os mais afetados pelo colapso da antiga rede de solidariedade estavam as mulheres e as crianças, que não tinham acesso institucionalizado à propriedade através da herança. Mas, se a mulher não herdava propriedades, isso não quer dizer que não tivesse acesso aos bens econômicos. A proteção e o bem-estar das mulheres eram fundamentais para o prestígio de uma tribo e representavam sua própria honra.

Casamentos “Sedige” e “Baal”

De fato, os séculos 6 e 7 constituem um período de transição na história da família árabe. O período do surgimento do Islã é caracterizado por uma multiplicidade de uniões segundo duas tendências — uma matrilinear e outra patrilinear. Os dois sistemas, que coexistiram lado a lado até os tempos do profeta Maomé, eram diametralmente opostos. Não só eram governados por diferentes leis de parentesco, mas também implicavam diferenças fundamentais da posição da mulher e, conseqüentemente, de toda a estrutura de relações sociais.

No sistema matrilinear de casamento *Sedige* (companheira), os filhos pertenciam à tribo da mulher. A mãe e o filho constituíam a unidade principal. O casamento era promovido por um círculo de parentes, através de acordo mútuo

entre a mulher e o homem, e era celebrado na casa da mulher, a qual conservava o direito de despedir o marido. Na tendência patriarcal, ou casamento *Baal* (senhor, dono), os filhos pertenciam ao marido.

O Islã acelerou a transição da tendência matrilinear para a patri-linear, pondo em vigor uma instituição de casamento que tinha muito em comum com o casamento de domínio patriarcal. Condenavam-se todas as uniões matrilineares. Já se disse que muitas das instituições islâmicas foram uma resposta às novas necessidades surgidas com a desintegração do comunismo tribal, uma forma de absorver a insegurança gerada por tal desintegração.

A poligamia, por exemplo, seria uma dessas instituições. Preocupado com o destino que teriam as mulheres divorciadas e viúvas, bem como com a situação dos órfãos solteiros, o Profeta decidiu criar um sistema de responsabilidades mediante o qual as mulheres desvinculadas de um homem eram recolocadas numa unidade familiar na qual um homem poderia protegê-las, não só como parente, mas como marido.

Nesse período de transição, o Islã introduziu conceitos novos tais como o *ummat*, que distorcia as formas tribais e consideravam o indivíduo como unidade básica. O vínculo não é o parentesco, e sim conceitos mais abstratos, como uma crença religiosa comum. As tendências

comuns foram canalizadas para o pan-islamismo e as disputas entre feudos para a Guerra Santa.

A ordem social criada pelo Profeta, um Estado monoteísta patri-linear, só poderia existir se a tribo e a lealdade à tribo dessem lugar ao *ummat*. O Profeta viu na instituição da família uma unidade muito mais adequada à socialização do que a tribo. Para ele, a família patriarcal, com seus rígidos controles, era necessária à criação do *ummat*.

Desamparadas ante o colapso da solidariedade tribal, as mulheres reintegraram-se em novas unidades solidárias, pois, de outra forma, provavelmente teriam de buscar proteção em uniões sexuais passageiras consideradas pelo Islã como pecado ou *zina*. Esta nova instituição familiar deu lugar a novos deveres de obediência, novas maneiras de transferir a posse de bens particulares através de severo controle da liberdade sexual da mulher.

A maternidade na Constituição

No Irã, em seis anos e meio de governo, os líderes da República Islâmica vêm procurando pôr em prática princípios islâmicos que pertencem aos dias primitivos da religião. Mas a implantação desses princípios não foi até agora coroada de pleno sucesso, pelo menos não nas cidades.

Isso se deve principalmente ao fato de que tais princípios não se coadunam com a sociedade capitalista dependente e razoavelmente desenvolvida do Irã atual. Ainda assim, os *mullahs* governantes exigem a plena observância das normas islâmicas.

A Constituição da República Islâmica do Irã afirma que "a maternidade é a principal tarefa da mulher". O uso de véus, segundo os códigos islâmicos, é obrigatório; nas ruas e nos becos, as "patrulhas morais" procuram impor obediência a esse princípio.

As mulheres são proibidas de participar de esportes, uma vez

que as roupas usadas no atletismo não cobrem suficientemente o corpo. As leis islâmicas reafirmaram a poligamia, que durante anos foi uma prática limitada no Irã. Nega-se às mulheres o direito de se tornarem advogadas e, quanto à capacidade de julgamento feminino, o testemunho de duas mulheres é tido como equivalente ao testemunho de um homem.

Na oposição, a questão da mulher também é colocada sob o ângulo da religião. Os proponentes do "Islã revolucionário" terceiro mundo - 67



As mulheres que não usarem véu, o que é obrigatório, podem sofrer terríveis sanções por parte das "patrulhas morais"



O islamismo, principalmente no Irã atual, vê na mulher a principal origem da desordem social

rio”, os *mujahedin*, publicaram até hoje apenas um panfleto sobre a sua posição em relação aos direitos da mulher. O panfleto, intitulado “A mulher rumo à libertação”, analisa o papel da mulher na produção em diferentes épocas históricas, e aborda a questão da sua opressão nas sociedades de classes. No entanto, não sugere qualquer meio de obstar essa opressão. Além disso, apesar de sua ideologia islâmica, os *mujahedin* não esclareceram se aprovam ou não as leis islâmicas discriminatórias das mulheres.

Igualdade diferente

A grande maioria dos livros escritos por pensadores islâmicos, quer revolucionários quer reacionários, salienta a igualdade entre o homem e a mulher apregoada pelo islamismo, mas sua versão de igualdade é diferente da comum. Morteza Motahari, um dos ideólogos do regime do aiatolá Komeini e dos primeiros arquitetos do atual sistema político do Irã,

sempre insistiu sobre a igualdade dos dois sexos no islamismo, ao mesmo tempo em que defende leis e restrições islâmicas contra as mulheres, tais como a poligamia, o direito unilateral do marido de procurar divórcio, desigualdade de direitos de herança, negação de direitos jurídicos à mulher, subordinação etc.

Por vezes, o uso compulsório do véu tem sido imposto às mulheres iranianas através de métodos como o insulto às que não usam véu, o ato de atirar-lhes ácido no rosto ou mutilá-las a faca. O regime da República Islâmica, coerente com a interpretação mais radical do Islã, que vê na mulher a principal origem da desordem social e da degenerescência do homem, pretende cobri-las de vestes negras e, mediante várias leis, mantê-las em casa a fim de preservar a ordem. É à base de tais premissas que, sob o atual regime, as mulheres têm sido proibidas de exercer atividades sociais fora do lar.

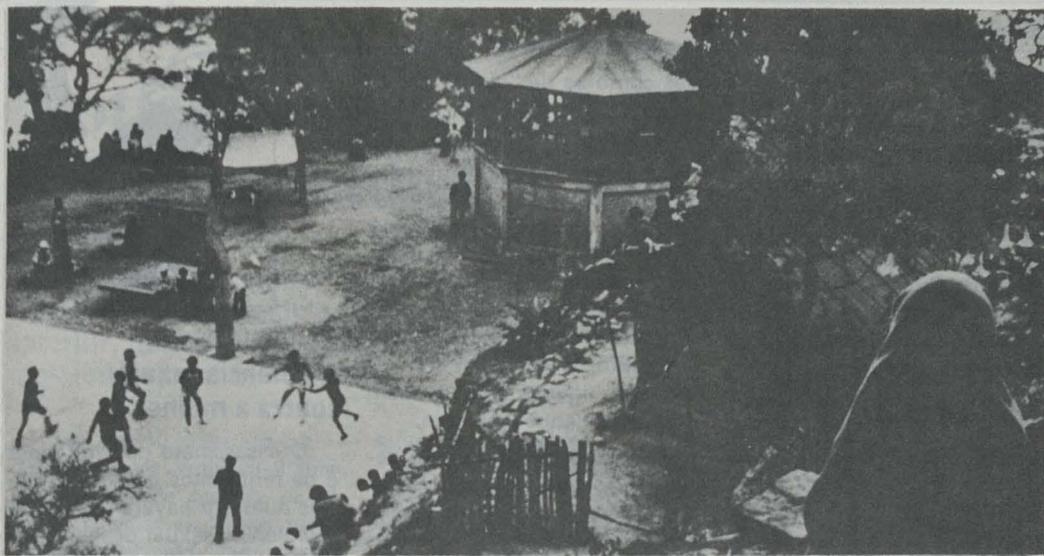
Entre outros direitos básicos

da mulher que são violados no Irã, estão aqueles referentes à família e ao casamento. As leis de “proteção à família” em vigor na era do xá, embora deixassem intactas muitas das injustiças cometidas contra as mulheres no passado, haviam introduzido, em certos casos, mudanças positivas. A República Islâmica, porém, rescindiu-as assim que assumiu o poder.

Para a mulher iraniana, isso significou um retrocesso na direção de todas as leis reacionárias do passado: a mulher é considerada propriedade do marido e não tem os direitos mais elementares. Após o casamento, deve procurar “cumprir com suas obrigações conjugais”. Em outras palavras, a mulher deve ser submissa, não apenas obedecendo às ordens do marido e fazendo as tarefas caseiras, mas também satisfazendo obrigatoriamente as suas necessidades sexuais. Em troca, o marido paga as despesas da mulher.

O “sighe” e a lei de retribuição

A outra forma de casamento,



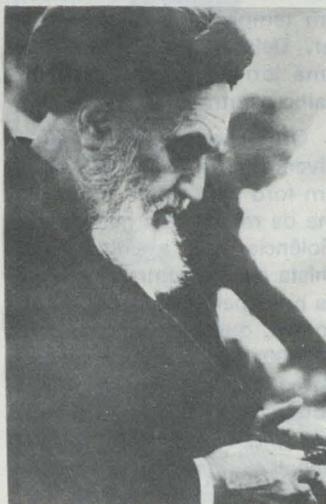
Pela Lei de Retribuição da República Islâmica, a vida da mulher vale a metade da vida do homem

consagrada pelas atuais leis iranianas, é o *sighe*, ou casamento temporário, que só ocorre na seita xiita do islamismo. Esse tipo de casamento representa a forma mais franca de exploração das mulheres. A mulher casa-se com um homem por um determinado período de tempo e mediante uma quantia de dinheiro previamente combinada; o casamento é automaticamente desfeito ao fim do período, sendo desnecessário o divórcio. No *sighe*, espera-se que a mulher cumpra a “obrigação conjugal”, ao passo que o homem, a não ser disposições em contrário estabelecidas por ocasião do casamento, não tem que pagar as despesas da mulher. A única diferença entre o *sighe* e a prostituição é que o primeiro é legalizado pelo islamismo xiita, ao passo que a segunda é ilegal; na prática, porém, *sighe* corresponde à prostituição legalizada. De fato, é esta a alternativa oferecida às mulheres pobres pela República Islâmica, que fechou os centros de prostituição do Irã.

O artigo 5 da Lei de retribuição

da República Islâmica reza que: “Quando um homem muçulmano matar uma mulher muçulmana de forma premeditada, será indiciado e, antes que a sentença passe a ser cumprida, a família da mulher deve pagar ao condenado metade do dinheiro que lhe cabe por direito de sangue”.

Isso se deve ao fato de que, no islamismo, a vida de uma mulher



O aiatolá Komeini

vale a metade da vida de um homem e, portanto, a metade à qual ela não tem direito por lei deve ser paga ao marido. Caso a família não possa fazer o pagamento, o réu é posto em liberdade.

Segundo o direito criminal islâmico, as mulheres não podem servir como testemunhas de crimes importantes. O artigo 33 da lei acima mencionada diz que “somente duas mulheres honradas poderão prestar depoimento no caso de homicídio premeditado”.

Em outra parte da lei, estabelece-se que o ato de matar uma mulher apanhada em flagrante adultério pelo marido é sancionado por lei, ficando isento de retribuição. Diz o artigo 33: “Caso o homem apanhe sua mulher na cama com outro homem, é admissível que ele mate ambos”.

É claro que não se trata de um direito bilateral. E uma de suas desvantagens, naturalmente, é que o homem pode matar a esposa sob o pretexto de tê-la apanhado em adultério, mesmo que isso seja falso, e fugir às penas da lei. ●

Third World Calling

terceiro mundo - 69

Notas/Mulher

Equador: as difíceis condições do trabalho feminino

A paisagem das lavadeiras no rio Tomebamba, um dos quatro rios que atravessam a cidade de Cuenca, faz parte do patrimônio artístico-cultural de pintores e escritores e itinerário obrigatório de turistas. A polí-cromia das roupas estendidas à beira da corrente, ao pé das velhas mansões do tempo dos vice-reis parece refletir o trabalho das lavadeiras, exercido por diversas gerações.

Menos poético, no entanto, é lembrar que esse trabalho que os sociólogos denominam "economia informal" encobre uma alarmante porcentagem de doentes de artrite e reumatismo e que, com exceção dos setores da sociedade com alto poder aquisitivo, a venda de máquinas de lavar roupa representa um mau negócio na cidade.

Por uma dúzia de peças, uma lavadeira recebe 40 sucres (0,23 dólares) e algumas delas conseguem lavar, por dia, entre oito e 12 dúzias. Meninas de menos de 14 anos de idade participam da tarefa. "Somos filhas de filhas das lavadeiras do Tomebamba", dizem com orgulho, em um tom cantado.

No entanto, em Quito e outras regiões do país, a situação da mulher que trabalha não é melhor do que em Cuenca. Um estudo da Universidade Central sobre "A Força de Trabalho na Capital" indica que 71,49% da população feminina que trabalha em Quito o fazem em profissões e atividades classifica-

das como as de "pior remuneração".

Secretárias, pequenas comerciantes, lojistas, empregadas domésticas, professoras, operárias têxteis, costureiras e empregadas em salões de beleza recebem salários menores que 50 dólares mensais, contra um mínimo vital de 58,82 dólares. Em comparação com os homens, apenas 30% ganham menos que aquela quantia.

O estudo ressalta que a deterioração das condições de vida verificada na última década obrigou muitas mulheres equatorianas a procurar emprego para contribuir no sustento do lar. No entanto, a incorporação maciça da mulher na estrutura ocupacional - que no mesmo período aumentou de 34 para 37% - tem representado uma razão para que os empregadores reduzam ainda mais o salário dos trabalhadores, de uma maneira geral.

Cerca de 65% das mulheres que trabalham devem dedicar um tempo extra às tarefas do lar. Delas, 19% cumprem ali uma jornada completa de trabalho e outra fora.

Organizações femininas de diversos setores organizaram um foro para tratar do problema da mulher em geral e o da violência que a cultura machista exerce contra elas. Entre as principais resoluções do encontro, que contou com cerca de 400 participantes, figura o da constituição de um tribunal permanente de denúncia dos casos de violência, "seja no trabalho, nos meios de comunicação ou na legislação".



Venezuela: a violência sexual contra a mulher

O assassinato de uma moça e os ferimentos graves em outras duas por haverem resistido à violência sexual despertaram nos últimos dois meses na Venezuela uma reflexão sobre o problema, um tema que tradicionalmente se perde no silêncio.

Segundo dados do Ministério da Justiça, mais de duas mil mulheres denunciam, anualmente, casos de agressão sexual. No entanto, acredita-se que esse número seja o triplo, porque a maioria esconde a situação que viveu.

Um dos comentários mais repetidos é que as mulheres não procuram a polícia depois da violência porque consideram humilhante o exame médico a que são submetidas para demonstrar que o estupro existiu e que elas opuseram resistência.

Paradoxalmente, educa-se a mulher para ser passiva e indefesa, mas se exige dela que, no momento de um ataque dessa natureza, se defenda e depois prove isso à polícia, mostrando as lesões causadas por sua resistência, porque geralmente duvida-se da vítima.

Notícias a serviço das comunidades

A experiência de um serviço de informação internacional, dirigido a pequenas rádios do interior, que prioriza as necessidades e possibilidades das maiorias

Mais de 150 emissoras em 17 países da América Latina, em sua grande maioria de cidades situadas em zonas rurais, estão recebendo um serviço informativo internacional elaborado pelo projeto *Chasqui-huasi*, em Santiago do Chile, que preenche um vazio na radiodifusão da região e constitui uma experiência importante de comunicação.

Chasqui-huasi pôs em execução o Serviço Informativo Terceiro Mundo, em janeiro de 1985, com o objetivo de ajudar a superar os obstáculos que impedem o fluxo de notícias internacionais orientadas para fins de desenvolvimento, para apoiar, em especial, as pequenas rádios dirigidas aos setores populares distantes das grandes cidades.

As rádios e a informação

Existem mais de 4.200 emissoras na América Latina; 90% da população escutam rádio, único meio de informação da maioria dos setores populares urbanos e rurais. No entanto, o potencial enorme do rádio na região está subutilizado, porque o público não tem acesso a uma informação internacional

suficiente e adequada.

Há dez anos, os países sub-desenvolvidos empreendem alguns esforços para superar sua dependência das grandes agências internacionais de notícias, orientadas pelos países industrializados. Criaram e de-



envolvem redes e agências informativas próprias; porém existe ainda um grande caminho a percorrer.

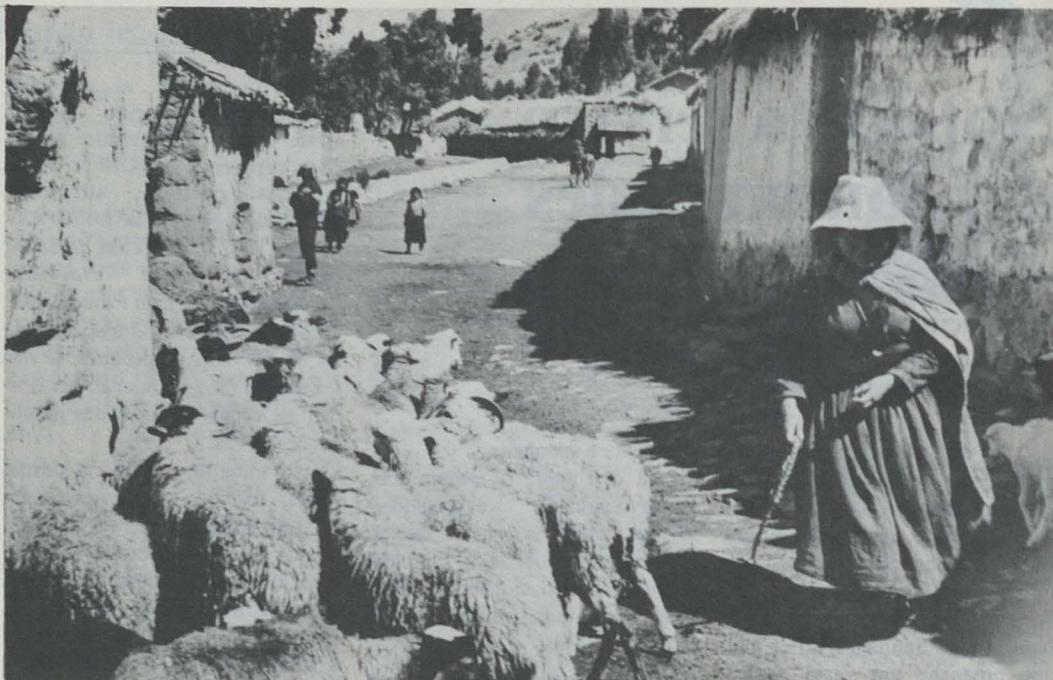
Nesse período, surgiram o *Pool de Agencias de los No Aliados* (1975), a *Acción de Sistemas Informativos Nacionales* (1979), a *Agência Panafricana* (1983), a *Agencia Latinoamericana de Servicios Especiales de Información* (1984); *Inter Press Service* se expandiu, além das publicações novas.

No entanto, a maioria destas redes, formada por mecanismos intergovernamentais, chegam apenas aos meios estatais e algumas instituições públicas, requer uma infra-estrutura custosa de telecomunicações e sua linguagem está dirigida para a imprensa escrita, o que dificulta o acesso efetivo aos meios locais, especialmente às rádios populares.

Menos de 5% das rádios do continente entram na categoria de grandes emissoras. A maioria absoluta se limita a ler notícias publicadas pela grande imprensa ou a repetir os fatos mais chamativos selecionados por uma rádio importante da capital, geralmente com despachos das agências internacionais.

Dessa maneira, as pequenas emissoras, principalmente as do interior, que representam a fonte principal de informações para as grandes maiorias, são os meios menos informados. Centenas de rádios pequenas e pobres dedicadas à educação e ao desenvolvimento vivem essa situação, segundo a *Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica* (Aler) e a *Asociación Católica Latinoamericana de Radio y Televisión* (Unda-AL).

Com base nessa realidade e a terceiro mundo - 71



"Terceiro Mundo" propõe-se a difundir informações principalmente entre os camponeses pobres

B. Bissia

pedido de suas filiais, a própria Unda-AL alimentou o projeto *ChasquiHuasi* para pôr em marcha um serviço informativo cujas características foram definidas através de uma pesquisa enviada a 400 emissoras e a reação destas aos quatro primeiros programas experimentais.

Características do serviço

O *Servicio Informativo Tercer Mundo* se propõe a apoiar o funcionamento das pequenas estações que orientam seu trabalho com princípios e objetivos de serviço às comunidades e setores populares, de acordo com os seguintes critérios:

– facilitar a difusão ampla de informações sobre planos e programas de desenvolvimento entre aqueles setores, principalmente os camponeses pobres, que são os destinados a beneficiar-se de tais

esforços;

– apoiar a criação de uma consciência e identidade regional e terceiro-mundista, por meio de uma informação alicerçada sobre os problemas e conquistas populares nessas áreas;

– difundir as ações e conquistas de diversas organizações que, embora trabalhem por objetivos de desenvolvimento integral, democrático e auto-sustentado, não conseguem comunicar-se com as grandes maiorias.

O serviço consiste em um cassette quinzenal com dois programas, de meia hora cada um, com 7 a 8 notícias por programa, que podem também ser utilizadas em separado. A seleção de notícias é um elemento chave no processo de produção do serviço e se orienta de acordo com os seguintes critérios:

a) informar sobre a dinâmica internacional que origina e man-

tém a dependência e o subdesenvolvimento;

b) dar a conhecer as ações nacionais e internacionais que reafirmam a possibilidade de um desenvolvimento auto-sustentado, especialmente mediante a cooperação Sul-Sul, entre países pobres;

c) difundir as ações encaminhadas a exercer a autoconfiança e a auto-suficiência por parte dos povos em desenvolvimento para resolver suas necessidades.

Enquanto a tendência dominante no noticiário internacional é dar prioridade aos interesses das elites, *Tercer Mundo* dá prioridade às necessidades e possibilidades das maiorias, representadas pelas mulheres, crianças, camponeses, índios e os trabalhadores em geral.

A fonte principal do *Tercer Mundo* é o serviço diário da agência *Inter Press Service* (IPS),

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS RÁDIOS QUE TRANSMITEM "TERCEIRO MUNDO"

País	Radioemissoras		Total
	Capital	Cidades	
Argentina	3	12	15
Bolívia	6	13	19
Colômbia	4	8	12
Costa Rica	1	7	8
Chile	-	10	10
Equador	5	18	23
El Salvador	2	2	4
Guatemala	3	6	9
Honduras	1	6	7
México	1	3	4
Nicarágua	4	4	8
Panamá	2	2	4
Paraguai	1	1	2
Peru	3	17	20
Porto Rico	1	-	1
República Dominicana	1	4	5
Venezuela	2	3	5
	40	116	156



46% das rádios rurais servem as populações bilíngues

Nº 94 - Outubro - 1986

usando como complemento os serviços da Alasei, Alai, *Noticias Aliadas*, *Informe Latinoamericano*, o dossiê de Ifda, *cadernos do terceiro mundo*, a revista *South* e outras publicações de circulação mais limitada.

As emissoras atendidas

Ao começar o projeto, *Chasqui huasi* entrou em contato com 263 emissoras e 22 grupos ou organizações que produzem programas de rádio em 17 países da América Latina. Em julho de 1985, eliminadas aquelas que não deram sinais de interesse, o serviço passou a atender a uma média de 140 rádios e de 10 a 15 instituições.

Setenta e quatro por cento são rádios de pequenas cidades, muitas delas educativas e culturais, católicas em sua maior parte; 46%, rádios rurais localizadas em serras e selvas e que servem às populações camponesas e indígenas, com transmissões bilíngues; 8%, rádios comerciais de cobertura nacional.

Tercer Mundo começou a funcionar com fundos próprios do *Chasqui huasi Comunicaciones* e o apoio financeiro de instituições internacionais. É difícil ao serviço financiar-se apenas por subscrições, em razão da escassez de recursos das rádios às quais se dirige. No entanto, um dos princípios do *Chasqui huasi* é que o desenvolvimento não deve depender eternamente da ajuda externa.

As rádios populares desenvolvem esforços para ajudar a cobrir os custos do programa. Para seus organizadores, é a melhor prova da utilidade prestada por *Tercer Mundo* e também o melhor indicativo da possibilidade de resolver seus problemas com recursos modestos.

Notas de Comunicação

Intercom: comunicação para o desenvolvimento

A grave situação econômica que vive a maioria dos países da América Latina, sofrendo, especialmente, o problema da dívida externa, e a crise política de muitas nações da região, constituem sérios obstáculos para o desenvolvimento de uma comunicação mais equilibrada, justa e participativa.

Esta é a conclusão geral do 9º Ciclo de Estudos da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação -, realizado em São Paulo, em setembro.

Entre os presentes, estavam a presidente da Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação (Alaic), Patricia Anzola; o diretor do Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina (Ciespal), Luis Proaño; Luis Gonzaga Mota, da Universidade de Brasília; Jesús Barbero, da Universidade de Cali (Colômbia); Javier Esteinou Madrid, do México; Rafael Roncagliolo, do Peru; e José Benítez, da Universidade de Havana.

A maioria dos expositores referiu-se à paralisação existente em matéria de projetos de comunicação na região, principalmente como consequência de condicionamentos políticos e econômicos.

Para Jesús Barbero, a prática da comunicação na América Latina deve ser recriada tendo como marco a política global, sem que esta perspectiva se reduza ao partidário. Ela deve in-

cluir o campo cultural, levando em conta todos os aspectos da vida do homem, o que inclui o cotidiano.

Dez anos depois da Conferência Intergovernamental de Comunicação, organizada pela Unesco em 1976 em São José da Costa Rica, os participantes do ciclo da Intercom concordaram em que, passada a discussão inicial, o tema das políticas de comunicação ficou relegado a um segundo plano no interesse dos dirigentes do continente.

O ciclo da Intercom, presidido pelo diretor da Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo, José Marques de Melo, deu ensejo à realização de encontros paralelos sobre novas tecnologias de comunicação, de pesquisadores da comunicação, editores de revistas de comunicação e cultura, e um encontro latino-americano de pós-graduação em Comunicação. Editores de 13 revistas ibero-americanas de Comunicação e Cultura firmaram um convênio para constituir uma rede de intercâmbio e colaboração.

Golfo Árabe: Centro de comunicações

Os diretores das agências de notícias dos países-membros do Conselho de Cooperação dos Estados do Golfo (GCC) estiveram reunidos em Riad, Arábia Saudita, com o objetivo de criar um centro de transmissões do *pool* em árabe e em inglês, através da Agência Noti-



ciosa do Golfo (GNA), com sede em Bahrain.

Ficou recomendada, também, a participação dos editores das agências dos estados-membros para preparar e editar as notícias do Conselho de Cooperação transmitidas pela GNA. Durante o encontro, foram realçados a necessidade de uma futura coordenação entre as agências dos estados-membros, a abertura de novos escritórios destas agências no exterior, em cooperação com o secretariado-geral do GCC, o entendimento entre os atuais escritórios e a possibilidade da fusão de alguns deles.

“Hoje e Amanhã”, o novo jornal argentino

“Hoje e Amanhã”, um novo jornal diário, começou a circular em Buenos Aires. É um tablóide de 24 páginas, impresso em duas cores, que se dirige, segundo seu diretor, Nestor Ruiz, a todos os setores da sociedade argentina. Com esse lançamento, Buenos Aires passa a ser uma das cidades com maior número de jornais em todo o mundo: 13 no total, 10 matutinos, incluídos os especializados em temas econômicos e financeiros, e três vespertinos.

Isabel Allende:

“Falamos por um povo, por um continente”

Com dois livros de êxito editorial indiscutível, já traduzidos em diversos idiomas, a escritora peruano-chilena Isabel Allende é a mais nova revelação da literatura latino-americana

Peruana de nascimento e sobrinha do ex-presidente chileno Salvador Allende, Isabel Allende diz que nunca se propôs a escrever um livro contando somente as histórias que lhe dizem respeito e sentindo-se parte dessa gama de escritores, unidos apesar da adversidade, que contam a epopéia comum dos homens e mulheres da América Latina.

Os acontecimentos políticos e pessoais se misturam indissoluvelmente em sua vida e em sua obra. Obrigada a exilar-se, Isabel Allende fixou-se na Venezuela, onde encontrou dificuldade para continuar exercendo o jornalismo. Lá surgiu, quase que por acaso, o seu primeiro livro – “A casa dos espíritos” – no qual ela recria o mundo interior de uma família do século passado, que acaba por confundir-se com os fatos políticos mais recentes da história latino-americana.

Já em “De amor e de sombra”, seu segundo livro (editado na Espanha em 1984 e, de-

pois, na Itália, França, Alemanha e no Brasil), Isabel Allende conta a história de mulheres que procuram os homens de sua família, cujos corpos aparecem enterrados numa mina abandonada. A história parte de um fato real – os mortos encontrados na mina de Lonquén, no Chile – e se projeta, através da ficção, sobre o drama dos “desaparecidos” do continente.

Isabel Allende não se sente portadora de uma mensagem determinada. Escreve pelo gosto de contar, mas diz o que sente em seu íntimo, e por isso não pode deixar de falar da ditadura ou

da luta da mulher, ou mesmo das diferentes formas que a violência assume na vida cotidiana.

Nesta entrevista exclusiva para cadernos do terceiro mundo, Isabel Allende conta um pouco de sua história, de seus livros, de suas influências literárias, de suas experiências como mulher, como chilena e latino-americana, e também como sobrinha de Allende, falando também de seu próprio livro.

“Gosto muito de contar histórias”

Que motivos ou inclinações de juventude a levaram a aproximar-se da literatura?

– Minha mãe dizia que eu



Isabel Allende

contava histórias desde muito pequena. Não sei se é verdade. Trabalhei sempre como jornalista, desde os 17 anos. Sempre estive trabalhando com a linguagem, com a palavra, tentando comunicar. Sou uma leitora apaixonada, mas nunca tinha pensado em escrever um livro.

A senhora disse que o golpe militar transtornou completamente sua vida. Terá sido esse fato, o que a levou também a escrever um livro?

– Sim. Eu não sei se teria es-

trabalho. Trabalhei em um colégio e sentia, enquanto isso, uma saudade paralisante, como acontece com muitos chilenos, porque somos péssimos para emigrar ou para sair do país. Estamos sempre carregando uma tremenda saudade. Depois de muitos anos na Venezuela, surgiu a possibilidade de escrever um livro, quase que por acaso. O pretexto foi a morte iminente do meu avô. Comecei a escrever-lhe uma carta que depois se transformou em livro.

A senhora escreve porque



“Pensei nas mulheres que percorreram os campos de concentração e os hospitais à procura dos seus homens”

critos livros se tivesse ficado no Chile. Acho que minha vida teria seguido outro caminho. Eu teria continuado a ser jornalista, trabalhando como sempre, e talvez não tivesse experimentado a necessidade de derramar em um livro o que eu não podia dizer na imprensa. O golpe militar produziu um corte em minha vida.

Quando cheguei à Venezuela, demorei muito a conseguir trabalhar como jornalista. A situação era bastante difícil em termos de

sente necessidade de expressar-se assim ou porque pretende transmitir uma mensagem política ou pessoal?

– Acho que escrevo porque gosto de narrar, gosto muito de contar e captar as histórias que estão no ar, transformando-as em palavras. Não pretendo passar uma mensagem política, nem de outra espécie, não acredito ser dona de verdade alguma. Tudo o que eu escrevo, no entanto, está tocado pelas coisas que me im-

portam, e uma dessas coisas é a situação política e social do nosso continente. Não posso deixar de falar da ditadura, porque me afeta demais, como não posso deixar de falar da situação da mulher ou das muitas formas da violência, da qual somos todos vítimas, de uma forma ou de outra.

Os livros

O que a senhora quis dizer, em especial, com o seu primeiro livro, “A casa dos espíritos”?

– Quando comecei o livro, estava tentando contar um pouco da história da minha família, mas outros personagens foram entrando. Cada vez mais passaram a importar a ficção, a imaginação e como que o país inteiro foi-se intrometendo, ou tudo aquilo que do país me importava. No fim, deixou de ser uma história pessoal e passou a ser uma coisa um pouco mais complexa. Acho que muita gente sentiu-se identificada, achando que essa podia ser sua história. Havia muita gente representada ali. Não foi proposital, eu não pretendia contar a história de outras pessoas, mas simplesmente as histórias que estavam comigo há uma vida: histórias de meu avô, de minhas tias.

Agora, com o segundo livro, a senhora já constrói uma história a partir de um fato vivido por outras pessoas...

– Esse é um fato real, que me afetou muito emocionalmente. Na localidade de Lonquén, a 50 quilômetros de Santiago, descobriram em 1978 uma mina abandonada, com 15 cadáveres de camponeses assassinados pelos militares. Entre eles havia cinco pessoas da mesma família, a família Maureira – quatro filhos e o pai.

Eu estava na Venezuela quando li essa história, que me atingiu muito, porque foi o primeiro caso de sepultura clandestina descoberto no Chile. Pelo menos foi o primeiro que se divulgou. Há milhares de mortos escondidos no Chile, mas foi a primeira vez que os militares não puderam abafar o assunto e ele veio à luz. Pela primeira vez os militares foram julgados. Claro que foram absolvidos, mas o caso tornou-se público. Afetou-me muito o fato de haver um grupo de mulheres que, durante cinco anos, procurou os seus homens. Pensei nas mulheres da família Maureira e das outras famílias, durante cinco anos percorrendo os campos de concentração, os hospitais e os necrotérios à procura de seus homens. No final, se tinham sorte, encontravam os cadáveres e nada mais. Então o drama dos desaparecidos tornou-se para mim uma constante, tão comum no Chile quanto na Argentina, no Uruguai e agora na América Central. É como uma tragédia latino-americana. Eu quis então contar essa história, mas contá-la como romance não como documento ou depoimento. Mesmo assim, fiz toda a pesquisa prévia, como se fosse para um documento, e depois transformei o material em ficção.

A linguagem e a mulher

A narrativa ficcional, como meio de divulgar um fato, tem uma eficiência particular em relação às outras formas de denúncia?

— É a única coisa que sei fazer. Não poderia escrever de outra maneira, então uso o meio que está ao meu alcance. Por outro lado, se atinge assim um público ao qual um documento político ou depoimento não chegaria. As

Nº 94 - Outubro - 1986

C. Sánchez



“Somos a mesma voz, contamos diferentes aspectos da mesma realidade”

peçoas que lêem, por exemplo, um relatório da Anistia Internacional estão de algum modo relacionadas com o assunto ou interessadas nele. O romance ataca de surpresa o leitor desprevenido e lhe traz uma informação que possivelmente ele não receberia por outros canais. Então, apesar de não substituir nunca um documento ou um trabalho de pesquisa ou um depoimento, pelo menos ele chega a um público a que não seria acessível de outra forma. Penso que por isso pode ser válido.

Pelo fato de ser mulher, a senhora sente que o que escreve tem uma maneira especial, ou a obra é independente desse fator?

— Em geral, eu penso que os livros não têm sexo e não importa para o leitor se ele foi escrito por um homem ou por uma mulher. O

que importa é o que eles dizem. As palavras que usamos, sejam homens ou mulheres, são as mesmas. A linguagem é a mesma, mas há uma visão de mundo determinada pelas condições de nascimento de cada um. Se uma pessoa nasce homem ou mulher, rica ou pobre, negra ou branca, européia ou latino-americana, tem determinada a sua visão do mundo desde o momento em que nasce. Pelo fato de ser mulher, então, sinto que tenho uma visão diferente da de meus irmãos, meu marido ou meu pai. Eles nasceram e vivem num mundo feito sob medida para os homens, e eu tenho que inserir-me nessa cultura e nessa sociedade, provando todos os dias, o tempo todo, que posso, que sou capaz. É uma luta sem piedade, que me obriga a ser extraordinariamente forte. É possível que isso se reflita de alguma maneira na-

terceiro mundo - 77

quilo que escrevo, mas isso também aconteceria se eu estivesse condicionada por outros elementos.

Somos a mesma voz

A senhora reconhece que a literatura russa teve muita influência sobre seu trabalho. Que outras leituras influíram nele?

— Eu disse que teve muita influência sobre mim aquilo que li quando era criança: o gosto pela aventura, as longas sagas familiares dos russos, a poesia de Pablo Neruda, todos os livros dos grandes escritores latino-americanos que li. Quase toda a obra de García Márquez, de Mario Vargas Llosa, de Jorge Amado, de Borges, de Sábato, dos escritores nossos. Acho que essa também pode ter sido uma influência muito forte, especialmente a do cubano Alejo Carpentier. O que acontece comigo é que acho muito difícil dizer quais foram as influências, porque um escritor nunca está consciente delas. São os críticos que as apontam depois. Quando escrevemos, não estamos

conscientes dessa ou daquela influência. Imagino que o mesmo acontece com os pintores e com todos os artistas. A gente faz o que pode, acho que somos como um lençol branco que recebe uma carga de imagens, marcas, sinais e cicatrizes que depois se refletem no trabalho, sem que a gente soubesse da existência delas.

A senhora se sente como parte de algum movimento ou corrente literária latino-americana?

— Sim, acho que estamos todos contando a mesma história. Todos os escritores latino-americanos, com diferentes nuances e tons, somos uma só voz, falamos em nome de um povo, de um continente. Contamos sobre uma mesma realidade, sobre os mesmos aspectos dessa realidade. É por isso que me surpreende um pouco a insistência no rótulo de “realismo mágico”, pois sinto que estamos falando de nossa realidade, a realidade visível e a invisível, afetada por sentimentos, emoções, pela história e pela carga de paixões que existe em todos nós e que é também uma realidade que

afeta nossa vida diária.

Sinto que todos nós estamos contando a mesma história e que eu sou parte dela. As histórias que conto não são inventadas, às vezes eu as encontro nos jornais ou naquilo que as pessoas me dizem na rua, e também nas histórias que eu vivi. São as mesmas coisas de que falam todos os escritores latino-americanos, é uma corrente.

A ditadura chilena

Quando houve o golpe militar a senhora estava na adolescência política, de acordo com suas próprias palavras. Como via então os partidos políticos chilenos e a Unidade Popular em particular?

— Eu vivi todo o processo da eleição de Salvador Allende e da Unidade Popular. Foi um tempo de euforia e violência, de grandes realizações e de muita desordem. Surgiram coisas maravilhosas, ao mesmo tempo em que apareciam muitas contradições internas dentro da Unidade Popular. Os partidos, às vezes, não tinham objetivos muito claros, ao contrário da direita, que os tinha claríssimos. Era um inimigo muito poderoso, porque, do primeiro ao último homem, sabia muito bem quem era o seu adversário e quais os seus objetivos.

Já a esquerda não era assim. O governo da Unidade Popular não conseguiu, durante aquele tempo, entrar num acordo para enfrentar com suficiente força e clareza um inimigo tão poderoso. Mas cuidado: esta opinião deve ser tomada com cautela, porque muita gente disse depois que a Unidade Popular tinha jogado fora o governo, que teve a oportunidade e não a soube aproveitar. Isso não é justo, absolutamente. A Unidade Popular foi boicotada desde o



Bombardeio do palácio de La Moneda

primeiro dia. Além da direita econômica, teve como poderosíssimo inimigo os Estados Unidos, que também a sabotaram. Não foi fácil para a Unidade Popular.

Como explica a longa sobrevivência da ditadura de Pinochet?

— No momento em que se deu o golpe militar no Chile, o país estava polarizado em dois grupos praticamente irreconciliáveis. O golpe militar e a ditadura contaram com o apoio de amplo setor civil, que inclusive pedia a intervenção militar. Quando o golpe aconteceu, os militares não contaram apenas com o enorme apoio do exterior, mas também de grande parte da população civil. Esse apoio foi retirado quando o país entrou na crise econômica. As pessoas aguentam a repressão, mas não aguentam uma crise econômica que afeta todo o país, empobrecendo cada vez mais a população, em benefício de um grupo privilegiado. A debandada dessa força civil que apoiou a ditadura no princípio provocou enorme desgaste nos militares. Foi um processo lento, que hoje se mostra com muita força.

Os partidos da Unidade Popular e os partidos políticos democráticos, em geral, sofreram alguma mudança durante esse período?

— Sim, eles evoluíram, pois os setores da Democracia Cristã e do radicalismo de direita, que num momento viram com bons olhos o golpe militar, pois eram inimigos mortais de Salvador Allende, hoje estão na oposição e compreendem que a ditadura é a pior solução. Acho que o Chile aprendeu — e espero que tenha sido uma lição para toda a vida, que nunca mais precise repetir-se. Como os parti-

dos políticos no Chile estão proibidos, trabalha-se praticamente na clandestinidade com as organizações populares, o que significou um fortalecimento das bases. Isso é muito importante para a futura democracia.

Vê também uma evolução no próprio povo chileno?

— Eu não moro no Chile, não vou ao Chile há muitos anos. Esta é uma pergunta difícil de responder, porque a informação de que disponho é a que me chega por meio de contatos que tenho com o

nômica, da repressão e da crescente violência. Voltamos então aos valores que sempre foram nossos, como a solidariedade e a organização. Existe uma maturidade no povo, que sabe que vai ganhar a liberdade à custa de muito sangue e muita dor, e por isso não vai se dispor a perdê-la novamente.

A unidade do continente

Qual é a sua opinião sobre os processos de redemocratização em



Allende (à dir.) recebe em Santiago o presidente Dorticós

Chile de fora dele. Penso que houve um momento em que pareceu haver um *boom* econômico, e nesse instante eram perceptíveis mudanças significativas no povo. Até o último operário do Chile pensava e agia como se fosse um empresário em potencial. Havia um consumismo exagerado, uma perda dos valores espirituais e da solidariedade humana.

Esse, porém, foi um fenômeno passageiro, um momento que logo reverteu, por causa da crise eco-

outros países, como a Argentina, o Uruguai e o Brasil?

— Vejo isso com muito otimismo, acho que a onda das ditaduras já passou, pelo menos aparentemente. Apesar disso, sinto que as nossas democracias são ainda muito frágeis e estão condicionadas. Ainda temos por cima essa terrível espada do militarismo em todo o continente, e o tremendo peso do imperialismo norte-americano. Acho que, à medida que nós sejamos capazes de resolver

terceiro mundo — 79

nossos problemas não como nações, mas como continente, poderemos enfrentar essas ameaças. A única forma de resolver os grandes problemas do nosso continente, sejam eles econômicos, políticos ou sociais, é agir unidos. Por isso creio que o acordo entre a Argentina e o Brasil pode ser o começo de uma coisa grande para a América Latina. Sinto que esses anos de ditadura nos fizeram aprender muito, e hoje existe a possibilidade de fazer o que antes nunca pudemos.

Tem alguma lembrança especial de sua relação com Salvador Allende?

— Só lembranças familiares. Salvador Allende era meu padrinho, meu tio mais próximo, porque eu não conheci meu pai. A pessoa da família Allende que esteve mais perto de nós foi ele, de modo que tenho muitas lembranças.



“Espero que tenha sido uma lição para sempre”

80 — terceiro mundo



ças. Uma linda recordação que tenho, talvez a mais antiga, é dos nossos passeios de domingo no monte San Cristóbal, para fazer piquenique. Ele tinha uns cachorros muito grandes e bonitos, e fomos ao monte com minha mãe,

as filhas dele e os cachorros. Era um passeio de todos os domingos. Salvador Allende é um homem que tem uma dimensão histórica, e fica difícil reduzi-lo a uma figura familiar. Para mim, no entanto, ele continua sendo uma pessoa muito querida no plano familiar. Compreendo a estatura que ele tem, procuro não perder isso de vista, o que às vezes custa.

Qual é o tema de seu próximo romance?

— É a vida de uma mulher. Me proponho a contar o que significa ser mulher, nascer e viver como mulher, desafiando constantemente todos os obstáculos que temos pelo caminho, principalmente aqueles que nos são impostos pela educação. Não pretendo fazer um documento feminista, como nunca pretendi fazer um documento político, mas quero contar o que significa ser mulher.

Uma mulher chilena ou latino-americana?

— Não é chilena, é latino-americana. Não menciono o país porque não o fiz em nenhum dos livros anteriores. Um pouco por causa do que falamos antes, o sentimento latino-americano. Há treze anos que eu não digo “sou chilena”, digo “sou latino-americana”, porque sinto que o nosso destino é comum e que o problema de uma mulher é o mesmo, seja no Chile, na Venezuela ou no Brasil. Isso depende de ter a sorte de nascer em um grupo privilegiado, com acesso à cultura, à educação e à saúde, ou de ser uma mulher proletária, operária, camponesa ou indígena. Em qualquer ponto do continente, estamos condicionadas por isso.

Entrevista a Víctor Bacchetta

CHEGOU O GUIA DO TERCEIRO MUNDO 86!



**ENTREGA
IMEDIATA**

São 616 páginas com informação atualizada, objetiva e independente de todos os países do mundo • Dados de história, economia, geografia e política • 110 páginas sobre o Brasil • Mais de mil mapas e gráficos • As organizações internacionais, como funcionam e porquê • O movimento dos países Não-Alinhados, informes e documentos inéditos • Impressão em papel de qualidade.

Publicação anual indispensável para pesquisa e consulta • Atende a jornalistas, professores, parlamentares, estudantes, administradores, consultores e outros grupos profissionais • Necessário para industriais e comerciantes, sindicatos e outras instituições • Fundamental em bibliotecas, salas de aula e mesa de trabalho.

Formas de pagamento: (assinale com um "X" sua opção): () 1 pagto. antecipado de Cz\$ 225,00. () Em 2 parcelas de Cz\$ 120,00. () pagto. por reembolso postal a Cz\$ 250,00.

Observações: 1—No pagamento antecipado remeta junto com o cupom cheque nominal ou vale postal (ag. central) 2—No caso de pagto. parcelado remeta a 1ª parcela junto com o cupom; a 2ª será paga no correio quando da retirada do Guia 3—Na entrega do Guia por reembolso postal ou 2ª parcela será cobrado o porte.

Segundo minha opção estou remetendo juntamente com este cupom (menos no caso do Guia por reembolso postal) o valor correspondente a Cz\$. por cheque nominal ou vale postal (ag. central) para Editora Terceiro Mundo Ltda. —Depto. Comercial, Rua da Lapa, 180 grupos 1105 a 1110 — Rio de Janeiro RJ — CEP 20021 — Tels.: (021) 222-5771 para a compra de Guia(s)/86.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Tel.:
Estado: CEP:
Data: / /

Comprador

**Atenção! Só a edição brasileira
contém 110 páginas de Brasil.**

Cinema: O gargalo estreito da distribuição

Cineastas latino-americanos se conscientizam de que só abrindo conjuntamente espaços, como circuitos alternativos de exibição, poderão chegar aos espectadores de seus próprios países



Filmagem de "Com licença, eu vou à luta" de Lui Faria

A produção cinematográfica dos países latino-americanos partilha os mesmos processos e preocupações, e enfrenta um inimigo comum: circuitos de exibição monopolizados por filmes norte-americanos. Na tentativa de abrir espaços para a exibição de seus filmes em seus próprios países, os cineastas latino-americanos vão criando organizações que, a duras penas, conseguem, de uma forma ou de outra, abrir algumas brechas no bloqueio das distribuidoras. No Brasil, por exemplo, luta-se desde 1976 pelo cumprimento de uma lei que torna obri-

gatória a exibição de um curta nacional antes de qualquer filme estrangeiro.

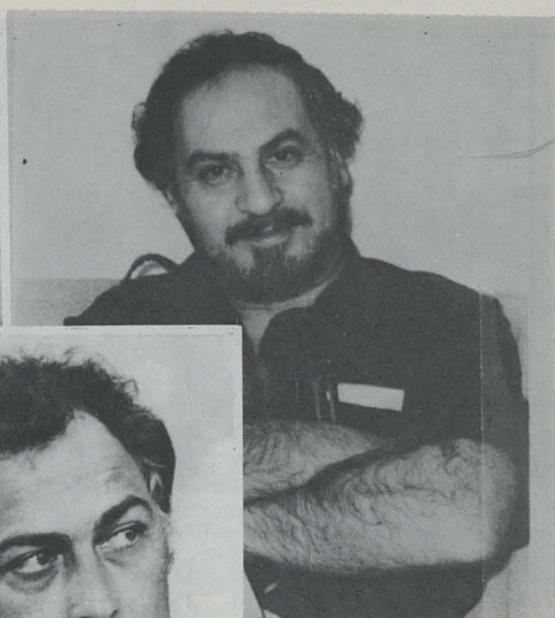
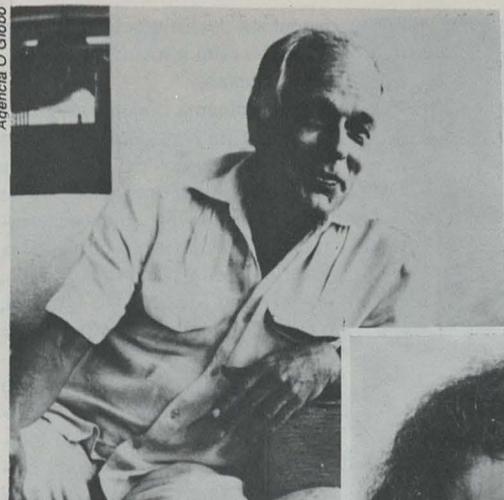
Durante muito tempo os exibidores burlaram a lei, chegando eles mesmos a produzir em série filmes de curta-metragem com péssima qualidade, roubando o espaço de cineastas profissionais, saturando as telas e criando no espectador aversão ao filme nacional. Existem hoje nas prateleiras 100 títulos de filmes de curta-metragem de boa qualidade, produzidos e dirigidos por cineastas com técnica apurada e preocupados com a renovação da lingua-

gem cinematográfica, que aguardam uma atuação mais firme do Concine (Conselho Nacional de Cinema), para que seja cumprida a lei.

Preocupados com a libertação dos seus povos e com o resgate das identidades nacionais, os cineastas latino-americanos chegam ao terreno do heróico, como Miguel Littin (*Actas de Marusia e Terra prometida*), que entrou clandestinamente no Chile, onde nasceu e de onde foi expulso há 12 anos, para filmar *Acta general de Chile*, documentário sobre a vida de seu país sob a ditadura de Pinochet, exibido recentemente no Festival de Venezuela.

Compreendendo que têm histórias e interesses comuns, bem como a afinidade de suas bases culturais, esses cineastas não viram razão para continuar isolados, passando a se reunir em festivais e a organizar associações como a Acla (Associação de Cineastas Latino-Americanos) e a Fundação do Novo Cinema Latino-Americano, inaugurada no ano passado durante o festival de Havana e que tem como presidente o romancista colombiano Gabriel García Márquez. Essa é a forma que eles encontram para estimular uma aproximação maior, porque, como diz Pastor Vega, presidente do Instituto de Cinema de Cuba: "Lamentavelmente, o isolamento ainda é grande. O cinema brasileiro não é visto na Venezuela, não se vê o cinema cubano na Argentina e o argentino não é visto no México".

Mas, ainda que os cineastas latino-americanos trabalhem isoladamente, percebem-se nos seus filmes muitos pontos de identificação, fato definido por Littin como



Três diretores latino-americanos: o brasileiro Nelson Pereira dos Santos (esq.), o chileno Miguel Littin (dir.) e cubano Pastor Vega (ao lado)

“uma espécie de comunicação subterrânea”, e ele aponta a causa disso: “Nossos povos foram fragmentados arbitrariamente pelos interesses do imperialismo, mas temos a mesma história”. Para prová-lo, basta lembrar que, na década de 60, enquanto Nelson Pereira dos Santos filmava no Brasil “Rio 40 graus”, na Argentina, Fernando Birri fazia *Tire Die*, enquanto o cubano Tomás Gutiérrez Alea rodava “O companheiro”. Três filmes na mesma linha, com a mesma busca. No Brasil, um dos marcos do Cinema Novo; na Argentina, o surgimento da escola revolucionária de Santa Fé; com Alea, o nascimento do cinema cubano.

O cinema como arma

Com esse novo cinema, que subvertia a estética do cinema atrelado ao modelo de Hollywood, os cineastas latino-americanos descobriam poder fazer cinema com poucos recursos e sem muitos aparatos, e que, ainda por cima, se aproximava mais da realidade do seu povo. As ditaduras tentaram por todos os meios frear o desenvolvimento desse cinema

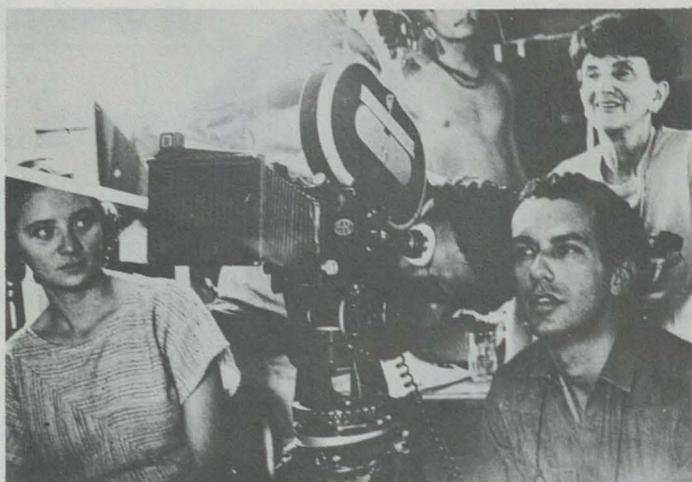
voltado para o ser humano, mas ele continuou abrindo espaços para a resistência, como, por exemplo, na Nicarágua, em El Salvador, no Panamá e em Porto Rico, países em que o cinema é uma arma na luta pela libertação.

Antes da televisão, o cinema foi a astuciosa arma da experiência mais bem-sucedida de imposição de seus valores pelo dominador imperialista. É por isso que Pastor Vega diz: “Sempre fomos satélites de um sistema que nos é estranho”. Ele acha que o intercâmbio propiciado pelos festivais ainda não atingiu a dimensão desejável para que se abram maiores espaços, e enfatiza a necessidade de somar forças para que o cine-

ma cumpra seu papel, com os cineastas latino-americanos se enriquecendo mutuamente mediante a troca de informações, como parte de uma cultura mestiça comum.

“Temos problemas com matéria-prima, com distribuição e com o mercado interno, e ainda por cima estamos muito desintegrados”, comenta o cineasta argentino Alejandro Doria (*Esperando la carroza*), para quem, da mesma forma, a luta pela abertura de espaços do cinema latino-americano deve ser coletiva. Carlos Alvarez, documentarista colombiano, diz que aprendeu nos *Cahiers du cinéma* o pouco que sabe do Cinema Novo brasileiro. Ele acha que o isolamento só pode ser rompido com a criação de distribuidoras alternativas.

“Ficamos muitos anos sem poder fazer filmes compromissados



"A Hora da Estrela": a atriz Marcélia Cartaxo (esq.), junto com a diretora Suzana Amaral e o fotógrafo Edgard Moura

com o homem latino-americano. Foram anos de muito medo. Procuramos agora aprender a trabalhar em liberdade, para encontrar o caminho", diz Alejandro Doria. O cinema de Porto Rico é outro que o seu povo desconhece, porque as salas de exibição são dominadas pelo circuito de filmes dos Estados Unidos. "Somos colônia dos Estados Unidos desde 1898. Não temos apoio do governo porto-riquenho, mero administrador da colônia para os Estados Unidos, que usam Porto Rico apenas para suas locações", diz José García, cineasta desse país. Resultado: os cineastas de Porto Rico procuram outros países para efetuar co-produções, e os filmes que são produzidos mediante esse esquema, se exibidos, só são vistos nas universidades e sindicatos.

Também está vivendo grave crise o cinema mexicano que, sempre vinculado ao Estado, viveu seu fastígio na década de 40, e, de acordo com o que escreveu o crítico Hector Rivera na revista *Proceso*, apresenta este quadro: "Existem poucas salas de projeção, e nessas poucas se exibem 90% de filmes norte-americanos.

84 - terceiro mundo

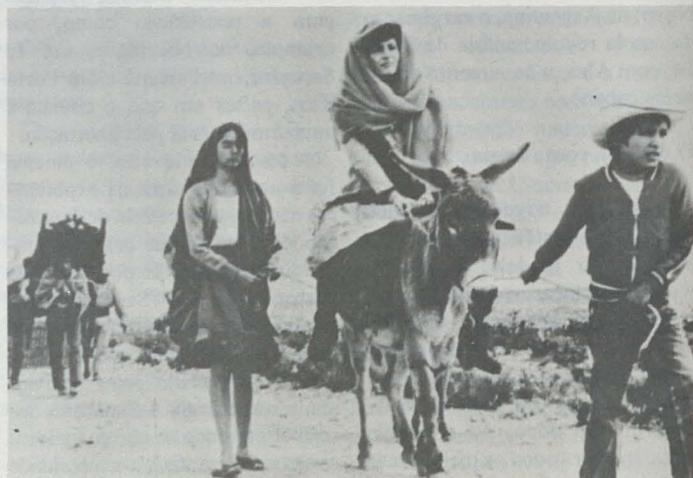
O cinema oficial, controlado pelo INC, sofre manipulação política, e as películas são de péssima qualidade".

A pátria é salva pelo cinema independente, que produz escassos mas excelentes filmes, como *Frida*, de Paul Leduc, que arrebatou o prêmio de melhor filme do Festival de Havana do ano passado, além de vários outros internacionais. Como se não bastasse o descaso pela cinematografia nacional, um incêndio na Ci-

nemateca destruiu sete mil filmes e acabou com a memória do cinema mexicano.

Já o cinema chileno vive uma situação peculiar, visto seus filmes serem feitos no exílio, em sua maioria. Em dez anos, rodaram-se 176 filmes - 56 longas-metragens, 34 médias e 86 curtas. Boa parte foi feita por Miguel Littin, que vive no México. No Uruguai, o cinema é apenas, na definição de Manoel Carril, o "negócio cinematográfico", ou seja, a produção e a distribuição sempre monopolizadas pelo mesmo grupo de interesse. De acordo com ele, as exibições se fazem através de dois circuitos comerciais, que dominam a maior parte do mercado, e um terceiro circuito com algumas salas independentes, que sofrem todo tipo de pressão.

Carril informa ainda que não existe uma produção nacional no Uruguai, mas esforços isolados de cineastas independentes ou exilados, que trabalham em co-produção com outros países. No Paraguai, a situação não é muito diferente, embora haja alguns cineastas que conseguem manter uma produção nacional, como Hugo Gamarra, que produz, dirige e



Irene Papas e Claudia Ohana em "Eréndira", dirigido por Ruy Guerra



O cinema latino-americano torna-se naturalmente um instrumento de conscientização política

distribui seus próprios filmes – o último é um documentário chamado *Peregrinación a Caacupe*, sobre as romarias ao santuário da Virgem de Caacupe.

Cinema e soberania nacional

Panamá, Costa Rica, Equador, El Salvador e Nicarágua já têm uma proposta de cinema mais voltada para a libertação de seus povos. No Panamá, o Grupo Experimental de Cinema Universitário tem objetivos muito claros: usar o cinema como instrumento de conscientização política, segundo explica Pedro Rivera – um cinema “pela soberania nacional e pela retomada da zona do Canal do Panamá”. Ele diz ainda porque a cinematografia de seu país custa a desenvolver-se: “Como o Panamá serve de base para os militares norte-americanos, eles se valem de diversos mecanismos para dominar os meios de comunicação de massa, impedindo, entre outras coisas, a formação de um cinema nacional”.

De acordo com Rivera, a

mente do espectador panamenho está deformada e condicionada pelo esquema norte-americano de interpretação da realidade. O cinema de El Salvador e a rádio *Venceremos* produzem filmes e vídeos como *El camino de la libertad* e *Mira como lucha mi pueblo*, documentando a luta da população contra os governos fantoches e os esquadrões da morte.

O cineasta argentino Octavio Gettino estima que, com uma distribuição alternativa que atingisse todos os países da América Latina, a produção somada de todos esses países teria centenas de milhões de espectadores. “A América Latina é um mercado muito importante, que precisa ser trabalhado a nosso favor”, opina o cineasta uruguaio, vivendo atualmente na Venezuela, Mario Handler, que propõe, além do incremento da co-produção, também um esquema de co-exibição. Ele acredita que, no esquema de co-produção, a América Latina poderia produzir, em média, 250 filmes por ano.

Cuba ensina

Visando a uma renovação do cinema latino-americano e ao estabelecimento de um ponto de encontro para estudos cinematográficos, a Fundação do Novo Cinema Latino-Americano criou uma escola de cinema e televisão em Havana para estudantes da América Latina, África e Ásia, com inauguração prevista para janeiro do próximo ano. Já foi feita a primeira seleção de candidatos – 80 ao todo – em 19 países.

Do Brasil, irão estudantes selecionados no Ceará e no Piauí, para atender às regiões mais carentes, de acordo com o documentarista Geraldo Sarno. Além da escola – que funcionará em San Antonio de los Baños – a Fundação do Novo Cinema Latino-Americano se propõe também a arrecadar fundos para a produção de filmes com roteiros que serão escolhidos por concurso. ●

Maria Thereza Azevedo

terceiro mundo – 85

Notas de Cultura

Bolívia: no livro infantil, a perda da identidade cultural

Um estudo realizado pela Universidade de San Simón, de Cochabamba, concluiu que o ensino constitui um fracasso na Bolívia, pois todas as crianças utilizam o mesmo tipo de texto, apesar das variedades culturais, idiomas e expressões linguísticas existentes no país.

Segundo o estudo, os livros escolares são elaborados sobre os valores dos habitantes de classe média das cidades, o que afasta as crianças quéchuas, aimaras e tupi-guaranis de sua identidade cultural.

A conclusão central da pesquisa assinala a necessidade de as autoridades educacionais e os professores explicarem as razões de seu fracasso num país que vem reduzindo muito lentamente sua taxa de analfabetismo e que tem um dos índices mais baixos de hábito de leitura cotidiana do mundo.

Entre as recomendações dos especialistas é dada ênfase à necessidade da elaboração de novos textos de estudo em caráter experimental, mediante a constituição de equipes de professores, escritores, contistas e crianças nativas, para que elas incorporem suas vivências.

O estudo sugere também a substituição dos livros de leitura tradicionais por contos, narrativas, recompilação do folclore nacional, romances para crianças e elementos que configurem uma verdadeira li-

teratura infantil e que consigam, simultaneamente, estimular o idealismo, o compromisso social, o gosto estético e o aprendizado sobre o mundo.

Unesco: Paulo Freire, prêmio Educação para a Paz

O Prêmio de Educação para a Paz, concedido pela Unesco, foi dado, este ano, ao educador brasileiro Paulo Freire, autor de métodos pedagógicos amplamente utilizados na América Latina e África. Freire dedicou 40 anos de sua vida à alfabetização das classes mais pobres, tendo como teoria a "conscientização" para a adaptação à vida social, política e cultural.

Após a vitória do golpe militar de 1964 no Brasil, Paulo Freire foi preso, despedido da universidade onde lecionava e passou mais de 16 anos no exílio. Escreveu vários livros sobre alfabetização, entre eles "A Pedagogia do Oprimido". Durante o governo João Goulart, deposto pelo golpe de 64, seu método de ensino chegou a ser utilizado em algumas regiões do país.

Ao receber o prêmio da Unesco, Paulo Freire declarou que "a educação é um ato político e a educação pela qual estou lutando é substancialmente democrática e progressista, que desafia tanto os que aprendem como os que ensinam".

O prêmio foi entregue pelo diretor-geral da Unesco, Amadou Mahtar M'Bow.



África: países de língua portuguesa debatem alfabetização

Diretores de programas nacionais de educação de adultos dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – estiveram reunidos em Maputo, Moçambique, e concluíram pela necessidade de uma formação especializada dos quadros de alfabetização, um problema comum a todos eles.

Segundo ficou constatado, a maioria dos quadros é formada por professores do ensino primário. Dessa situação, decorrem vários problemas: as dificuldades na organização científica do trabalho, a elaboração dos materiais didáticos, a ausência de uma instituição de pesquisa e a formação dos próprios quadros.

De acordo com uma proposta do Instituto Regional de Educação de Adultos, o mesmo deverá dedicar-se fundamentalmente, na fase inicial, à formação e capacitação dos quadros de níveis médio e superior, através de cursos de curta e média duração, de três e seis meses, respectivamente.

Os problemas do nosso país "estão aí". Você sabe os principais.
 Agora, pra mudar mesmo, é preciso mais
 É preciso ir "fundo" na discussão, sem complicar o discurso.
 É pra isso que estamos aqui.

TERRA FIRME trimestral

Faça 3 assinaturas entre os amigos e ganhe a sua de brinde
 ou, então, um LP de "Radamés Gnattali".

Junte ao (s) cupom (s) de
 pedido cheque nominal ou
 vale postal (ag. central) no
 valor correspondente.

- o exemplar avulso ou atrasado custa Cz\$ 20,00
- a assinatura anual (4 exemplares) para o Brasil custa Cz\$ 70,00
- a assinatura para o exterior custa US\$ 25

Desejo: () uma assinatura anual de Terra Firme pela qual estou enviando
 juntamente com este cupom Cz\$ 70,00 por cheque nominal ou vale
 postal - ag. central; () um exemplar do último nº de Terra Firme pelo qual
 estou enviando Cz\$ 20,00 por cheque nominal vale postal | ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Estado: Cep:

Desejo: () uma assinatura anual de Terra Firme pela qual estou enviando
 juntamente com este cupom Cz\$ 70,00 por cheque nominal ou vale
 postal - ag. central; () um exemplar do último nº de Terra Firme pelo qual
 estou enviando Cz\$ 20,00 por cheque nominal vale postal | ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Estado: Cep:

Desejo: () uma assinatura anual de Terra Firme pela qual estou enviando
 juntamente com este cupom Cz\$ 70,00 por cheque nominal ou vale
 postal - ag. central; () um exemplar do último nº de Terra Firme pelo qual
 estou enviando Cz\$ 20,00 por cheque nominal vale postal | ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Estado: Cep:

CUPOM DE BRINDE

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$
 em cheque nominal ou vale postal - ag. central - em nome da Editora
 Terceiro Mundo Ltda.
 No caso de estar remetendo 3 assinaturas novas tenho direito ao brinde: () 1
 assinatura ou () 1 LP de "Radamés Gnattali!"

Nome:

Endereço:

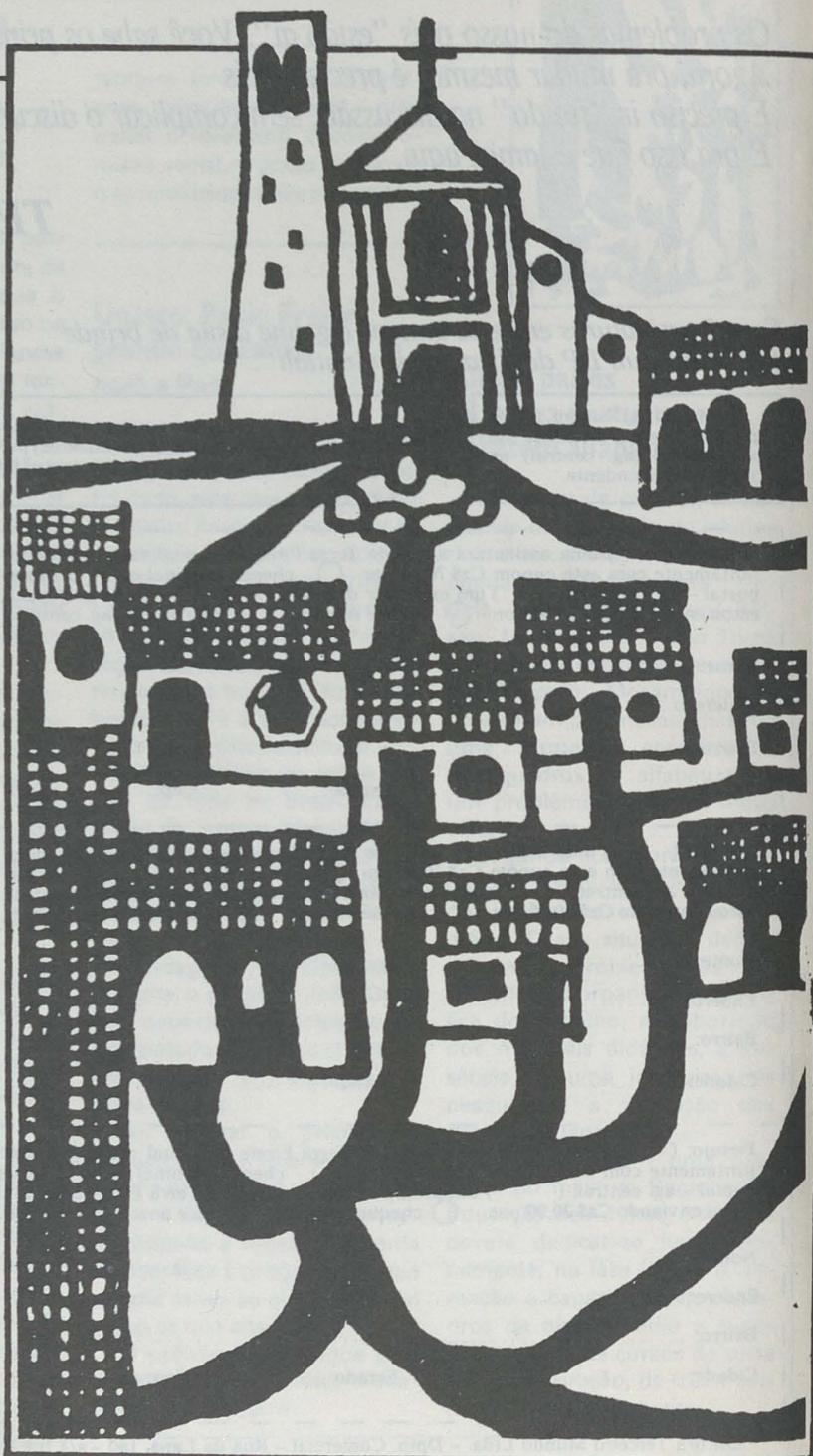
Bairro:

Cidade: Estado: Cep:

ESPECIAL

A IGREJA DOS POBRES

Um documento esclarecedor sobre a posição dos sacerdotes, freiras e leigos católicos que apoiam o governo sandinista e condenam a hierarquia da Igreja e, em particular, o bispo Obando y Bravo, por usar seu prestígio e liderança espiritual para apoiar os "contras".



Vários analistas da igreja nicaraguense concordam em dividir sua história recente em três grandes etapas:

A primeira vai de 19 de julho de 1979 (vitória da revolução) até 4 de março de 1983 (visita do papa João Paulo 2º à Nicarágua). A segunda, de 4 de março de 1983 até 7 de julho de 1985 (início da "insurreição evangélica"). No dia 7 de julho começa a terceira.

Na primeira etapa, o conflito igreja-governo ainda não tem a importância que viria a adquirir depois. Aparecem melhor e em primeiro plano os conflitos internos da própria igreja, mas ainda não configuram uma contradição fundamental entre dois modelos de igreja claramente definidos. A Igreja dos Pobres não tem uma fisionomia, uma estrutura nem uma estratégia bem definidas. Há muitos fatos claros de compromisso (como a participação de sacerdotes no governo, as declarações das comunidades de base etc.), mas ainda não se configura um modelo determinado de igreja, alternativo ao modelo tradicional de cristianismo.

A segunda etapa se inicia com a visita do papa à Nicarágua (4 de março de 1983). Com seus gestos e mensagens, o papa fortaleceu um projeto de igreja de caráter hierárquico, com traços absolutistas. Duas consequências: por um lado, monsenhor Obando y Bravo, bispo de Manágua, se sentiu legitimado em seu poder eclesiástico e iniciou uma ofensiva programática contra o governo e a revolução; por outro lado, a Igreja dos Pobres ficou muito desgastada e perdeu legitimidade junto à hierarquia.

Mas se foi necessário que um papa viesse à Nicarágua para desautorizar a igreja popular (e foi para isso que o papa veio à América Central, o resto foi mero pretexto), esse já foi um forte sinal de sua existência e "periculosidade".

A atitude do povo na Praça 19 de Julho diante do papa, que, por um lado, defendeu a revolução gritando "Queremos paz" e "Poder popular", mas que, por outro,

continua adepto dessa mesma igreja católica (como foi demonstrado por pesquisas posteriores) seria inexplicável se não existisse uma alternativa conhecida e explícita de uma nova maneira de ser da igreja no interior da revolução. Se esse modelo não existisse na consciência popular, o povo se teria dividido: com o papa e contra a revolução ou com a revolução e contra o papa. Mas isso não aconteceu. O povo continuou sendo na sua esmagadora maioria católico e revolucionário, especialmente a nível popular e camponês.

Um documento muito importante desse período se intitula "Queremos a paz - Reflexões da Nicarágua agredida" (agosto de 1983).

A terceira etapa começou a 7 de julho de 1985, com a jornada de jejum e oração liderada pelo padre Miguel D'Escoto e a posterior "insurreição evangélica". A partir desse momento, houve dois processos fundamentais que dizem respeito à igreja nicaraguense. Por um lado, agravou-se o confronto político entre a hierarquia católica e o governo, com o conflito personificado na figura do monsenhor Obando y Bravo, arcebispo de Manágua, ordenado cardeal a 25 de maio de 1985. Por outro lado, a Igreja dos Pobres tornou a nascer com uma clara identidade eclesiástica e com um projeto histórico e pastoral definido.



A conturbada visita do papa João Paulo 2º à Nicarágua

O dado mais novo dessa terceira etapa é que a Igreja dos Pobres renasceu com um projeto autônomo, surgido de sua própria experiência espiritual acumulada no interior do processo revolucionário, não como reação direta ao conflito político entre o cardeal e o governo.

O conflito entre o cardeal Obando e o governo sandinista

De acordo com a análise política do próprio governo, e também na interpretação de várias instituições cristãs, o ano de 1985 foi marcado por dois grandes confrontos: um com a contra-revolução (agressão exterior) e outro com a igreja institucional, representada fundamentalmente pelo cardeal Obando (agressão interna). Sobre isso, disse uma vez o comandante Tomás Borge: "Quando nos atacam pela fronteira dez mil soldados da FDN ("contras"), nós sabemos o que fazer, mas quando somos atacados por um grupo de bispos, não sabemos como reagir".

A importância e a gravidade do conflito cardeal-governo só podem ser entendidas mediante uma análise e interpretação de todos os fatos ocorridos desde a nomeação de monsenhor Obando como cardeal.

O fato básico é a própria nomeação de monsenhor Obando como cardeal da América Central. É um fato objetivo e amplamente conhecido na região e em toda a América Latina que monsenhor Obando é a principal figura de oposição ao governo no interior da Nicarágua. Ele mantém relações notórias e exclusivas com os partidos políticos de oposição, com os setores empresariais, com os chefes dos "contras" e com o governo norte-americano, tendo, inclusive, recebido uma condecoração do Instituto de Religião e Democracia, organismo central do neo-conservadorismo norte-americano. É opinião comum na América Central que o arcebispo de San Salvador, monsenhor Arturo Rivera y Damas, era o candidato a cardeal de maior nível religioso, eclesialístico e teológico da região, por seu trabalho pastoral, por sua capacidade de diálogo, por ser o sucessor de



Cardeal Obando y Bravo

monsenhor Romero e por ser doutor em direito canônico.

Os arcebispos da Costa Rica e do Panamá o seguiam em mérito, sendo os restantes demasiado novos em seus cargos. Mas o papa escolheu a figura episcopal mais conflitiva, discutível e ambígua, em todos os níveis, para ser cardeal. Diz-se na Nicarágua, em tom de brincadeira, que monsenhor Obando chegou a cardeal graças à revolução. Trata-se de uma anedota para ajudar a digerir uma triste realidade.

Outro acontecimento escandaloso foi a primeira missa do cardeal nos Estados Unidos celebrada em Miami a 13 de junho de 1985 e à qual estiveram presentes cerca de cinco mil pessoas, em sua maioria

exilados nicaraguenses e cubanos. Estavam presentes o líder máximo da FDN, Adolfo Calero, ex-gerente da Coca Cola, e Edén pastora. Também foi significativa a volta do cardeal a Manágua, tentando imitar a chegada do papa em 1983. A politização do cardinalato tinha ido tão longe, porém, que à missa solene de recepção não compareceu nenhum arcebispo da América Central.

Alguns bispos da Nicarágua também estiveram ausentes. Para a missa, foi escolhido um texto do Apocalipse, intitulado: "A luta de Miguel (Obando?) contra o dragão vermelho" (o governo revolucionário?). A rádio "15 de Setembro", voz oficial da FDN, transmitia insistentemente esta mensagem: "Povo nicaraguense, todos com o nosso cardeal(. . .). Surge uma nova oportunidade para demonstrar que não estamos vencidos pelo inimigo comunista(. . .). Unidos em nossa fé somos invencíveis".

A 20 de junho de 1985, o cardeal iniciou uma viagem pela Nicarágua, principalmente pelas três províncias de sua arquidiocese.

Em todas as concentrações se respira um clima político de oposição ao governo. Para ilustrar essa exaltação delirante da direita política, transcrevemos aqui alguns parágrafos do editorial do jornal *La Prensa*, de 14 de julho de 1985, sobre o cardeal Obando:



“Cairão mil à sua direita e mil à sua esquerda, mas ele (o cardeal) não será tocado pelos inimigos, porque é um eleito do Senhor(. . .). A vida do cardeal Obando é um espelho onde a glória de Deus se reflete(. . .). Não fala em seu próprio nome, mas por sua boca fala o Senhor”.

O tema central das prédicas de Obando é a “reconciliação”, tema ao qual o cardeal dá um conteúdo político coincidente com o pensamento de Reagan. Para o presidente dos Estados Unidos, a reconciliação deve realizar-se por meio do diálogo com a contra-revolução, tendo como condição que os sandinistas abandonem o programa da revolução. Dentro dessa lógica, a paz chegaria quando a revolução tivesse sido derrotada. Enquanto houver revolução, haverá guerra na Nicarágua.

A lógica política que envolve a igreja é clara: na medida em que a agressão externa é derrotada, é necessário criar uma frente militar interna, e o único espaço social possível para isso é oferecido pela igreja. Daí o grande interesse que os grupos burgueses afastados do poder manifestam pelo domínio da igreja. Essa conexão igreja-frente militar interna é tão notória e grave que o governo decide intervir: Daniel Ortega declara o estado de emergência em 15 de outubro.

Em países sob ditadura militar, como o Chile e o Paraguai, o estado de emergência é um instrumento jurídico para institucionalizar a repressão. Mas na Nicarágua, onde há uma revolução popular, ele é usado para defender o povo da agressão externa e interna. Isso foi manifestado em um documento assinado por mais de cem sacerdotes e religiosas:

“Esta medida (o estado de emergência), ainda no caso de estar objetivamente equivocada, foi tomada não para reprimir o povo, mas para proteger os seus interesses frente às ameaças que espreitam a revolução” (*Amanecer*, dezembro de 1985, nº 38-39, p. 10-12).

O que o governo pretende é precisamente evitar prisões ou a expulsão de membros da igreja envolvidos na contra-revolução.

Tentou controlar esses setores com o menor custo político possível, e só foram atingidos aqueles que estão contra a revolução e que utilizam meios ilegais e terroristas (pois existe uma oposição legal e legítima, reconhecida pelo governo). Daniel Ortega prometeu levantar o estado de emergência no dia em que os Estados Unidos deixarem de agredir e ameaçar a Nicarágua.

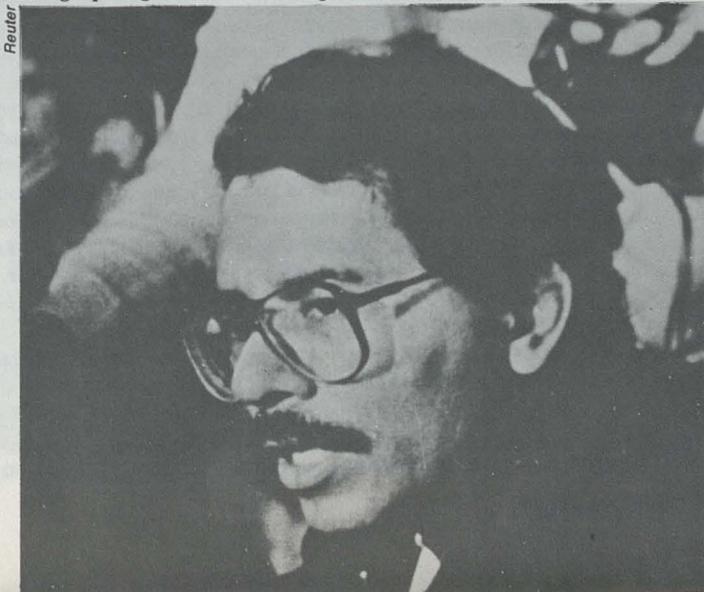
O “milagre da revolução”

Em muitos países da América Latina, o povo usa o espaço social da igreja para defender os seus direitos e a sua vida (especialmente nas ditaduras militares). É muito diferente quando esse espaço é utilizado por uma minoria para destruir a revolução que defende a vida das maiorias.

Os que antes oprimiam o povo e desprezavam a igreja se apresentam, agora que foram afastados pela revolução, como profundamente cristãos e identificados com os pobres. Na Nicarágua se fala, em tom de brincadeira, no “milagre da revolução”, que transformou todos os somozistas em bons católicos e fervorosos defensores da igreja.

O caráter político do conflito cardeal Obando-governo sandinista também ficou evidente posteriormente na atitude do cardeal durante sua visita aos Estados Unidos. Todo o seu discurso foi utilizado direta e explicitamente para legitimar a campanha

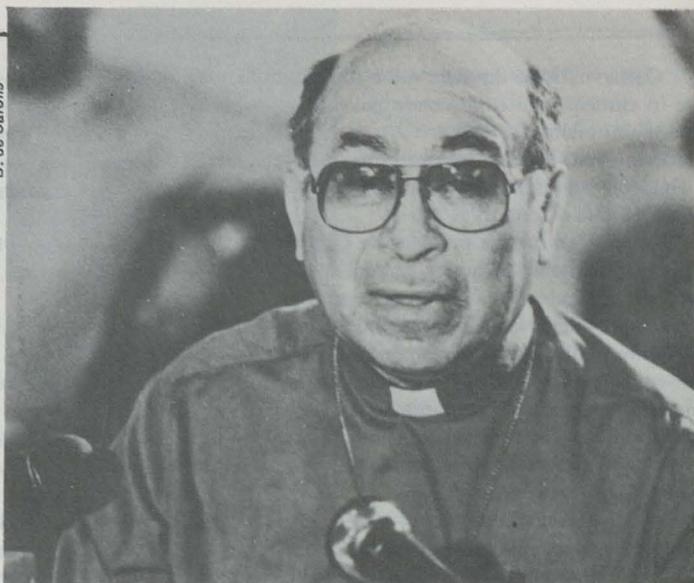
Ortega: proteger os interesses do povo face à agressão



de Reagan em favor da aprovação, pelo Congresso, da ajuda de 110 milhões de dólares para os "contras". Em nenhum momento o cardeal denunciou a agressão contra seu próprio povo, que já fez 12 mil vítimas e submeteu a maioria da população a uma cruel economia de guerra.

Monsenhor Pablo Antonio Vega, bispo de Juigalpa, que acompanha ideologicamente o cardeal Obando em seu conflito político com o governo, afirmou certa vez: "Há uma agressão militar, mas há também uma agressão ideológica e, obviamente, é pior matar a alma do que matar o corpo" (*Amanecer*, nº 36-37, p.36).

B. de Carollis



O bispo Pablo Vega, aliado do cardeal Obando contra o governo

A "Insurreição Evangélica"

De 7 de julho a 6 de agosto de 1985 realizou-se a "Jornada de Jejum e Oração pela Paz em Defesa da Vida e contra o Terrorismo dos Estados Unidos". O protagonista da jornada foi o padre Miguel D'Escoto, também ministro de Relações Exteriores do governo revolucionário. Os motivos que desencadearam essa insurreição evangélica foram quatro:

1. A atitude decidida de Reagan e do governo dos Estados Unidos de destruir a revolução nicaraguense, usando para esse fim o terror, a morte e a mentira;

2. A justificativa teológica da agressão contra a Nicarágua, expressa em termos de guerra santa entre o bem e o mal, entre Deus e Satanás, entre os Estados Unidos e a Rússia. Reagan se apresenta como o defensor dos valores do evangelho e da igreja;

3. O silêncio consciente e permanente da igreja oficial nicaraguense ante a agressão e a justificativa teológica;

4. A necessidade de recorrer ao potencial evangelizador dos pobres, à força espiritual dos oprimidos, à incalculável energia dos fracos contra os poderosos. A Nicarágua enfrenta o imperialismo em todas as frentes: militar, econômica, política, diplomática e jurídica. Agora, é necessário enfrentá-lo

92 - terceiro mundo

também no terreno teológico e, nesse caso, a única força da Nicarágua é a fé do povo pobre e religioso e as armas próprias da Igreja dos Pobres.

Em 14 de julho, reuniram-se em León seis mil representantes das comunidades de base de toda a Nicarágua, sob o lema: "Cristo Senhor da vida fortalece nossa esperança frente à agressão". Com essa massiva mobilização se dá um impulso à insurreição evangélica e se multiplicam por todo o país as jornadas de jejum e oração. O dia 26 de julho foi proclamado "Dia Nacional de Jejum pela Paz", jornada que não foi seguida somente pelos cristãos organizados, mas também por vastos setores populares e oficiais do país. Não se vendeu comida nos mercados e até o presidente da República manteve, nesse dia, um jejum estrito. A mensagem que proclamou o dia de jejum dizia, entre outras coisas, o seguinte:

"Hoje, estamos nos privando de alimento como símbolo comunitário da nossa dor causada pela fome e pela guerra que nos é imposta pelo demônio imperial (...)."

Solidariedade da igreja latino-americana

Datada de 23 de julho, chegou à Nicarágua uma carta do cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, dirigida ao padre Miguel D'Escoto. Um de



seus parágrafos diz: "Seu jejum, nas atuais circunstâncias, alerta a consciência ética mundial para a grave situação do povo do seu país. Seu gesto profético denuncia a tentativa de matar a semente da nova vida, plantada pela Revolução Sandinista".

Esse gesto do cardeal Arns deu à insurreição evangélica uma dimensão eclesial latino-americana.

A 28 de julho chegou à Nicarágua dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia: "Não venho sozinho. Represento 23 bispos brasileiros e 200 organizações dos direitos humanos, sindicais e cristãs do Brasil".

Certamente dom Pedro representava muito mais: todo o clamor do povo pobre e cristão da América Latina que busca a vida. Dom Pedro visitou sete das oito províncias do país, percorreu os quatro cantos da Nicarágua consolando e deixando o testemunho da sua esperança e da sua fé na igreja. Procurou por todos os meios uma comunhão com os bispos da Ni-



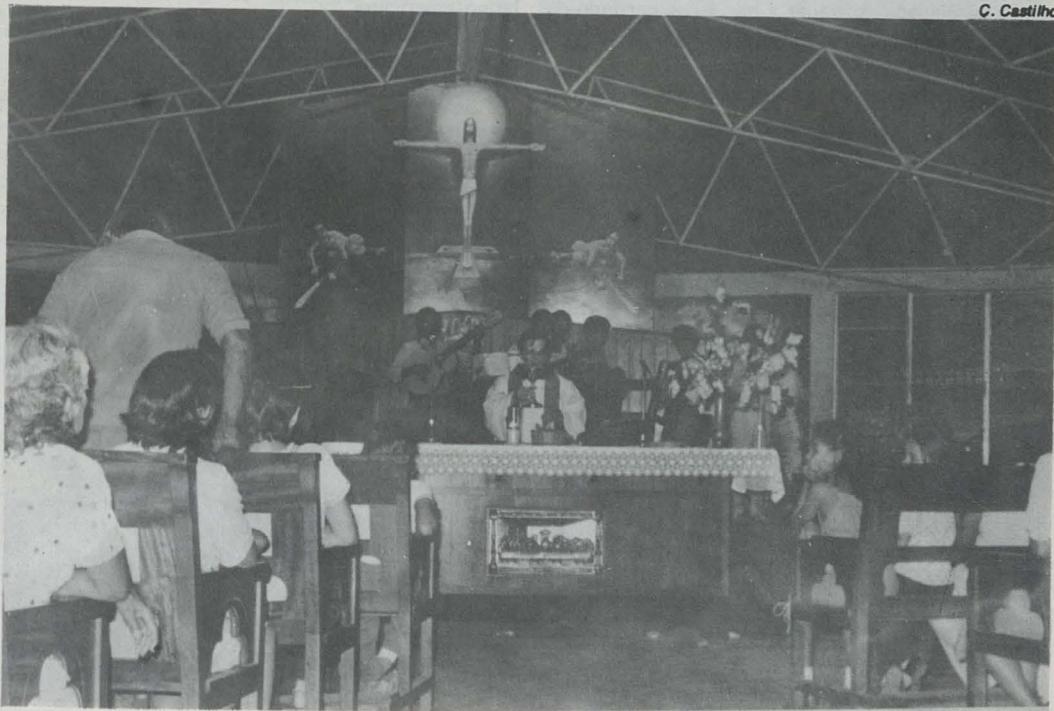
Reuter

Militares norte-americanos assessoram os "contras"

carágua, e ela lhe foi negada. O povo, porém, abriu-se inteiramente para sua visita e o recebeu como a um pastor universal, em visita de solidariedade.

Também visitaram a Nicarágua por ocasião da insurreição evangélica, durante a Semana Interna-

C. Castilho



A única força da Nicarágua é a fé do povo pobre e religioso que busca a vida

cional da Paz (de 8 a 15 de setembro), os teólogos brasileiros Leonardo Boff, Clodovis Boff e frei Betto, além do Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel. Essas visitas, como a do bispo Casaldáliga, serviram para reforçar o caráter evangélico e eclesialístico da insurreição.

Renascimento da Igreja dos Pobres na Nicarágua

A partir da jornada de jejum e oração e da insurreição evangélica, a Igreja dos Pobres da Nicarágua mudou radicalmente sua forma de atuação. Nasceu realmente uma nova metodologia eclesialística e pastoral e, ainda mais, surgiu nitidamente um novo projeto de Igreja.

A Igreja dos Pobres parte para um projeto próprio, que nasce de sua própria dinâmica e identidade. Antes, ela apenas reagia aos fatos provocados pela igreja oficial ou pelo próprio governo. Era uma igreja que estava sempre respondendo às perguntas colocadas por outros, mas que não era capaz de levantar questões próprias. A Igreja dos Pobres surgia com a capacidade de tomar a iniciativa, partindo de sua própria experiência espiritual no interior do processo histórico vivido pela Nicarágua.

Toda sua linguagem e sua simbologia têm agora

uma identidade espiritual, teológica e eclesialística. A força política de suas ações e sinais não desaparece, pelo contrário, até aumenta, mas agora a igreja age e fala com uma identidade eclesialística e religiosa própria, que a distingue de outras organizações sociais e políticas.

A Igreja dos Pobres não polariza toda sua ação diretamente em relação à hierarquia. Certamente, o silêncio das autoridades religiosas em relação à agressão externa do imperialismo foi um dos elementos importantes que motivaram a insurreição evangélica. Contudo, essa insurreição não está contra a hierarquia, mas contra a agressão militar e teológica do imperialismo.

A Igreja dos Pobres da Nicarágua descobriu a força espiritual da solidariedade eclesialística latino-americana, viveu dela e a integrou à sua própria identidade. A colaboração especial da igreja brasileira foi importante e decisiva. Essa solidariedade profunda entre a igreja da Nicarágua e a igreja do Brasil é muito significativa para o futuro da igreja latino-americana.

A Igreja dos Pobres conseguiu, através de uma campanha contínua de profunda significação popular, superar suas limitações orgânicas. Conseguiu,



A Igreja dos Pobres parte para um projeto próprio, que nasce de sua própria dinâmica e identidade



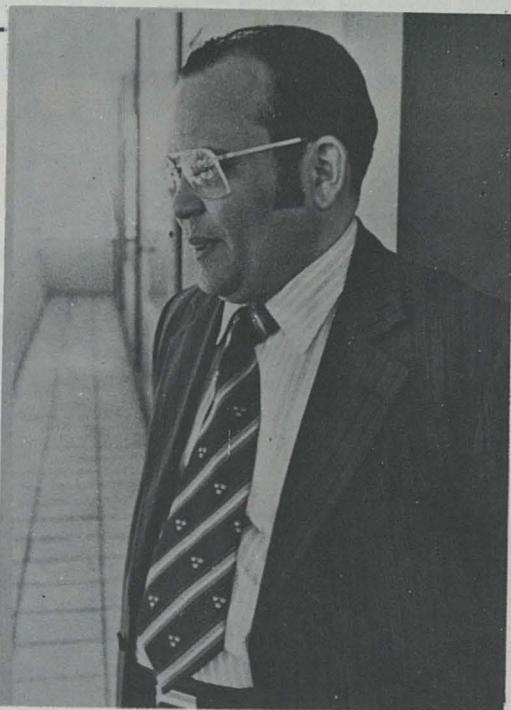
por meio da ação e da presença do povo, coordenar melhor todas as suas energias e recursos. Foram superados os caciquismos individualistas, os egoísmos institucionais, os ciúmes personalistas próprios do passado e de uma herança eclesiástica que o povo da Nicarágua já não tolera. A insurreição evangélica permitiu ao povo impor unidade à igreja, partindo de sua unidade de fé e de esperança. Uma só fé e uma só esperança tinha o povo, e isso instalou a comunhão na Igreja dos Pobres. A comunhão nasceu também do fato de existirem agora uma identidade e um projeto histórico próprios.

Pela paz e pela vida, contra o império

De 14 a 28 de fevereiro de 1986, organizou-se uma *via crucis* como segunda campanha evangelizadora da Igreja dos Pobres da Nicarágua, para aprofundar e ampliar a insurreição evangélica. Foi percorrida a distância que separa Jalapa (perto da fronteira com Honduras) de Manágua, num total de 326km. A *via crucis* terminou com um ato religioso na Praça da Revolução, celebrado nas escadarias da catedral por 72 sacerdotes (um terço do total dos padres da Nicarágua) e dela participaram cerca de 15 mil pessoas. A seguir, vieram os depoimentos, todos impressionantes. Falou um velho de 80 anos que acompanhou toda a *via crucis*. Ex-combatente do exército de Sandino e atualmente "delegado da palavra", ele teve quatro filhos que morreram como heróis e seus netos estão fazendo o serviço militar. Foram acesas tochas e lançados foguetes e fogos de artifício, numa verdadeira festa popular religiosa.

Depois, veio o sermão do padre Miguel D'Escoto. Foi um momento emocionante e solene. D'Escoto trazia as marcas da caminhada de 326km, percorrida em 15 dias sem descanso. Nesse meio tempo, chegavam notícias da participação do cardeal Obando y Bravo e do bispo Pablo Vega na campanha de Reagan para financiar a contra-revolução com 110 milhões de dólares.

O padre D'Escoto, profundamente emocionado pela atmosfera religiosa do ato, purificado por tão longa marcha, dolorido em seu coração pela tragédia da agressão do imperialismo e dos "contras", abatido espiritualmente pela atitude de Obando e de Vega, pronunciou um sermão que a todos surpreendeu.



Padre Miguel D'Escoto: jejum e oração pela paz

Suas palavras chegaram a todo o país, transmitidas por uma cadeia de 17 emissoras de rádio. D'Escoto dirigiu-se em termos pessoais e diretos ao cardeal Obando, dizendo que suas mãos estavam manchadas de sangue, pois traía o povo ao aprovar a ajuda à contra-revolução.

É o aparecimento dos pobres aquilo que determina o confronto Norte-Sul, vida-morte. É por isso que nasce uma Igreja dos Pobres, como expressão eclesial da fé e da vivência espiritual dos pobres do mundo. Não se trata de uma igreja definida por alguma ideologia, de uma igreja sandinista ou socialista, mas de uma igreja dos pobres que lutam pela vida.

Uma igreja que pretende ser a força espiritual do Terceiro Mundo e não a força espiritual do Ocidente em sua luta contra o comunismo. Em outras palavras, é a contradição Norte-Sul que define o contexto histórico da Igreja dos Pobres, não o confronto Leste-Oeste.

●
Pablo Richard*

* Artigo condensado da revista "Cristianismo e Sociedade"

Humor



Angola, terra da liberdade.



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113



TAAG

LUANDA

SAÍDAS

sábado: 09:00h
(hora de Angola)
domingo: 17:00h
(hora do Brasil)

CHEGADAS

sábado: 13:00h
(hora do Brasil)
2ª feira: 05:00h
(hora de Angola)

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

RIO

A LIBERTAÇÃO
E A PROSPERIDADE
DAS NAÇÕES EMERGENTES
SERÃO O FRUTO DE NOSSA UNIÃO



Desenho de Alex Simon Lago - 11 anos
Colônia de Férias / CEP - 85 - Apoio: Banerj

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

APOIANDO A UNIÃO
FRATERNAL DOS POVOS